HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL

Copa para quem e para quê?

Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha

Marilene de Paula e Dawid Danilo Bartelt (Organização)

Christian Russau · Glaucia Marinho · Laura Burocco
Mario Campagnani · Renato Cosentino

2ª edição

HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Copa para quem e para quê?

Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL

Copa para quem e para quê?

Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha

Marilene de Paula e Dawid Danilo Bartelt (Orgs.)

Christian Russau • Glaucia Marinho • Laura Burocco
Mario Campagnani • Renato Cosentino

2ª edição

HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Copa para quem e para quê?
Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha

Fundação Heinrich Böll
Rua da Glória, 190/701 - Glória
CEP 20.241-180 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Tel. 55 21 3221 9900
Fax 55 21 3221 9922
info@br.boell.org
www.br.boell.org

Organizadores
Marilene de Paula e Dawid Bartelt

Artigos
Glaucia Marinho, Mario Campagnani, Renato Cosentino, Laura Burocco, Christian Russau

Coordenação Editorial
Marilene de Paula

Assistente de edição
Manoela Vianna

Revisão
Ana Redig

Tradução
Fal Vitiello de Azevedo (capítulo África do Sul)
Kristina Michahelles (capítulo Alemanha)

Revisão de conteúdo
Marilene de Paula, Dawid Danilo Bartelt, Manoela Vianna

Capa, Projeto Gráfico e diagramação
Flávia Mattos

Impressão
Gráfica Minister

Tiragem
1.000 exemplares

ISBN 978-85-62669-11-8

Copyleft. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado(a) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao artigo original.

Algumas das fotos utilizadas nesta publicação estão sob licença Creative Commons <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>, sinalizadas como CC com seus respectivos autores.

P324

Paula, Marilene de.

Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha. Marilene de Paula, Dawid Danilo Bartelt (organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

168 p.; 24cm x 17cm

ISBN 978-85-62669-11-8

1. Direitos Humanos. 2. Megaeventos. I. Paula, Marilene de. II. Bartelt, Dawid. III. Título.

Sumário

Introdução 7

Dawid Danilo Bartelt

Brasil 12

Glaucia Marinho

Mario Campagnani

Renato Cosentino

África do Sul 60

Laura Burocco

Alemanha 106

Christian Russau

Conclusão 149

Marilene de Paula

Introdução

Dawid Danilo Bartelt

Introdução

Em 2010, a consultoria Ernst & Young, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, publicou um estudo intitulado "Brasil sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014". Nele, as duas renomadas instituições afirmam que a Copa injetaria R$ 142 bilhões na economia brasileira e geraria 3.63 milhões de empregos por ano entre 2010 e 2014, além de R$ 63 bilhões de renda para a população. As estimativas baseiam-se em "experiências comparáveis" e no "planejamento financeiro dos órgãos públicos", além de "critérios específicos" como a diferença entre os dispêndios efetuados em cenários com e sem a Copa. Os custos foram avaliados como estáveis, não sendo consideradas eventuais "oscilações" no ambiente macroeconômico.

Em março de 2014, perguntei a um representante da Ernst & Young se ele manteria este prognóstico. A resposta foi evasiva - as condições econômicas teriam mudado. Mas mesmo com as ressalvas metodológicas, e considerando que o crescimento do Produto Interno Bruto despencou de 7,5% em 2010 para 0,9% em 2012, as estimativas parecem absurdas. Em relação aos empregos, por exemplo, o número concreto divulgado pelo governo é de 24.500 operários empregados nas obras dos estádios. Evidentemente, estes postos de trabalho são efêmeros e não estruturais.

Tais prognósticos, vestidos de linguagem e formatos econômicos, são essencialmente políticos. Tratam-se de suposições equivocadas e representativas para os discursos legitimadores com os quais a Federação Internacional de Futebol (Fifa) e os respectivos governos se dirigem às populações dos países-sede dos mundiais sobre os legados da Copa.

Para discutir legados socioeconômicos, há uma série de problemas metodológicos. Por exemplo, as obras de infraestrutura viária são obras específicas para a Copa ou teriam sido realizadas de qualquer forma? Os gastos elevados comprometem outros itens dos orçamentos municipais, estaduais ou federal ou são compensados, por exemplo, através de investimentos privados? Como computar formas indiretas de financiamento, como isenções fiscais (das quais a Fifa goza quase que plenamente) ou subsídios? Dispêndios públicos no contexto de um megaevento são investimentos ou custos? As respostas a estas perguntas de natureza metodológica dependem muito dos interesses e das prioridades políticas. Ou seja, em nome de quais grupos econômicos e sociais essas perguntas são feitas?

No entanto, no meio deste debate há como fazer constatações bem claras. Primeira: as Copas custam caro aos cofres públicos e, por consequinte, aos contribuintes do país-sede. Contrário ao que o presidente Lula anunciara ainda em 2007, a Copa no Brasil não será "a Copa da iniciativa privada". Apenas 20% dos custos estão sendo bancados por empresas privadas. Segunda: independentemente da questão polêmica sobre se os altos gastos comprometem os orçamentos na área social, de saúde e educação (para alguns uma simples questão de lógica), é inegável que há custos sociais enormes.

É nesta perspectiva que esta publicação lança um olhar comparativo entre os preparativos da Copa do Mundo no Brasil e os resultados das duas Copas anteriores, na África do Sul (2010) e na Alemanha (2006). Perguntamos aqui o que os megaeventos trazem para as populações dos países-sedes, especialmente para as parcelas mais desfavorecidas pelas políticas públicas, aquelas que ocupam a base da pirâmide social. Ela questiona, também, em que medida as transformações causadas pelos megaeventos ou introduzidas em nome deles respeitam ou restringem, e até violam, direitos garantidos pela legislação nacional e internacional. Os três artigos trazem um balanço dos custos financeiros e sociais, analisando os regimes jurídico-financeiros de exceção, as mudanças na legislação, as intervenções nas economias nacionais e locais nos países das Copas. Evidenciam-se mudanças em diferentes níveis: na legislação sobre segurança, nas regras básicas da política social; nos regimes de licitação e contratação; nas leis orçamentárias, que são estruturantes da instalação de um megaevento num país. Há que se considerar que os verdadeiros custos de um megaevento são difíceis de avaliar. Há diversas formas de custos escondidos ou indiretos: isenções ou subsídios fiscais para a Fifa e empresas, editais e processos de contratação manipulados, créditos a juros baixos, endividamento de municípios pela contração de empréstimos a juros do mercado. Isto sem falar da corrupção.

Créditos das fotos, de cima para baixo: Felipe Werneck, Laura Burocco e Fabian Mohr (CC)

Para realizar este estudo comparativo, convidamos autores que trabalham há muito tempo junto aos movimentos sociais nos países sobre os quais escrevem. Christian Russau, jornalista e ativista alemão de Berlim, e a italiana Laura Burocco, especialista em Política Internacional e Desenvolvimento, radicada entre 2011 e 2014 em Johannesburgo onde trabalhava pelo South African Cities Network, já viveram e trabalharam no Brasil. Já os autores do capítulo sobre Brasil, Glaucia Marinho, Mario Campagnani e Renato Cosentino, integram a equipe de comunicação da organização de Direitos Humanos Justiça Global e estão envolvidos nas atividades do Comitê Popular da Copa no Rio e da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop).

Não poucas vezes – e isto foi o caso da Alemanha, e tudo indica que será também o do Brasil – uma Copa serve para instalar novos, mais repressivos regimes de segurança. A Copa de 2006 levou à maior operação de segurança do período pós-guerra na Alemanha, envolvendo 250 mil policiais, militares, aviões-caça da Otan, segurança privada etc. Segundo representantes das torcidas organizadas na Alemanha, a repressão contra os torcedores aumentou substancialmente pouco antes da Copa em 2006. O comportamento repressivo da polícia parece ser um dos fatores estruturantes e mereceu destaque também nos outros dois artigos. No Brasil, durante os protestos de junho de 2013, vimos uma polícia despreparada, que age com violência desproporcional, enquanto governo e mídia recentemente têm se engajado na criminalização dos protestos, com medo que estes possam atrapalhar a festa. Afinal, são os ganhos em imagem, e não os efeitos econômicos, que mais podem ser capitalizados no médio prazo.

Na Alemanha, o "verão de conto de fadas" apresentou ao mundo um povo alemão surpreendentemente festivo, solto e tolerante. Também a África do Sul de certa maneira conseguiu apresentar-se como "nação arco-íris" moderna e tolerante no ano de 2010. Ora, o brasileiro não precisa provar ao mundo que gosta de festa e dança e que é um povo hospitaleiro. Mas os protestos contra os megagastos e a miséria continuam nas principais áreas da política social, ameaçando produzir imagens contraprodutivas às estratégias de marketing político.

Se olharmos para a Fifa, o legado da Copa sem dúvida será positivo. Não deixa de ser impressionante como esta entidade privada sem fins lucrativos consegue impor seus interesses e suas regras a Estados soberanos. Mas deve-se dizer que as restrições à soberania, no final das contas, só são possíveis porque representantes do soberano (o povo) as permitem, porque correspondem aos seus interesses. Cabe analisar se estes são os interesses da população.

Segundo dados oficiais da própria organização, a renda da Fifa com a realização das Copas do Mundo tem aumentado constantemente: foi de US$ 3,9 bilhões na Copa na Alemanha no período de 2003 a 2006, de US$ 4,2 bilhões na da África do Sul de 2007 a 2010 e está estimada em US$ 5,4 bilhões para a Copa do Brasil. As empreiteiras responsáveis pelas obras para a construção ou reforma dos 12 estádios no pa-

drão Fifa (diga-se de passagem que esta exige apenas oito estádios-sede e que foi decisão do governo Lula aumentar o número para 12 estádios) são outros dos grandes beneficiados, inclusive com exceções abertas por leis como o Regime Diferenciado de Contratação, que reduziu a transparência e o princípio do menor custo nas licitações para as obras relacionadas ao evento. Num ramo marcado por tendência de formação de cartéis, destacam-se quatro grandes empresas brasileiras de atuação multinacional: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Corrêa.[1]

O balanço será outro se olharmos para os moradores, principalmente de bairros pobres ou favelas que vêm sendo removidos em função das obras, ou para os pequenos comerciantes em mercados públicos cujas áreas foram tomadas pelas reformas e construções. Isto aconteceu na África do Sul e está acontecendo no Brasil. Para estas pessoas, a Copa significa a perda da moradia e/ou da base econômica de sobrevivência. Na maioria dos casos, os responsáveis não respeitam as normas internacionais para remoções forçadas, como informação em tempo hábil, participação dos atingidos, indenização adequada ou moradias equivalentes, se possível perto das antigas casas.

Também a opinião pública questiona o balanço geral de ganhos. O governo prometeu efeitos diretos e indiretos consideráveis em termos de crescimento econômico e da taxa de ocupação, o que os economistas colocam em dúvida ou até refutam. A Copa na Alemanha, em 2006, custou cerca de € 3 bilhões; a da África do Sul em 2010, € 4 bilhões; e no Brasil atualmente a previsão oficial é de € 8,5 bilhões, dos quais 85% saem dos cofres públicos. Só os estádios devem devorar € 3 bilhões. As chances de serem utilizados com ganhos econômicos equivalentes depois da Copa é reduzida- ou até nula - em pelo menos metade deles. Estes "elefantes brancos" se encontram também na África do Sul. Vale observar, ainda, que nesses eventos a mobilização de recursos públicos costuma acontecer sob pressão temporal, o que leva a processos acelerados de licenciamento e construção. Isto, por sua vez, aumenta a falta de transparência, limita as possibilidades de controle social e de acompanhamento dos gastos, aumenta os desvios por corrupção, assim como aumenta os riscos de acidentes de trabalho e de construções de qualidade inferior que apresentarão falhas dentro de poucos anos, o que resultará em novos custos.

Um estudo feito pelo Núcleo do Observatório das Metrópoles na Universidade de Brasília em 2012 conclui: "De um modo geral, esses eventos rendem votos para alguns, aquecem a economia por alguns tempos, trazem lucros para empreiteiras, o negócio de esportes e para empresas do setor turístico, mas podem deixar equipamentos abandonados ou subutilizados, desencadeiam especulação imobiliária, exclusão e remoção de muitos que não possuem condições para enfrentarem a alta de preços nos locais que ocupavam anteriormente ou que, muito embora a conta seja paga por todos, atrapalham com sua presença, a realização de obras previstas."

A Copa do Mundo no Brasil já se destaca por ser a mais cara de todos os tempos. Mas ela pode entrar para a história. Tanto no Brasil quanto no exterior é opinião corriqueira que os brasileiros são loucos por futebol e não se preocuparão com outra coisa assim que a seleção entrar em campo. Mas este povo brasileiro surpreendeu o mundo todo durante a Copa das Confederações por organizar protestos pacíficos de massa a favor de uma política orientada para as necessidades da população e contra megagastos. Houve protestos dentro e fora dos estádios em relação ao que significa estádios padrão Fifa. Afinal, quando o filho fica doente, não adianta levá-lo para um estádio, é preciso levá-lo a um hospital, como muitos cartazes durante os protestos apontavam. A Copa no Brasil pode servir de bom exemplo para um processo mundial de conscientização de que megaeventos não podem ser realizados a custo do desenvolvimento social. Será por isso que a Fifa concedeu as próximas Copas a países não democráticos?

Dawid Danilo Bartelt,
Diretor da Fundação Heinrich Böll - Brasil

[1] Ver artigo do pesquisador João Roberto Lopes Pinto, Os Donos do Rio. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/13506. Acesso em 21.03.2014.

Glaucia Marinho, Mario Campagnani e
Renato Cosentino são jornalistas da área de
comunicação da organização Justiça Global

Foto página oposta Comunidade removida Vila Recreio II, zona Oeste do Rio de Janeiro (Crédito: Renato Cosentino)

Brasil

Glaucia Marinho
Mario Campagnani
Renato Cosentino

Joseph Blatter faz o anúncio do Brasil como país sede da Copa. (Crédito: Wikipedia Commons)

Foto página oposta Estátua de JK em Brasília com a camisa da seleção brasileira, após anúncio oficial feito pela Fifa confirmando o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. (Crédito: Valter Campanato/ ABr. Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil)

A copa começou em 2007

Era o primeiro ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando o Brasil foi escolhido o país-sede da Copa do Mundo. Aquele ano de 2007 foi marcado pela continuação de um projeto político que tinha sofrido duros golpes por acusações de corrupção, no caso que ficou conhecido como Mensalão[1], e também por um aumento significativo da renda do brasileiro, sendo considerado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) como o "ano da classe média".[2] Dentro de um projeto que tentava se afirmar política e economicamente, tanto interna quanto externamente, a conquista do direito de realizar uma Copa do Mundo foi vista como a chance de transmitir a imagem de que o país estava no caminho certo.

"Nós faremos absolutamente tudo para mostrar que o Brasil é um país civilizado não somente no contexto do futebol, mas também como país em si", disse Ricardo Teixeira, então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), logo após o anúncio oficial na sede da Federação Internacional de Futebol (Fifa), em Zurique (Suíça).[3]

O anúncio aconteceu no dia 30 de outubro de 2007, e o Brasil era candidato único, já que em abril do mesmo ano a Colômbia havia desistido de sediar a Copa do Mundo alegando não ter condições de cumprir as exigências da Fifa. Após receber o Mundial de 1950, o Brasil voltou a se candidatar em 1994, 1998 e 2006, saindo derrotado em todas as vezes. Mas, em 2003, a Federação anunciou que a América do Sul receberia o Mundial de 2014, respeitando um novo rodízio implantado entre os continentes. Foi assim que o Brasil, um dos principais países do futebol mundial, se tornou o candidato "natural" ao posto.

Teixeira prometeu uma Copa do Mundo com amplos recursos privados, o que ao longo dos sete anos de preparação para o evento não se efetivou. O mesmo ocorreu com a previsão de gastos, que era de R$ 5 bilhões. O valor, no início de 2014, já beira os R$ 30 bilhões.

[1] Mensalão é o nome dado pela mídia a denúncias de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas integrantes do governo do presidente Lula e membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e de sua base aliada, sendo objeto de ação penal movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal.

[2] Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL766681-9356,00-PESQUISA+DA+FGV+APONTA+COMO+O+ANO+DA+CLASSE+MEDIA.html. Acesso em 12/10/2013.

[3] Disponível em http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2007/10/30/ult59u135237.jhtm. Acesso em 20/02/2014.

De foguete a teco-teco: Brasil como potência mundial

O país do futebol e do carnaval, mas também o país da violência e da desigualdade. A imagem do Brasil no exterior sempre foi construída com hipérboles, num excesso que ao mesmo tempo encanta e choca quem vem de fora. Para um país em desenvolvimento, alguns desafios já foram superados, como o fim da inflação; outros caminham a passos lentos, como a melhoria da renda, que nos últimos dez anos tem crescido cinco vezes mais rápido na metade mais pobre da população em comparação com os 10% mais ricos.[4] Muitos, porém, continuam bem atrasados, como o acesso a serviços básicos – a rede de esgotos está presente em apenas 48% das casas.[5] É possível mostrar mudanças por meio de números, mas a percepção da sociedade sobre essas alterações não se altera seguindo a mesma métrica. Se para os brasileiros essas mudanças são percebidas lentamente, a situação é ainda mais complexa quando se fala da visão do exterior, que é construída e sedimentada por décadas de acesso esporádico a notícias a respeito do Brasil. Isso, todavia, pode mudar com um megaevento que atrai atenção maciça do mundo.

Alguns fatos contaram a favor do país nos últimos anos para projetar a imagem de um "novo Brasil". Na crise financeira iniciada no segundo semestre de 2008, por exemplo, enquanto dezenas de países sentiram – e ainda sentem – seus efeitos, o Brasil conseguiu uma rápida recuperação, passando de uma retração de 0,6% em 2009 para um crescimento de 7,5% em 2010; a maior alta em 24 anos.[6] Os números surpreenderam tanto que, em 12 de novembro de 2009, a revista The Economist publicou uma capa de grande repercussão mostrando o Cristo Redentor levantando voo como se fosse um foguete lançado do alto do Corcovado e o título *Brazil takes off* (*Brasil decola*, em tradução livre).

Na matéria – que logo em seu começo faz referência ao carnaval e ao futebol brasileiros –, a publicação lembra a importância dos megaeventos como forma de autoafirmação: "Em suma, o Brasil de repente parece ter feito uma entrada no palco mundial. Sua chegada foi marcada simbolicamente no mês passado com a entrega dos Jogos Olímpicos de 2016 para o Rio de Janeiro; dois anos antes, o Brasil sediará a Copa do Mundo de futebol".[7]

O Brasil, dessa forma, chegava ao fim da primeira década do milênio com a expectativa de finalmente se tornar o país que corresponderia aos sonhos ufanistas nacionais – que historicamente foram alimentados pelos gover-

[4] Disponível em http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-reduz-desigualdades-de-forma-acelerada-mas-diferenca-ainda-e-grande-diz-presidente-do-ipea. Acesso em 10/10/2013.

[5] IBGE. Síntese de Indicadores Sociais (SIS), 2013.

[6] Disponível em http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/03/pib-cresce-7-5-em-2010. Acesso em 10/10/2013.

[7] The Economist, novembro de 2009. Disponível em http://www.economist.com/node/14845197. Acesso em 10/10/2013.

nantes. Além de obter os megaeventos, o país passou a adotar uma estratégia expansionista, num modelo bem parecido com o que foi aplicado no próprio Brasil por países da Europa e pelos Estados Unidos. Isso levou até mesmo à criação do termo "imperialismo brasileiro", evidenciando a reprodução de vícios que ele mesmo criticara em outros países.

Adotando vícios ruins

O destaque da relação do Brasil com países menos desenvolvidos na África e na América Latina conta com estímulo direto do governo federal, que financia empreendimentos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Construtoras brasileiras que historicamente estão envolvidas em grandes contratos com o governo federal, como a Odebrecht e a Andrade Gutierrez – também envolvidas com a construção dos estádios da Copa do Mundo – realizam obras de infraestrutura em países como Angola e Moçambique, sendo alvo de acusações de conluio com a corrupção estatal nessas nações e também de maus tratos aos trabalhadores.[8]

Para aumentar seu peso político internacional, o Brasil também se lançou em campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Uma das estratégias para ganhar visibilidade dentro desse contexto foi assumir a coordenação da missão de paz da ONU no Haiti, em julho de 2004, quando o país passava por uma disputa entre o então presidente Jean-Bertrand Aristide e forças rebeldes. E o futebol acabou sendo usado como "arma" para controle local. No que foi anunciado como uma demonstração de boa vontade com o povo haitiano, a seleção brasileira foi ao país caribenho desfilar dentro de tanques de guerra e jogar contra a seleção local. A partida aconteceu em 19 de agosto de 2004 na capital haitiana, Porto Príncipe, e recebeu o nome de "Jogo da Paz", com vitória de 6 a 0 para o Brasil.

O aumento do número de viagens dos brasileiros também acabou contribuindo para projetar internacionalmente a imagem do país. Em 2003, 2.36 milhões de brasileiros viajaram para o exterior. Em 2013, o número saltou para 8.12 milhões, um crescimento de 244%. Se isso, por si só, já era um indício de que o país estava mais forte economicamente, os valores gastos por esses turistas não deixaram dúvidas: US$ 23,125 bilhões, de janeiro a novembro de 2013, o que representa 1.025% mais do que os US$ 2,055 bilhões gastos no mesmo período de 2003.[9]

Os rostos brasileiros passaram a ser mais vistos nas ruas de outros países, mas o crescimento do turismo de estrangeiros não cresceu proporcionalmente. Eram 4.13 milhões em 2003, passando para 5.67 milhões em 2013, um aumento de 37%. E o setor de turismo é um dos que mais esperam ser beneficiados em 2014. A expectativa do governo brasileiro é de que apenas durante a Copa 600 mil turistas internacionais cheguem ao país, gastando R$ 6,8 bilhões.[10]

[8] Reportagem da BBC. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131219_odebrecht_inferno_jf_lk.shtml. Acesso em 10/02/2014.

[9] "Gasto de turista brasileiro sobe dez vezes em dez anos". Folha de S. Paulo. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/1391988-gasto-de-turista-brasileiro-sobe-10-vezes-em-10-anos.shtml. Acesso em 10/02/2014.

[10] Pesquisa da Embratur, estatal do Turismo no Brasil, disponível em http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/gasto-de-turistas-durante-a-copa-pode-superar-r-25-bilhoes-aponta-estudo-da-embratur. Acesso em 10/12/2013.

A imagem começa a desbotar

As expectativas de projeção de uma imagem de nova potência em pleno desenvolvimento econômico e social – que parecia se solidificar cada vez mais no fim da última década – começou a sofrer duros reveses no novo decênio. Em outubro de 2013 a mesma The Economist fez uma nova capa com uma autoparódia: o mesmo Cristo Redentor que levantava voo, agora aparecia completamente perdido, rodopiando pelo céu sem direção. A imagem era acompanhada do título "Has Brazil blow it?" ("O Brasil estragou tudo?" em tradução livre).

Além das críticas à economia brasileira, que em 2012 cresceu apenas 0,9%, a revista inglesa destacava os protestos que ocorreram a partir de junho de 2013 em todo o país. Se gradualmente o Brasil atraía cada vez mais atenção, o contexto durante aquele mês fez a visibilidade internacional explodir. Jornalistas de diversos países estavam cobrindo a Copa das Confederaçãos e, portanto, as manifestações. Depois da população tomar conta das ruas em países como Egito e Turquia, era a vez dos brasileiros surpreenderem o mundo mostrando sua insatisfação com um caminho que até então era vendido como de sucesso.

Após entrar na pauta internacional mais pelos protestos do que pelo torneio de futebol, o país continuou gerando reportagens que destrinchavam as queixas nacionais. Nesse ponto, o amplo uso da internet pelas populações dos grandes centros urbanos do Brasil teve uma importância de destaque, especialmente pela produção de vídeos, fotos e textos com narrativas diferentes das apresentadas pela grande imprensa nacional e defendidas pelos governantes. Com a rede, essas informações logo se espalharam não apenas pelo Brasil, mas pelo mundo. Uma busca com as palavras em inglês "Brazil protests 2013" no Youtube leva a mais de 190 mil resultados.

Em julho, foi a vez do papa Francisco atrair a atenção da imprensa mundial por causa da Jornada Mundial da Juventude, realizada no Rio de Janeiro. Os protestos, que haviam diminuído após o fim da Copa das Confederações, voltaram com força, estampando páginas de jornais pelo mundo todo. Estava claro que as raízes da revolta eram muito mais profundas, sem possibilidades de uma solução milagrosa.

O mundo, assim, olha para o Brasil da Copa do Mundo com uma expectativa que vai muito além do futebol, uma vez que não há mais como esconder a insatisfação de boa parte da população com o evento. De acordo com a agência Kantar Sports, 3.2 bilhões de espectadores, o equivalente a 46% da população da Terra, acompanharam o torneio na África do Sul.[11] Com a possibilidade que esse número se repita ou até mesmo seja superado, o Brasil passará por um marco. Não se sabe ainda se ele vai melhorar ou piorar a imagem do país no exterior, mas certamente redefinirá a forma como ela é projetada.

Manifestação no entorno do Maracanã em junho de 2013 (Crédito Felipe Werneck)

[11] "Copa da África do Sul foi vista por 32 bilhões de telespectadores", disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2011/07/copa-da-africa-do-sul-foi-vista-por-32-bilhoes-de-telespectadores.html. Acesso em 10/03/2014.

Foto 1 Ato Público "O Maraca é nosso" (Crédito: Renato Cosentino)

Foto 2 Protesto no dia da Final da Copa das Confederações (Crédito: Henrique Fornazin)

Foto 3 Protesto no dia da Final da Copa das Confederações (Crédito: Henrique Fornazin)

Os auto-declarados campeões da Copa de 2014

Os maiores financiadores do evento no país são os bancos públicos, em especial o BNDES, tanto em obras que serão privatizadas após sua conclusão, como o Itaquerão, estádio da Copa em São Paulo, que pertence ao time Corinthians, como aquelas que continuarão públicas. Junto com a Caixa Econômica Federal - segunda maior financiadora - o BNDES liberou, em novembro de 2013, R$ 400 milhões para a obra do estádio, realizada pela construtora Odebrecht, empresa que é a maior ganhadora de contratos na preparação dos jogos.[12]

Dados de 2013 do próprio governo federal, divulgados por seu site oficial, o Portal Brasil, mostram que na Matriz de Responsabilidade - que são os projetos destinados a infraestrutura e serviços do país por causa da Copa, como construção de estádios e investimentos em turismo - a iniciativa privada responde por 20% dos recursos (R$ 5,6 bilhões de R$ 28,1 bilhões), ficando o resto para os cofres públicos.[14]

E as obras que mais receberam dinheiro para o torneio são exatamente aquelas que já estão ou passarão para as mãos da iniciativa pri-

Financiamentos por instituições financeiras públicas[13]

Instituição Financeira	Valor (em R$)	
	Contratado	Liberado
Valor Total	**10.334.131.739**	**7.869.757.995**
Caixa Econômica Federal	3.595.850.000	2.180.655.950
BNDES	5,540,707,910	4.837.080.635
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	1.014.173.829	677.791.410
Banco do Brasil	91,700,000	87,115,000
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL	91,700,000	87,115,000

[12] Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/11/1377082-bndes-acerta-financiamento-para-itaquerao.shtml. Acesso em 20/02/2014.

[13] Fonte: Portal Transparência Brasil, disponível em http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/financiamentos/assunto.seam?assunto=instituicao. Acesso em 15/03/2014.

[14] Disponível em http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/estimativas-de-investimentos-geracao-de-empregos-e-renda-durante-a-preparacao-do-pais-para-a-copa-do-mundo-da-fifa-brasil-2014. Acesso em 10/03/2014.

Maracanã em obras
(Crédito: Renato Cosentino)

vada. Dos três eixos principais de investimento (desenvolvimento turístico, estádios e mobilidade urbana), o que tinha maior verba era o da mobilidade, com previsão de gastos de R$ 4,470 bilhões. Porém, apenas 59% desse valor (R$ 2,671 bilhões) foi realmente investido. Enquanto isso, no eixo estádio, já foram gastos R$ 4,049 bilhões, o que equivale a 97,7% do total previsto.[15]

Financiamento público por área[16]

Tema de atuação	Valor (em R$)	
	Contratado	Liberado
Valor Total	**9,757,824,974**	**7,189,270,656**
Desenvolvimento Turístico	1,144,108,731	469,135,867
Estádios	4,143,407,283	4,049,128,713
Mobilidade Urbana	4,470,308,960	2,671,006,076

[15] Disponível em http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/financiamentos/assunto.seam?assunto=tema. Acesso em 20/02/2014.

[16] Disponível em http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/financiamentos/assunto.seam?assunto=tema. Acesso em 15/03/2014.

O estádio mais importante e famoso do país, o Maracanã, é também o mais emblemático sobre a forma como os investimentos têm sido feitos para a Copa do Mundo. Segundo levantamento do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, depois de três reformas sucessivas nos últimos 15 anos, que já consumiram mais de R$ 1,5 bilhão, ele foi vendido para a iniciativa privada. O contrato prevê o pagamento de 33 parcelas anuais de R$ 5,8 milhões, chegando ao total de R$ 181,5 milhões, o que significa pouco mais de 15% de todo o dinheiro público gasto no estádio.

O que poderia ser visto como um absurdo, todavia, é considerado como normal pelo governo do estado do Rio de Janeiro, a quem pertencia o estádio: "Não tenho presunção de recuperar o valor gasto na obra, isso é matemática. É um bom negócio. Vai agregar para nossa população, atrair mais turistas, vai passar a ser o local mais visitado no Rio, não tenho dúvida. Vai ser um grande ganho de modernidade e serviços para a população", disse o secretário da Casa Civil estadual, Régis Fichtner, em abril de 2013.[17]

O governo também defendeu o baixo valor do contrato com o argumento de que os ganhadores terão que investir mais R$ 594 milhões no estádio nos próximos 35 anos. Obras essas que beneficiam apenas os novos proprietários, que são a construtora Odebrecht, a empresa administradora de estádios AEG e a empresa IMX. Essa última foi também a empresa contratada pelo governo estadual para fazer o estudo de viabilidade que serviu de base para a licitação de concessão do Maracanã, ou seja, ela preparou a própria concorrência que ganhou.

Muita publicidade em jogo

Além das empresas que lucram com as obras da Copa, há aquelas que usam o evento como trampolim para elevar suas vendas. São as patrocinadoras oficiais do torneio e das seleções, além dos canais que possuem os direitos de transmissão dos jogos. Somente a Rede Globo, maior canal de TV brasileiro e detentor dos direitos de exibição dos jogos ao lado da TV Bandeirantes, vai faturar R$ 1,438 bilhão com a comercialização de cotas de patrocínio da transmissão da Copa do Mundo 2014.[18] E a emissora ainda vai somar mais R$ 1,113 bilhões em cotas com outro pacote, o "Futebol 2014", que mostra os jogos dos campeonatos estaduais e nacionais.

Considerando que na Copa da África do Sul a Rede Globo conseguiu R$ 490 milhões, com seis cotas de R$ 81,8 milhões cada, o torneio no Brasil representa um aumento de quase 200% em seu faturamento. Não à toa a emissora vem sendo criticada pelo modelo de cobertura que adota, inclusive gerando radicalizações contra ela, como nos casos de repórteres seus sendo expulsos dos atos de rua pelos manifestantes.[19] Associar o seu principal produto de marketing em 2014 a pautas ruins - como superfaturamento de obras e remoções de famílias pobres - não seria nem um pouco bom para os negócios.

Quem paga o pato? Grafite na rua do Catete, zona sul do Rio de Janeiro (Crédito: Felipe Werneck)

[17] "Governo não se preocupa em reaver R$ 1,2 bi gastos no Maracanã", Jornal Lance, disponível em http://www.lancenet.com.br/minuto/Governo-preocupa-reaver-gastos-Maracana_0_898710304.html#ixzz2qa4kVeYe. Acesso em 20/02/2014.

[18] "De Copa a Copa, faturamento da Globo com futebol sobe 130%", Site PropMark, disponível em http://propmark.uol.com.br/midia/45356:de-copa-a-copa-faturamento-da-globo-com-futebol-sobe-130. Acesso em 20/02/2014.

[19] Disponível em http://noticias.r7.com/sao-paulo/reporter-da-globo-e-expulso-de-concentracao-no-largo-da-batata-18062013. Acesso em 20/02/2014.

Outro mercado importante que poderá ser afetado por uma Copa com manifestações e críticas é o eleitoral. No Brasil, as campanhas são financiadas em sua maior parte por doações privadas. Para a eleição da presidente Dilma Rousseff, em 2010, o Partido dos Trabalhadores (PT) gastou R$ 176,5 milhões. Entre os maiores doadores estavam o Banco Itaú (doou R$ 4 milhões) e a cervejaria Ambev (com R$ 2 milhões), que são patrocinadores oficiais da Copa do Mundo e também da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), além de duas construtoras ligadas diretamente às obras da Copa, a Camargo Corrêa (R$ 8,5 milhões) e Andrade Gutierrez (R$ 5,1 milhões). E esses valores representam apenas o que foi passado diretamente para a campanha, sem contabilizar as doações indiretas, feitas ao partido e não à campanha.

O nível de proximidade dessas empresas com o poder público pode ser exemplificado com o encontro ocorrido em setembro de 2013 entre representantes da Ambev e do Itaú com a presidente Dilma para cobrar ações do governo que impeçam problemas durante a competição. No caso, os protestos. A informação vazou em uma matéria da ESPN, que diz: "Dos representantes das empresas, a presidente Dilma ouviu um discurso preocupado. A Ambev e o Itaú afirmaram que fazem uma aposta de altos valores na Copa do Mundo e pediram garantias de que não teriam prejuízos por causa de eventuais manifestações. A presidente prometeu fazer 'tudo o que for preciso' para que não haja protestos".[20]

Dinheiro garantido para a Fifa

Mesmo sendo uma entidade sem fins lucrativos, a Fifa divulgou em seu balanço de 2012 um lucro de R$ 178 milhões, além de uma reserva financeira de R$ 2,6 bilhões. Para 2014, a entidade já tem seu lucro garantido com a Copa do Mundo no Brasil. Para que o país conseguisse o direito de sediar o torneio, a federação exigiu que houvesse uma isenção de impostos nos contratos que firma sobre o evento, que devem garantir uma economia de R$ 1 bilhão.[21] Com isso, a entidade máxima do futebol mundial deverá conseguir R$ 9,7 bilhões de faturamento com a competição, o que representa um recorde, uma vez que obteve R$ 7 bilhões em 2010, na África do Sul, e R$ 4,4 bilhões em 2006, na Alemanha.

Os altos lucros da Fifa no país com praticamente nenhum custo já chamaram a atenção do Ministério Público Federal, que entrou com duas ações na Justiça brasileira pedindo que a Federação e o Comitê Organizador Local (COL) assumam as despesas criadas com as estruturas temporárias e serviços de telecomunicações durante a Copa, que devem somar cerca de R$ 1,2 bilhão.[22] Para os procuradores, gastos com tendas, passarelas, iluminação e mobiliário, entre outros, não deveriam contar como custos de infraestrutura, mas como obras de mobilidade urbana, que trazem benefícios reais e permanentes ao país.

[20] Disponível em http://www.folhapolitica.org/2013/10/temendo-protestos-na-copa.html. Acesso em 12/12/2013.

[21] Disponível em http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confederacoes-2013/isenta-de-pagar-r-1-bilhao-em-impostos-fifa-garante-lucro-recorde-na-copa-de-2014-25062013. Acesso em 12/12/2013.

[22] Disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/10/copa-mp-quer-que-fifa-e-col-paguem-por-estruturas-temporarias.html. Acesso em 12/12/2013.

1- Remoção na comunidade Campinho
2- Área removida da Restinga deu lugar a três pistas para carros, não para BRT
3- Cartão entregue à moradores ameaçados de remoção com a marca olímpica
3- Maracanã em obras
(Crédito: Renato Consentino)

Os donos do Rio de Janeiro

A forma como os contratos públicos para obras relacionadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas estão sendo feitos levanta fortes indícios da existência de um cartel formado pelas construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e OAS em mais de 20 empreendimentos que estão sendo realizados no estado do Rio de Janeiro. Realizada pelo Instituto Mais Democracia e pela Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão (Eita) por meio da campanha "Quem são os proprietários do Brasil?", a pesquisa "Quem são os donos do Rio?" mostra que em importantes obras, como a construção da Vila Olímpica (orçada em R$ 2,5 bilhões), existe a união das empresas por meio de consórcio ou um revezamento pré-combinado entre elas.

A campanha, que continua coletando dados sobre o suposto cartel, lembra que o Ministério da Justiça aponta como indícios de cartel "a existência de um padrão claro de rodízio entre os vencedores das licitações" e "licitantes que teriam condições de participar isoladamente do certame apresentam propostas em consórcio". Considerando isso e analisando as obras realizadas no Rio de Janeiro chega-se a uma grande quantidade de obras que se encaixam nesse padrão: Linha 4 do Metrô; Veículo Leve de Transporte (VLT) do Centro do Rio; Vila Olímpica; Aeroporto do Galeão; as vias expressas TransCarioca e TransOlímpica; o projeto de revitalização da Zona Portuária, chamado de "Porto Maravilha"; as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[23] nas favelas de Manguinhos e do Complexo do Alemão; o Maracanã; e o Estádio Olímpico João Havelange, entre outros.

Outra prática adotada sistematicamente por essas empresas é a revisão dos orçamentos das obras, que ocorrem invariavelmente em todas elas. Um exemplo é a Linha 4 do Metrô, cujo orçamento inicial era de R$ 5 bilhões, mas já está em R$ 8,5 bilhões, o que representa 70% a mais.[24] A explicação dada para o aumento é a mesma para todos os empreendimentos: o projeto inicial não previu todos os gastos que haveria na obra.

O cientista político e pesquisador do Instituto Mais Democracia João Roberto Lopes Pinto explica que essas empresas costumam ser fragmentadas em diversas subsidiárias para assumir tantos contratos. Ele afirma que, apesar de o estudo estar concentrado no que ocorre no Rio de Janeiro, os indícios de fraudes e cartelização se estendem por outros estados: "É um modelo que se aplica nacionalmente, sem dúvida. Pode ser que haja uma ou outra empresa regional também beneficiada no esquema, mas são essas quatro grandes empresas que capitaneiam".

[23] Programa do governo que define uma série de obras consideradas essenciais para o desenvolvimento do país, em áreas como habitação e transporte. Ver mais informações em http://www.pac.gov.br/. Acesso em 18/03/2014.

[24] Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/construcao-da-linha-4-do-metro-custara-70-mais-do-que-estimado-inicialmente-6906779. Acesso em 18/03/2014.

Megaeventos, megaoperações e (in) segurança

Histórico

De acordo com o Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), o "que credenciou o Brasil a sediar a Copa de 2014 foi a realização bem-sucedida dos Jogos Panamericanos e Parapan-americanos Rio 2007, cuja marca na segurança pública foi a mudança de paradigma, que superou a tradicional política de exclusão e contenção, mediante a adoção de políticas de inclusão e controle, sob o amplo domínio do Estado Democrático de Direito e da proteção aos Direitos Humanos".[25]

A avaliação da Sesge, contudo, diverge da realidade. No período de preparação da cidade para os Jogos, documentos apontaram o avanço de milícias[26] em favelas às margens das vias de acesso aos aparelhos esportivos do Jogos Panamericanos de 2007. Durante o evento foi usado um forte aparato militar nas ruas.[27] Às vésperas dos Jogos, em 26 de junho de 2007, uma operação policial nas favelas do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, mobilizando 1.350 policiais matou 19 jovens e feriu oito. A polícia ocupava o Complexo do Alemão desde o dia 2 de maio de 2007 e a intervenção resultou na morte de 43 pessoas e 81 feridos. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ) encomendou uma perícia independente para examinar as circunstâncias das mortes, e constatou fortes indícios de que vítimas haviam sido atingidas em ângulos de 45º, estando a maioria delas sentadas ou ajoelhadas. Também foram verificadas marcas causadas por armas brancas e "elevado número de corpos atingidos pelas costas".[28]

No Brasil, a taxa de letalidade policial é alta. Segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança, a Polícia mata em média cinco pessoas por dia no país. O índice é mais alto nos estados de São Paulo (563 mortes em 2012), Rio de Janeiro (415 mortes em 2012), Bahia (344 mortes em 2012) e Paraná (167 mortes em 2012) - todos sedes da Copa.[29] Em 2008, o Coronel Marcus Jardim, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, disse que "a PM é o melhor remédio contra a dengue. Não fica um mosquito em pé. É o SBPM. O melhor inseticida social".[30]

[25] Ministério da Justiça e Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014. Brasil: 2012, 63 p.

[26] No Rio de Janeiro, o termo milícia foi associado a práticas ilegais. Geralmente são grupos formados por (ex)policiais, que controlam por meio da violência comunidades urbanas de baixa renda como conjuntos habitacionais e favelas sob a alegação de combater o tráfico de drogas, porém mantendo-se com os recursos financeiros provenientes da venda de proteção à população daquelas localidades e cobrança por serviços, como venda de gás e tv a cabo.

[27] Dias, Rafael Mendonça; Carvalho, Sandra; Mansur, Isabel (orgs). Na linha de frente: criminalização dos defensores de direitos humanos no Brasil (2006-2012). Rio de Janeiro: Justiça Global, 2013. Veja também: "Segurança do Pan será feita por 25 mil homens", disponível em http://esportes.terra.com.br/panamericano2007/interna/0,,OI1711831-EI8332,00.html,acesso em 15/02/14

[28] Idem.

[29] Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013. São Paulo: 2014.

[30] ONGs criticam coronel que chamou polícia de "inseticida social". Disponível em http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRB29927520080416. Acesso em 15/02/14.

Governo se arma para a Copa

A Sesge foi a principal medida do governo federal na área de segurança pública para a Copa do Mundo. Vinculada ao Ministério da Justiça, ela é dividida em quatro diretorias: Operações, Inteligência, Logística e Projetos Especiais. O objetivo é integrar as ações de segurança nas 12 cidades-sede, que inclui a atuação conjunta das polícias e forças de segurança privadas.[31] Em 2011, o então secretário responsável pelo órgão, Valdinho Jacinto Caetano, anunciou que até o Exército estaria à disposição, caso as forças de segurança não sejam capazes de garantir a tranquilidade durante os eventos.[32] Uma portaria do Ministério da Defesa - de 20 de agosto de 2012 - autorizou o emprego do Exército, Marinha e Aeronáutica no Mundial, nas áreas de segurança cibernética, terrorismo e "em outras atribuições constitucionais das Forças Armadas, em todas as cidades-sede durante os Grandes Eventos".[33]

A Copa das Confederações foi um ensaio da atuação conjunta das polícias e Forças Armadas em megaeventos. "Foram empregados cerca de 3.700 militares, além de mais de 500 viaturas de diversos tipos, dentre elas: blindadas, mecanizadas, antiaéreas, de defesa cibernética, comando e controle, transporte de tropa e de defesa química, biológica, radiológica e nuclear. Foram utilizados, também, oito helicópteros das Forças Armadas - um deles equipado com o 'Olho da Águia', dois esquadrões de Cavalaria de Choque e uma seção de Cães de Guerra."[34]

Segundo documento do Comando Militar do Planalto,[35] caso ocorressem durante os jogos "incidentes de grande vulto que fugissem do controle dos agentes policiais de segurança e colocassem em risco a população e o patrimônio público" seriam convocados mais 8 mil militares das Forças Armadas para ampliar o efetivo. O "Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014", divulgado pela Sesge em janeiro de 2012, também determina que "forças de segurança pública" permaneçam de sobreaviso.

A área de segurança pública para os megaeventos receberá mais de R$ 2 bilhões em investimentos federais: R$ 1,17 bilhão para as copas do Mundo e das Confederações, além de R$ 1,15 bilhões para os Jogos Olímpicos.[36] Quase R$ 50 milhões já foram gastos com armamento "não-letal" para a Copa das Confederações e Copa do Mundo (ver tabela a seguir).[37] Mesmo com todos esse investimento pesado na área de segurança para o Mundial, o governo ainda terá que arcar com o custo da segurança particular nos estádios. A Fifa exige que a segurança dentro dos estádios seja feita por empresas privadas. Estima-se que 25 mil vigilantes sejam convocados para trabalhar nas 12 arenas. Policiais estrangeiros também farão parte do efetivo. "As forças de segurança pública permanecem de sobreaviso e só intervêm quando há grave tumulto e se faça necessária a manutenção da ordem pública, ou quando necessário o emprego do poder de polícia, ou seja, só atuam

Protesto no dia da Final da Copa das Confederações (Crédito: Henrique Fornazin)

[31] DECRETO Nº 7.538, DE 1º DE AGOSTO DE 2011. Ver mais em "Governo cria Secretaria de Grandes Eventos para Copa e Olimpíadas por Portal Brasil". Disponível em http://www.brasil.gov.br/esporte/2011/08/governo-cria-secretaria-de-grandes-eventos-para-copa-e-olimpiadas. Acesso em 30/01/14.

[32] Forças Armadas ajudarão na segurança de megaeventos como Olimpíadas e Copa do Mundo. Disponível em http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/forcas-armadas-ajudarao-na-seguranca-de-megaeventos-como-olimpiadas-copa-do-mundo-2471046.html. Acesso em 30/01/14.

[33] Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 2.221, de 20 de agosto de 2012.

[34] 3,7 mil militares do Exército vão atuar na Copa das Confederações. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/12/interna_cidadesdf,371040/3-7-mil-militares-do-exercito-vao-atuar-na-copa-das-confederacoes.shtml. Acesso em 30/01/14.

[35] Idem 33.

[36] Equipamentos de segurança para Copa e Olimpíadas ficarão como legado para cidades-sede. Disponível em http://www.ebc.com.br/esportes/2013/09/equipamentos-de-seguranca-para-copa-e-olimpiadas-ficarao-como-legado-para-cidades. Acesso em 15/02/14.

[37] Bomba brasileira na pele turca. Disponível em http://www.apublica.org/2013/06/gas-lacrimogeneo-brasileiro-utilizado-pela-policia-na-turquia/. Acesso em 15/02/14.

ATENÇÃO
1-0018
BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE

dentro das instalações esportivas sob demanda", de acordo com o Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014. A Polícia Militar fará a ronda no entorno dos estádios.

Foto página oposta Caveirão, veículo blindado utilizado para intervenção policial nas favelas cariocas. (Crédito: Gláucia Marinho)

As armas da Copa[38]

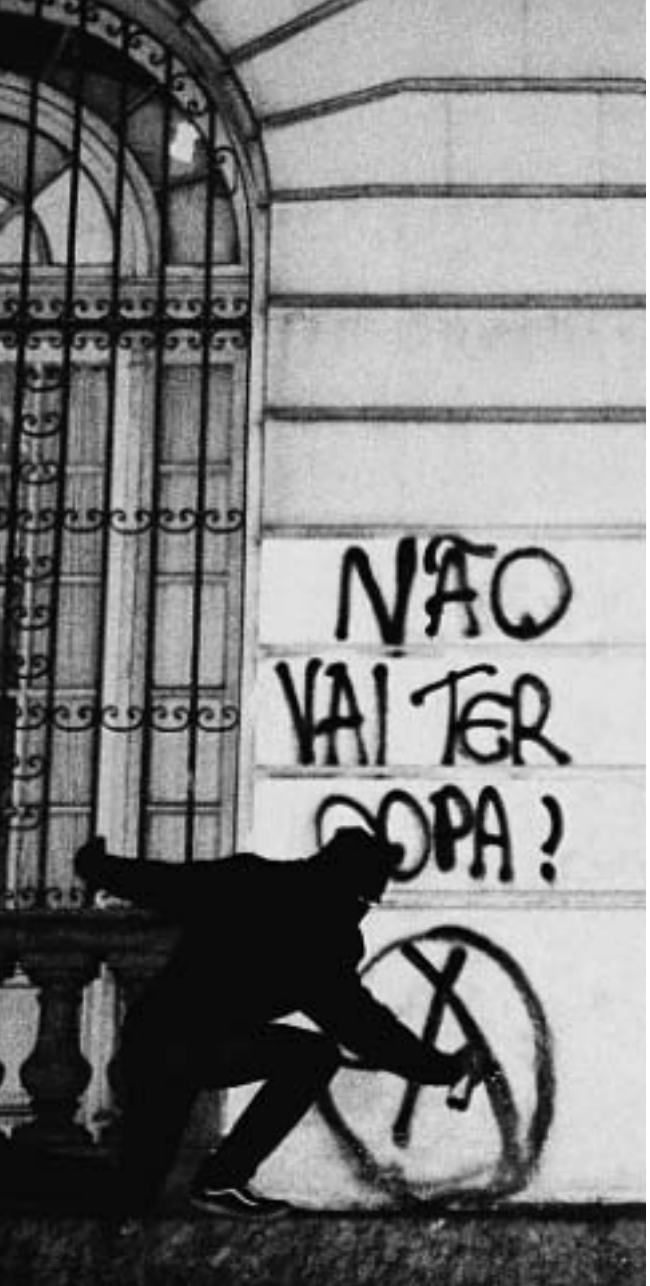
2,2 mil kits	com sprays de pimenta e de espuma de pimenta, granadas lacrimogêneas com chip de rastreabilidade, granadas de efeito moral para uso externo e indoors e granadas explosivas de luz e som
8,3 mil	granadas de efeito moral
8,3 mil	granadas de luz e som
8,3 mil	granadas de gás lacrimogêneo fumígena tríplice
50 mil	sprays de pimenta
449 kits	com cartuchos de balas de borracha e cartuchos de impacto expansível
1,8 mil	armas elétricas

As 12 cidades-sede da Copa também receberão um guia com sugestões de projetos de segurança pública para ajudar na preparação para o evento. O "Guia da Copa Segura"[39] foi elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e traz sugestões de "boas práticas" para gestores municipais.

Infográfico Portal da Copa

[38] Detalhamento das despesas disponível em http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/empenho?documento=200248000012012NE800082&pagina=3#paginacao. Acesso em 15/02/14.

[39] Guia Copa Segura. Disponível em http://www.soudapaz.org/upload/pdf/guia_copa_segura.pdf . Acesso em 10/12/13.



Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, durante o protesto de 15 de outubro.
(Crédito: Felipe Werneck)

Mudanças na lei para atender à FIFA

Em 20 de dezembro de 2010, entrou em vigor a Lei 12.350/2010[40] que desonera a Fifa, empresas parceiras, prestadores de serviços da Fifa e a emissora autorizada a transmitir os jogos no país e no exterior de tributação. Essa não é a única legislação criada em benefício da Federação. A Lei Geral da Copa - Lei 12.663, de 5 de junho de 2012[41] - define as regras para a realização do Mundial de 2014 no Brasil. O texto prevê proteção da marca Fifa e dos símbolos da Copa, cria nova tipificação criminal, como o "marketing de emboscada"[42], inexistente até então na legislação brasileira, e cria zonas exclusivas da Fifa, no raio de dois quilômetros ao redor dos locais de competição. A nova lei também passa por cima de direitos garantidos aos brasileiros. O artigo 27 da Lei Geral da Copa autoriza a Fifa a realizar práticas como "venda casada"[43], que é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor brasileiro.

Outros projetos de lei vinculados à Copa estão sendo analisados no Senado. O PL 728/2011[44] determina a proibição de greves durante o período dos jogos. O "AI-5[45] da Copa", como também é chamado, define o crime de terrorismo e prevê pena de reclusão de até 30 anos. O PL 394/09 "estabelece que a Fifa é a proprietária exclusiva dos direitos relacionados à Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014 e à Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013,

[40] Disponível em http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2010/lei12350.htm. Acesso em 20/02/2014.

[41] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm. Acesso em 10/01/2014.

[42] "O marketing de emboscada é uma atividade de marketing ilegal, que procura se beneficiar do enorme interesse e da grande visibilidade de um evento como a Copa do Mundo da FIFA™ para divulgar um produto ou serviço por meio de uma associação comercial não autorizada." Disponível em http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/marketing/brand-protection/prohibited-marketing/index.html. Acesso em 12/12/2013.

[43] "Venda casada" é condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos, o que é proibido no Brasil segundo o Código de Defesa do Consumidor.

[44] Disponível em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103652. Acesso em 20/12/2013.

[45] O Ato Institucional nº 5, AI-5, entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o período da ditadura militar no Brasil, e autorizava o presidente da República a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. Vigorou até dezembro de 1978. Fonte: CPDOC/FGV. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5. Acesso em 20/12/2013.

incluídos todos os direitos de mídia, marketing, licenciamento e ingressos" e "a obrigatoriedade de definir zonas limpas e zonas de transporte limpo durante o período de 90 dias antes do início, até o final das competições."[46]

Em nota divulgada pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), Thiago Hoshino, membro do Comitê Popular da Copa de Curitiba, assegura que as "Zonas limpas" visam "regulamentar a política higienista e excludente das cidades". E completa: "limpas de quê, resta a pergunta: de trabalhadores pobres, de comércio informal e de rua, e principalmente de concorrência com publicidade não autorizada".[47]

André Rodrigues, consultor especial do Ministério da Justiça para grandes eventos, anunciou que o governo pretende criar "tribunais especiais" para julgar e punir delitos relacionados ao torneio. A notícia repercutiu até na imprensa internacional.[48] Os tribunais foram instituídos pela primeira vez na Copa de 2010, na África do Sul. Alexandre Morais da Rosa, no artigo "Tribunais de exceção da Copa só interessam à Fifa" destaca que "além de abusivas, essas normas cumprem uma função clara: proteger os interesses econômicos da Fifa, em cujo poder está o monopólio do comércio das marcas que patrocinam o evento".[49]

A militarização das áreas pobres legitimadas pelos mega-eventos

A intervenção policial nas áreas empobrecidas do Rio de Janeiro por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), uma força de policiamento permanente com atuação exclusiva em favelas, são estratégias de controle militar do território pelo Estado para domínio social e abertura das favelas para o capital. As UPPs dão segurança jurídica e patrimonial ao mercado, que antes ele não gozava. Essa política é vendida como um dos grandes legados dos megaeventos no Rio e apresentada à população como um projeto baseado no modelo de policiamento de proximidade. A finalidade de sua instalação seria a "retomada de territórios antes dominados pelo tráfico".[50]

As UPPs já contam com um efetivo de mais 9 mil homens. Após os cinco anos de sua implementação, essa política se destaca também como um processo de reordenamento étnico-social da cidade para os megaeventos. No momento são 37 unidades espalhadas pela cidade. A maioria em áreas turísticas: na Zona Sul, onde fica instalado grande parte do setor hoteleiro; na Zona Norte, próximo a equipamentos esportivos – no entorno do Estádio do Maracanã; e especula-se que novas unidades serão instaladas em vias de acessos à cidade, como no conjunto de favelas da Maré[51], um dos acessos ao Aero-

Recado para a Polícia colado em uma porta no conjunto de favelas do Complexo do Alemão (Crédito Renato Cosentino)

[46] Disponível em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=93019. Acesso em 10/10/2013.

[48] Disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=223:direito-de-greve-de-defesa-e-de-locomo%C3%A7%C3%A3o-em-perigo-o-ai-5-da-copa. Acesso em 10/10/2013.

[48] Copa-2014: Brasil terá tribunais de exceção? Disponível em http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/copa-2014-brasil-tera-tribunais-de-excecao-7783.html. Acesso em 15/02/14. Ver mais em: Brazil plans 'World Cup courts'. Disponível em http://www.theguardian.com/football/2013/dec/04/brazil-world-cup-courts. Acesso em 16/02/2014.

[49] Morais da Rosa, Alexandre. Tribunais de exceção da Copa só interessam à Fifa. Revista Consultor Jurídico. Novembro, 2013. Disponível também em http://www.conjur.com.br/2013-nov-09/diario-classe-tribunais-excecao-copa-interessam-fifa. Acesso em 16/02/14.

[50] Trecho retirado do texto "O que é?" Site oficial da UPP. Disponível em http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em 20/01/2014

[51] Favela da Maré terá 4 UPPs com pelo menos 1,5 mil policiais, diz Beltrame. Disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/favela-da-mare-tera-4-upps-com-pelo-menos-15-mil-policiais-diz-beltrame.html. Acesso em 05/11/2013.

oglobo.com.br

O GLOBO

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2009 • ANO LXXIV • Nº 27.821

Estado promete pacificar mais 43 favelas até 2010

Prioridades serão as comunidades localizadas no roteiro da Rio 2016

● O governo do estado planeja até 2010 implantar o programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em mais 43 favelas do Rio — boa parte delas em áreas turísticas ou próximas a vias expressas. Essa é a principal prioridade da área de segurança pública visando à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Atualmente, quatro comunidades são beneficiadas pelo projeto e o secretário de Segurança, Mariano Beltrame, informou que quer ocupar até cinco novas áreas ainda este ano. O desafio é chegar a 2014 com favelas atendidas, 10% das 1.020 comunidades. Outra meta é a redução dos homicídios — com a taxa de 33 para até 25 por cem mil habitantes, quando o índice de Londres foi de 1,3. Página 12

Cai número de roubo nas ruas

● Pela primeira vez, desde março de 2004, o número de assaltos a transeuntes no estado diminuiu 0,8% em agosto, em relação ao mesmo período de 2008. Os crimes de rua (que incluem roubos em ônibus e de celulares) tiveram uma redução de 2%. Página 13

Fla e Flu empatam no Brasileiro

● Com gol de Zé Roberto no último minuto, o Flamengo empatou com o Vitória (3 a 3) e se mantém em sexto. O Flu bateu no 1 a 1 com o Corinthians e vê o sonho turbinar as chances de ir para a Sul-americana. Páginas 37 e 38

Paes recua de licitação para carnaval

[52] Censo Demográfico 2010 - Aglomerados subnormais. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf. Acesso em 12/12/2013.

[53] Um exemplo é a "resolução 013" de 2007 da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro que dava plenos poderes aos policiais militares para vetar a realização de qualquer evento social, cultural ou esportivo sem aviso prévio. No ano passado, o Governo do Estado anunciou a revogação do Decreto, mas na prática atividades culturais, mesmo com documentação continuam sendo proibidas pela polícia. Ver "Comandante de UPP proíbe baile funk na Rocinha". Disponível em http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-02-11/comandante-de-upp-proibe-funk-na-rocinha.html. Acesso em 12/12/2013.

[54] Moradores da Vila Cruzeiro e do Alemão denunciam abusos dos policiais. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/11/29/interna_brasil,225344/moradores-da-vila-cruzeiro-e-do-alemao-denunciam-abusos-dos-policiais.shtml. Acesso em 14/10/2013. Ver também em: ONGs denunciam abusos da polícia no Complexo de Alemão à ONU e à OEA. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/849053-ongs-denunciam-abusos-da-policia-no-complexo-de-alemao-a-onu-e-a-oea.shtml. Acesso em 14/11/2013.

[55] Em 76% das UPPs no Rio há denúncia contra algum policial. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335523-em-76-das-upps-no-rio-ha-denuncia-contra-algum-policial.shtml. Acesso em 15/02/14.

12 O GLOBO Quinta-feira, 8 de outubro de 2009

RIO

RIO 2016

Paz nas favelas para os Jogos

Estado planeja ampliar para 47, até fim de 2010, o número de comunidades com UPPs

CONHEÇA OS PLANOS DO GOVERNO

UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)

Violência que repercute no exterior

PM: 62 mil homens até as Olimpíadas

UPPs fazem festas para o Dia das Crianças

PM e comunidades se unem

Jornal O Globo de 08 de outubro de 2009

porto Internacional Tom Jobim (Galeão).

O Rio de Janeiro tem 763 favelas onde vivem cerca de 1.3 milhão pessoas.[52] Além da intervenção militar, as UPPs visam normatizar a conduta dos moradores de favela – com amparo governamental – que impõem disciplina e controle da população através do uso excessivo da força e legislação diferenciada.[53] A primeira UPP foi instalada, em 2008, no Morro Santa Marta, Zona Sul da cidade.

A entrada no território é um espetáculo midiático combinado com um desfile cívico-militar e hasteamento das bandeiras do Brasil e do Rio de Janeiro. As operações contam com a participação de integrantes e equipamentos de guerra das Forças Armadas e de batalhões especiais. Relatos de abuso de autoridade e uso desmedido da força são comuns na chegada da polícia, com invasão de domicílio sem qualquer ordem judicial. No caso da tomada das favelas que compõem o Complexo do Alemão, na Zona Norte, o coronel da Polícia Militar Mario Sérgio Duarte declarou que a "ordem" era "vasculhar casa por casa", insinuando, ainda, que o morador que tentasse impedir a entrada dos policiais seria tratado como suspeito.[54]

A UPP é apresentada como um modelo eficaz para implementar a segurança, mas na prática a verdade é outra. Levantamento feito pelo Jornal Folha de São Paulo a partir de relatos de moradores de áreas com intervenção militar e de documentos das polícias Civil e Militar mostra que há denúncias contra a atuação de policiais em 25 das 33 UPPs, o que representam 76% delas.[55] A abordagem violenta e o contro-

le do cotidiano têm desencadeado reações dos moradores que acabam criminalizados ou até mortos. A instalação das UPPs, como política de segurança, é ineficiente para a redução efetiva dos índices de violência na cidade.

Lista de casos emblemáticos de violação à vida em áreas de UPP pela própria polícia[56]		
UPP Pavão-Pavãozinho, Copacabana, Zona Sul	**2011**	André de Lima Cardoso Ferreira, 19 anos, foi abordado por policiais em um beco da favela. André foi imobilizado e agredido. Após o espancamento, os policiais o liberaram, e após alguns passos, foi alvejado à queima-roupa.
UPP Morro do Fogueteiro, Santa Teresa, Região Central	**2012**	Dez policiais do Bope (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar) chegaram numa van atirando na favela. Thales Pereira Ribeiro D'Adrea, 15 anos, foi atingido na virilha e no peito e faleceu no local.
UPP Cidade de Deus, Jacarepaguá, Zona Oeste	**2013**	Paulo Henrique dos Santos Benedito, 25 anos, foi atingido na cabeça enquanto passava de moto pela favela. O disparo foi efetuado por um policial militar que atuava na UPP local, mas na delegacia os policiais insistiram na versão do confronto.
UPP Manguinhos, Manguinhos, Zona Norte	**2013**	Mateus Oliveira Casé, 17 anos, foi atingido por uma arma teaser (armamento considerado "não-letal") durante uma abordagem policial. O jovem não resistiu ao choque e faleceu.
UPP Jacarézinho, Jacaré, Zona Norte	**2013**	Na noite do dia 4 de abril, os moradores do Jacarezinho faziam uma manifestação contra a detenção arbitrária de dois moradores enquadrados por "desacato à autoridade" e em solidariedade a uma criança de 10 anos atingida por uma bomba de efeito moral no rosto. A repressão ao protesto dos moradores foi marcada por agressão física e utilização de arma de fogo, deixando três moradores baleados. Aliélson Nogueira, 21 anos, que comia um cachorro-quente na hora da confusão, foi atingido na cabeça e morreu no local.

VOLUME DE TV E BAILE FUNK ABREM CRISE NA POLÍTICA DE SEGURANÇA

Aumenta o som que isso é PACIFICAÇÃO!!!!

Exército e Polícia mostram despreparo para resolver incidentes banais e criam clima de tensão

Jornal Extra 6 de setembro de 2011

[56] Os casos foram retirados de informe feito pela ONG Justiça Global à ONU sobre violência policial.

Protesto no dia da Final da Copa das Confederações (Crédito: Henrique Fornazin)

Lista de casos emblemáticos de violação à vida em áreas de UPP pela própria polícia (continuação)		
Morro do Querosene, Estácio, Região Central	**2013**	Anderson dos Santos Moura, 29 anos, foi morto em 15 de junho de 2013, durante um confronto entre policiais e traficantes.
UPP Rocinha, São Conrado, Zona Sul	**2013**	Amarildo Dias de Souza, 47 anos, foi levado por policiais para a sede da UPP na favela e segue desaparecido até esta data. Deixou 6 filhos. Dez PM's foram indiciados pelos crimes de tortura e morte no caso Amarildo.[57]
UPP Parque Proletário, Penha, Zona Norte	**2013**	Laércio Hilário da Luz Neto, de 17 anos, foi encontrado morto numa laje na Vila Cruzeiro. Os vizinhos, revoltados, atearam fogo em um ônibus e, também, apedrejaram um carro da polícia.
UPP Jacarezinho, Jacaré, Zona Norte	**2013**	Israel de Oliveira Malet, 23 anos, ao passar por quatro policiais da UPP local, levou um tiro de fuzil e morreu no hospital.
UPP Manguinhos, Manguinhos, Zona Norte	**2013**	Paulo Roberto Pinho de Menezes, de 18 anos, foi espancado por policiais após uma abordagem. O rapaz não resistiu aos ferimentos.
UPP Pavão-Pavãozinho, Copacabana, Zona Sul	**2013**	Thomas Rodrigues Martins, de 33 anos, morreu durante troca de tiros na favela.
UPP Providência, Centro, Região Central	**2013**	Diogo de Oliveira Santos, 26 anos, e Henrique Souza Rodrigues (idade desconhecida) foram baleados sob acusação de chefiarem o tráfico.
UPP Alemão, Penha, Zona Norte	**2013**	Anderson Simplício de Mendonça, 29 anos, foi assassinado sob a alegação de ser traficante.
UPP Pavão-Pavãozinho, Copacabana, Zona Sul	**2014**	Petrick Costa dos Santos, de 21 anos, foi baleado durante confronto com policiais da UPP.
UPP São João, Engenho Novo, Zona Norte	**2014**	José Carlos Lopes Junior, 19 anos, foi atingido por um tiro de fuzil na cabeça.

[57] O caso Amarildo ganhou repercussão internacional e tornou-se emblemático da permanência de práticas abusivas pela Polícia.

Além disso, é evidente o interesse econômico - e nos megaeventos - por trás do processo de "pacificação", que eleva os preços dos imóveis na região com intervenção militar, cerceia as atividades na favela e provoca um processo de gentrificação, causando a expulsão dos antigos moradores.

Matéria da BBC Brasil
16 de novembro 2011
'Efeito UPP' faz aluguel aumentar mais em favelas do que no restante do Rio

"*Os aluguéis nas favelas do Rio de Janeiro subiram 6,8% mais que em outras áreas da cidade desde que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) começaram a ser implementadas, afirma estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado nesta quarta-feira.*"

Texto completo em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111116_favelas_aluguel_rp.shtml

Matéria do Jornal O Globo
18 de maio de 2012
Vidigal atrai moradores ilustres e ganha status de favela chique

Transformações impulsionadas pela UPP ganharam ritmo acelerado nos últimos tempos

"*Todos os caminhos da gentrificação levam ao Vidigal porque, além de ser dono de uma das mais belas paisagens da Zona Sul, é, por si só, um cartão-postal.*

"*Quem vendeu seus imóveis em tempos pós-ocupação teve suas expectativas superadas. No Arvrão, onde a vista valoriza qualquer fresta, não se encontra uma casa de um quarto por menos de R$ 150 mil', avalia o corretor de imóveis José Nélio Pereira da Silva, mais conhecido como Gerônimo, há cinco anos dono da primeira imobiliária do Vidigal. Entre 2011 e 2012, ele diz ter vendido cerca de 40 imóveis na favela para 'gente de fora'.*"

Texto completo em http://oglobo.globo.com/rio/vidigal-atrai-moradores-ilustres-ganha-status-de-favela-chique-8412639#ixzz2qacydxfd

O projeto de militarização das áreas pobres foi exportado para outra cidade-sede da Copa: Salvador. Durante a inauguração do novo projeto de policiamento, o governador da Bahia Jacques Wagner explicou por que buscou o exemplo do Rio: *"A vitória que o governo do Rio está alcançando nos últimos anos no setor da segurança é uma vitória que eu também comemoro"*. Desde 2001 foram instaladas 13 Bases Comunitárias em Salvador.[58]

"Não vai ter Copa": os protestos e a repressão estatal nas cidades-sede da Copa

Considerações sobre a "Jornada de Junho"

Ainda é cedo para explicar os complexos motivos que levaram ao primeiro movimento de massas da década. Os protestos de junho de 2013, que ganharam as ruas brasileiras reivindicando a redução do preço da passagem dos transportes públicos têm origem na luta histórica dos movimentos sociais urbanos que impunham a bandeira do direito à cidade. Assim, a *Jornada de Junho* não começou em 2013. Os megaeventos chegaram apenas para acirrar a disputa pelo espaço público. Um exemplo foi a destruição do boneco do Tatu Bola, símbolo oficial da Copa no país. E, não por acaso, o auge das manifestações se deu durante a Copa das Confederações, entre os dias 15 a 30 de junho.

[58] Bahia inaugura primeira Base Comunitária de Segurança inspirada nas UPPs. Disponível em http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=437599. Acesso em 16/02/14.

Foto na página oposta Ato Público 'O Maraca é nosso" (Crédito: Renato Cosentino)

A primeira ação contra o mascote da Copa - um boneco de sete metros, patrocinado pela Coca-Cola - aconteceu no último trimestre de 2012, em um protesto no centro de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Um protesto em "Defesa pública da alegria" que criticava a privatização dos espaços públicos da capital.[59]

As manifestações trouxeram à tona a face mais repressiva dos governos. Foram computadas pelo menos sete mortes durante os protestos e mais de 1.700 detenções.[60] No Rio de Janeiro e em São Paulo, manifestantes foram acusados do crime de associação criminosa.

Após junho, a fim de coibir as manifestações durante a Copa, o governo federal endureceu as leis. Em setembro de 2013 foi sancionada a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013). A lei autoriza o Estado a interceptar ligações telefônicas, ter acesso sem autorização judicial a dados de empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito, além de prever que policiais possam se infiltrar em atividade de investigação.

Em outubro, em São Paulo, um casal foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983) após ser acusado de danificar um carro da polícia civil.[61] A Lei de Segurança Nacional é um código de exceção aprovado no contexto da ditadura militar de 1964. Esta lei prevê os crimes contra a integridade territorial e a soberania nacional; o regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito; e a pessoa dos chefes dos Poderes da União.

#ACopaDasManifestações

Vaias, protestos, prisões e a vitória da seleção brasileira marcaram a abertura da Copa das Confederações, no dia 15 de junho. A presidente da República, Dilma Rousseff, e o presidente da Fifa, Joseph Blatter, foram vaiados durante a cerimônia oficial, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília. Mas a insatisfação foi além dos muros do estádio. Um protesto contra o uso de dinheiro público na realização dos jogos levou milhares de pessoas às ruas. A polícia atirou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra os manifestantes. 29 pessoas foram detidas.[62]

Os protestos seguiram. Com a intensificação da violência, em Belo Horizonte criou-se a Comissão de Prevenção à Violência em Manifestações Populares, composta por representantes do Ministério Público de Minas Gerais, Polícia Militar, Polícia Civil, Defensoria Pública, Fórum Mineiro de Direitos Humanos, Escritório de Advocacia Popular, Pólos de Cidadania e dois representantes dos movimentos sociais. Durante os protestos realizados simultaneamente aos jogos da Copa das Confederações na cidade - em 22 e 26 de junho - foram relatados uso abusivo de bombas de gás lacrimogêneo pela Polícia Militar; abordagens e prisões indevidas; recolhimento forçado de máscaras antigás, de recipientes contendo leite de magnésia e/ou vinagre (usados para evitar os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo), bem como de máquinas fotográficas e aparelhos de telefone celular. A polícia também foi acusada de fechar

[59] Mascote da Copa, tatu-bola leva a pior durante protesto em Porto Alegre. Disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/10/mascote-da-copa-tatu-bola-leva-pior-durante-protesto-em-porto-alegre.html. Acesso em 16/02/14.

[60] Números de detenções é a partir de levantamento feito por organizações de Direitos Humanos e movimentos sociais para construir pedido de audiência na OEA. Ver mais em: SP e Rio endurecem e vândalos serão tratados como organização criminosa. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,sp-e-rio-endurecem-e-vandalos-serao-tratados-como-organizacao-criminosa,1083518,0.htm. Acesso em 16/02/14.

[61] Casal preso em protesto em SP é enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Disponível em http://oglobo.globo.com/pais/casal-preso-em-protesto-em-sp-enquadrado-na-lei-de-seguranca-nacional-10290793. Acesso em 16/02/14.

[62] Ver mais em: Protestos e vaias marcam abertura da Copa das Confederações. Disponível em http://esportes.terra.com.br/futebol/protestos-e-vaias-marcam-abertura-da-copa-das-confederacoes,55b2e81e2424f310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html. Acesso em 16/02/14. Ver mais em: Polícia usa bombas, atropela manifestantes e dispersa protesto no Mané Garrincha. Disponível em http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/15/policia-dispersa-manifestantes-com-bombas-e-torcedores-sofrem-com-gas.htm. Acesso em 16/02/14.

KINDER
3978-2555
BARRA · 3419-5333
IPANEMA · 2521-5777
Rua
Conde de Bonfim
289
307
Kodak
NADA
DEVE PARECER
NATURAL
LUTO
PELO RIO
PARIS

Ato Público 'O Maraca é nosso"
(Crédito: Renato Cosentino)

"rotas de fuga", encurralando manifestantes.

Desde o início da Jornada de Junho, o Ministério Público de Minas Gerais recebeu mais de 1.500 denúncias de abuso policial. No estado, dois rapazes morreram - em dias de jogos - após caírem de um viaduto em fuga da ofensiva policial durante as manifestações: Douglas Henrique de Oliveira Souza, de 21 anos, e Luiz Felipe Aniceto de Almeida, de 22 anos.[63]

Em Brasília, após protesto realizado no dia 14 de junho de 2013, duas coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e um motorista de caminhão, que havia transportado pneus para a manifestação, foram presos em suas casas, em suposto flagrante, horas após o protesto. Na tentativa de deslegitimar os protestos, o diretor da Polícia Civil do Distrito Federal afirmou em coletiva de imprensa que haveria evidências de que o protesto teria sido pago.[64]

Durante os jogos - de 19 e 23 de junho – em Fortaleza, a polícia atacou os manifestantes com balas de borracha e gás lacrimogêneo enquanto eles estavam de joelhos em espaço que havia sido fechado a pedido da Fifa.

Porto Alegre registrou grande número de detenções no período. Durante as manifestações dos dias 13, 17, 20, 24 e 27 de junho cerca de 208 pessoas foram detidas, entre adultos e adolescentes. Conforme depoimentos prestados à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, diversos adolescentes relataram situações de violência policial e detenções arbitrárias. Segundo o relatório do órgão: "Uma adolescente aprendida relatou que estava na manifestação e que, em função das bombas de gás lacrimogêneo, em determinado momento começou a passar mal, sentindo muita falta de ar e tontura. Decidiu pedir ajuda a um policial da tropa de choque, que pediu para que ela ultrapassasse a barreira do choque. Após atender ao pedido do policial, a adolescente de apenas 15 anos foi algemada e colocada dentro de uma viatura." Outra adolescente transexual apreendida relatou as diversas humilhações que passou em razão da sua identidade de gênero. De acordo com denúncias, durante as manifestações, os policiais não utilizavam qualquer tipo de identificação.[65]

Os protestos não se resumiram às cidades-sede. Em todo país havia manifestações contra o uso do dinheiro público na Copa, e em repúdio às violações a direitos humanos causadas pelas obras de infraestrutura para receber esse megaevento.

Na final, no dia 15 de junho, segundo balanço divulgado pela Sesge, 864 mil pessoas foram às ruas protestar. No Rio, onde aconteceu a decisão, mais de 300 mil pessoas tomaram o entorno do Maracanã gritando: "Não vai ter Copa!". A Copa das Confederações terminou com vaias, protestos, prisões e a vitória da seleção brasileira, assim, como começou.

[63] Morre em hospital 2ª vítima de queda de viaduto nas manifestações em BH. Disponível em//g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/morre-em-hospital-2-vitima-de-queda-de-viaduto-nas-manifestacoes-em-bh.html. Acesso 16/02/14.

[64] Governo do Distrito Federal diz que protesto em estádio foi pago. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1295541-governo-do-distrito-federal-diz-que-protesto-em-estadio-foi-pago.shtml. Acesso em 16/02/14.

[65] As informações dessa síntese sobre a violência nas manifestações foram retiradas do documento: Protestos e repressão estatal no Brasil: Resumo Executivo, enviado pela ONG Justiça Global para a OEA.

Remoção Comunidade Recreio II, zona oeste do Rio de Janeiro (Crédito: Renato Cosentino)

250 Mil pessoas em processo de remoção pela Copa do Mundo no Brasil

Um dos principais direitos violados nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo é o de moradia. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop)[66] estima que 250 mil pessoas[67] estejam passando por processo de remoção em todo o Brasil, mas podem ser muito mais. Isso porque há dificuldade em conseguir dados oficiais, especialmente das favelas. Os governos municipais costumam revelar apenas dados de desapropriações em áreas formais, o que configura um grave problema de transparência. Os dados dos comitês da Copa foram coletados através de notícias de jornal, audiências públicas, relatos de lideranças comunitárias e casos que são acompanhados por seus membros.

[66] A Ancop reúne movimentos sociais, organizações, representantes de comunidades, pesquisadores e outras entidades e pessoas críticas à forma como estão sendo feitas as transformações urbanas para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Os Comitês Populares estão nas 12 cidades-sede da Copa: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O site pode ser acessado no endereço http://portalpopulardacopa.org.br/.

[67] No dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, disponível para download em http://bit.ly/DossieBrasil2012, ainda não consta este dado, que será atualizado no dossiê de 2014.

Comunidade de campinho, zona oeste do Rio de Janeiro. (Crédito: Felipe Werneck)

Cidade-sede da Copa do Mundo	Número de pessoas entre ameaçadas e removidas
Fortaleza	20.000
Natal	4.000
Rio de Janeiro	44.000
São Paulo	89.200
Porto Alegre	28.000
Curitiba	6.000
Belo Horizonte	14.000
Cuiabá	3.200
Manaus	3.600
Salvador	12.000
Recife	12.000
Brasília	2.000
Total	**250.000**

Os comitês consideraram remoções ou ameaças de remoção as que acontecem por obras que estão na matriz de responsabilidades do governo federal e as que não estão, mas que têm relação constituída com o evento. Segundo o critério utilizado pela Articulação, quando prefeitos, governadores e demais agentes públicos divulgam que tal obra deve estar pronta até 2014, cria-se uma relação entre a obra e a Copa do Mundo, independentemente de estar na ma-

triz de responsabilidades, até porque a matriz tem sido alterada com frequência pelo governo federal.

Costuma-se questionar dois pontos em relação às remoções: a forma como elas acontecem e suas motivações. Em todo o Brasil falta informação para as comunidades sobre os projetos que irão atingi-las. Os valores oferecidos como indenização aos moradores que vão deixar suas casas é abaixo do preço de mercado e há casos em que as famílias não receberam nenhum tipo de reparação[68]. Além disso, os reassentamentos são feitos em áreas longínquas e com carência de infraestrutura, em geral em conjuntos habitacionais do programa "Minha Casa, Minha Vida", do governo federal. Lançado no início de 2009 como resposta à crise econômica mundial, o programa dá subsídios a construtoras privadas para que elas construam habitação de interesse social. As empresas buscam os terrenos mais baratos para maximizar seu lucro e por isso os apartamentos para a população de baixa renda são majoritariamente construídos em áreas periféricas. Nas cidades-sede da Copa do Mundo o programa tem sido desvirtuado de seu objetivo principal, que é suprir o déficit habitacional do país, e servido para reassentar famílias que já possuem casas, mas que são removidas no contexto dos grandes eventos esportivos.

"Existe uma diferença muito grande entre política habitacional e política industrial de produção de casas, que é a natureza do projeto Minha Casa, Minha Vida, em uma perspectiva econômica contracíclica e em resposta à crise econômica de 2008 e 2009", disse a relatora especial da ONU sobre moradia adequada, Raquel Rolnik. "Do ponto de vista humano, a questão da moradia é a porta de entrada para as outras questões como saúde, trabalho, educação, condições de sobrevivência, tudo isso é violado no momento em que a pessoa é arrancada de sua casa, muitas vezes, já em condições precárias, para outro lugar onde ela estará sujeita a uma condição pior ainda. Então, obviamente, essa pessoa vai ter que se deslocar de volta para uma condição também precária, no mesmo lugar", completou.[69]

Questiona-se também a motivação das remoções. Em muitas cidades, é possível perceber que a retirada das famílias está diretamente relacionada aos interesses do mercado imobiliário, e não a intervenções de benefício público ou ligadas aos eventos. Em Fortaleza, o governador do estado do Ceará, Cid Gomes, foi flagrado em um vídeo negociando com empresários a remoção de famílias para a passagem do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), o que ele mesmo denominou como um "rolo". A gravação acabou vazando na internet e o governador se justificou dizendo que foi mal interpretado.[70]

> Cid Gomes: "Em pelo menos três lugares, Nunes Valente, Leonardo Mota e lá no Papicu, dá pra fazer [prédio altos]. [...] Então, vamos ver se a gente faz um 'rolo' aí. Eu desaproprio, e depois a gente vê, tipo indenização. O Estado é mais fácil desapropriar, né? [...] Eu desaproprio… A gente vê o valor, eu construo a estação, eu tenho dinheiro pra isso, mas já faz um projeto que preveja a verticalização. E aí esse dinheiro que o Estado está desapropriando vocês me dão[...].

[68] Como no caso da comunidade da Restinga, no bairro Recreio dos Bandeirantes (RJ), parcialmente removida para a construção da TransOeste em dezembro de 2010. Cerca de 20 famílias não receberam indenização, segundo relato dos moradores.

[69] Trecho de entrevista para o jornal A Nova Democracia, disponível em http://www.anovademocracia.com.br/no-94/4183-entrevista-raquel-rolnik-qas-remocoes-sao-fruto-da-valorizacao-imobiliariaq. Acesso em 16/02/14.

[70] Disponível em http://youtu.be/CuNLLuPu8WU. Acesso em 16/02/14.

Foto página oposta Largo do Tanque, zona Oeste do Rio de Janeiro.

Em Porto Alegre, as comunidades do Morro Santa Tereza abrigam quatro Vilas (Gaúcha, Ecológica, Padre Cacique, União-Prisma) com cerca de 1.600 famílias há mais de 30 anos. A proximidade ao Estádio Beira-Rio, que receberá os jogos da Copa do Mundo, sua vista para o Rio Guaíba e a pouca distância do Centro da cidade despertaram o interesse do mercado imobiliário. Em 2010, um projeto de lei (PL388) visava privatizar a área pública de 74 hectares, mas os moradores, aliados à sociedade civil organizada, criaram um movimento em defesa da regularização fundiária das vilas e fizeram com que o governo recuasse. No primeiro semestre de 2011, o governador Tarso Genro emitiu um decreto[71] em que referendava o Estatuto das Cidades e garantia o direito à moradia das famílias. No entanto, a situação hoje é de apreensão já que a regularização fundiária ainda não foi feita e foi anunciada para o local a construção de um centro de eventos. O temor é que a Prefeitura ainda possa remover os moradores. As comunidades já protocolaram pedido de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e requereram a demarcação em suas comunidades como área especial de interesse social.

No Rio de Janeiro, que receberá também as Olimpíadas, 65 mil pessoas já foram removidas desde 2009, segundo a Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da cidade, tanto para obras relacionadas aos eventos como em áreas entendidas como de risco, em dado revelado em maio de 2013 ao jornal Estado de São Paulo.[72] Porém, as remoções que aconteceram no Recreio dos Bandeirantes em 2010 e 2011 para a construção da TransOeste (uma via expressa ligando bairros do Rio de Janeiro) deixaram para trás terrenos vazios. "A construção da TransOeste resultou na remoção de cerca de 500 famílias em três comunidades (Vila Harmonia, Vila Recreio II e Restinga). Não houve notificação. As indenizações foram muito baixas, forçando os moradores a ficarem na informalidade, e a alternativa de reassentamento foi em área muito distante. É inadmissível que uma obra de mobilidade resulte na violação do direito à moradia dessas famílias", disse Renata Neder, da Anistia Internacional, que acompanhou uma missão organizada pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro ao local.

A região do Recreio, onde ocorreram as remoções, concentra muitos lançamentos imobiliários. Entre o Túnel da Grota Funda, próximo onde ficava a Vila Recreio II, e o shopping Recreio, ao lado do terreno onde se encontrava a Vila Harmonia – hoje ocupado pela 18ª Gerência de Conservação da Prefeitura do Rio –, está sendo construída a Vila de Mídia, que abrigará jornalistas durante as Olimpíadas de 2016. Após os Jogos, o local será mais um condomínio da região, com apartamentos que estão sendo comercializados com preços entre R$ 415 mil e R$ 937 mil.[73] Orlando dos Santos Júnior, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrópoles, explica que o projeto de cidade que está em curso associado aos grandes eventos esportivos tem como base a elitização da cidade. "A existência de classes populares se constitui numa barreira. Para esse projeto dar

[71] 71 Decreto nº 48.029, de 17 de maio de 2011

[72] 72 Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,dossie-denuncia-remocoes-ilegais-para-copa-e-rio2016,1031998,0.htm. Acesso em 16/02/14.

[73] 73 Informações disponíveis em http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/prefeitura-esta-procura-de-novas-acomodacoes-para-jornalistas-que-vem-cobrir-as-olimpiadas-8067298. Acesso em 16/02/14

certo é necessária a relocalização dos pobres na cidade. Isso implica na construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas e a remoção de comunidades, que é um requisito para a atração de investidores", disse.

Em processos de remoção de favelas, a Prefeitura do Rio sempre mantém negociações individuais. Ou seja, não se negocia com uma associação ou comissão de moradores, mas com cada família. É a maneira encontrada para minar a comunidade e evitar que haja resistência organizada e coletiva. Assim, quando algum morador aceita sair de sua casa, a Prefeitura costuma derrubá-la deixando os escombros para trás, abalando estruturalmente as casas restantes e emocionalmente os que não cederam. As indenizações são muito baixas já que o município paga apenas as benfeitorias (paredes, telhado, janelas), não reconhecendo a posse da terra mesmo quando ocupada há mais de cinco anos, como prevê a Constituição do Brasil, como explica Raquel Rolnik:[74]

"A coisa mais paradoxal é que estão sendo removidas pessoas que têm posse legal de suas casas. A Constituição de 1988 reconheceu a posse de pessoas que ocuparam espaços públicos ou privados por não terem condições de acesso à moradia digna. Quando a pessoa é removida, ela tem duas opções: compensação financeira e reassentamento. Não se pode deixar ninguém sem casa, sem teto, e não se pode impor uma condição de moradia pior do que a pessoa tem. Nenhuma dessas regras está sendo cumprida. E não é por acaso que as obras vão cair por cima das comunidades. É para sair mais barato", disse.

Outra prática da Prefeitura do Rio é atuar em datas festivas. As famílias do Largo do Tanque foram removidas no Carnaval de 2013, a remoção do Metrô-Mangueira aconteceu em período de férias escolares e as casas da Vila Recreio II foram destruídas no Natal de 2010. Em reunião com os moradores do Recreio, a Prefeitura chegou a prometer que deixaria as famílias passarem as festas de fim de ano em suas casas, mas não cumpriu o prometido. "Quando a gente menos esperava, no dia 23 de dezembro, chegaram as máquinas e começaram a derrubar as coisas. Foi o presente de Natal que a Prefeitura deu pra comunidade; começaram a quebrar tudo no final do ano sem que a gente esperasse", lamentou Laércio Chagas, ex-morador da Vila Recreio II.

[74] Trecho de entrevista para o jornal A Nova Democracia, disponível em http://www.anovademocracia.com.br/no-94/4183-entrevista-raquel-rolnik-qas-remocoes-sao-fruto-da-valorizacao-imobiliariaq. Acesso em 16/02/14.

Direito à Moradia na Legislação Nacional e Internacional

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

▪ Artigo 25.1: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)

▪ Artigo 11: Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969)

▪ Artigo 5°: De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2°, os Estados-partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos: [...] e) direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente: [...] iii) direito à habitação.

Constituição Federal (1988)

▪ Artigo 6°: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Convenção sobre os Direitos das Crianças (1990)

▪ Artigo 16, §1: Nenhuma criança será objeto de interferências arbitrárias ou ilegais em sua vida particular, sua família, seu domicílio ou sua correspondência, nem de atentados ilegais a sua honra e a sua reputação.

Estatuto da Cidade (2001)

▪ Artigo 2° A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (...)

As comunidades têm alternativa: Vila Autódromo, Rio de Janeiro

Foto Comunidade Recreio II, zona oeste do Rio de Janeiro (Crédito: Renato Cosentino)

Comunidade Vila Recreio II, zona oeste, Rio de Janeiro (Crédito: Renato Cosentino)

A comunidade Vila Autódromo se localiza na área de maior valorização do bairro da Barra da Tijuca, onde será o centro dos Jogos Olímpicos de 2016. A parceria público-privada (PPP) que a Prefeitura do Rio assinou com as empreiteiras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken prevê a transferência de mais de 1 milhão de m² para o consórcio após os Jogos. No terreno serão construídos condomínios e hotéis de luxo, como consta no edital de licitação. Parte da área da Vila Autódromo faz parte da PPP e seria repassada às empreiteiras, o que acarretaria a remoção das casas.

No entanto, a comunidade Vila Autódromo possui título de concessão de direito real de uso conquistado nos anos 90, além de estar há pelo menos quatro décadas no local. Argumenta-se que seria necessária a remoção para os Jogos Olímpicos, mas o projeto oficial desenvolvido pelo escritório de arquitetura inglês AECOM prevê a comunidade urbanizada como legado das Olimpíadas. Além disso, há um projeto popular de urbanização desenvolvido por arquitetos e urbanistas da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e moradores, que mostra a compatibilidade dos Jogos com a existência da Vila. O Plano Popular da Vila Autódromo[75] obteve, em novembro de 2013, o primeiro lugar no *Urban Age Award*, importante prêmio internacional que reconhece e celebra iniciativas criativas para as cidades. Ele foi o vencedor entre os 170 projetos concorrentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A premiação é organizada pelo *Deutsche Bank* e pela *London School of Economics* e mostra que é possível uma cidade democrática e diversa, que o Projeto Olímpico pode ser realizado sem expulsar os moradores de suas casas.

"Nós socializamos esse prêmio com todas as comunidades e com todos aqueles que colaboraram e torceram. Traz autoestima aos moradores num momento de preocupação com as recentes ações da Prefeitura", disse Inalva Mendes Brito, que mora na Vila desde a década de 80. "O Rio passa por esse momento de reivindicações nas ruas, de luta por direitos, e esse prêmio é um estímulo para seguir em frente", concluiu.

Entrevista

Giselle Tanaka, arquiteta e urbanista, pesquisadora do ETTERN – IPPUR/UFRJ[76], que integrou a coordenação do Plano Popular da Vila Autódromo.

De onde veio a ideia do Plano Popular da Vila Autódromo?

O ETTERN do IPPUR/UFRJ já vinha pesquisando a questão dos conflitos urbanos e seu papel na construção social e tinha uma proposta de planejamento conflitual. Por outro lado, os moradores da Vila Autódromo estavam organizados há muitos anos e lutando contra o projeto da Prefeitura contra a remoção. A partir de uma reunião da Associação de Moradores da Vila Autódromo com o prefeito Eduardo Paes ele deu a entender que se a comunidade apresentasse uma proposta alternativa haveria a possibilidade de permanência. Nesse contexto, a universidade - o ETTERN IPPUR/UFRJ e NEPHU/UFF[77] - assessorou a comunidade na elaboração de seu plano popular.

Qual a importância dessa experiência para a resistência das comunidades ameaçadas no Brasil?

As remoções no Rio de Janeiro estão acontecendo de forma arbitrária e com violência. Na maior parte dos casos não se apresentam

[75] Disponível para download em http://bit.ly/PlanoPopularVA. Acesso em 16/02/14.

[76] O Laboratório de estudos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro é dedicado ao estudo dos modos de apropriação do território e dos ambientes, considerando a diversidade de atores envolvidos no processo de produção social do espaço.

[77] Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense

projetos e não há nenhum debate público quanto à necessidade das obras que estão sendo realizadas para justificar as remoções. O plano em primeiro lugar cobra esse debate público e coloca a possibilidade de realizar mudanças na cidade respeitando os direitos e as necessidades da população atingida. O plano é também um instrumento importante de fortalecimento das organizações comunitárias. A experiência acabou se tornando uma referência ao utilizar o planejamento como instrumento de luta por uma cidade mais humana e democrática.

Há possibilidades de realizar a experiência em outras áreas de conflito?

Sim, no contexto atual da preparação de diversas cidades brasileiras para a Copa do Mundo há situações bastante semelhantes de utilização das obras para remoção de comunidades pobres. Em muitos desses lugares, como Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo, os moradores estão se organizando para resistir e apresentar sua proposta. O plano está sendo uma forma de constranger o poder público e forçar o diálogo para mudanças nos projetos. Moradores de áreas ameaçadas viram no plano uma possibilidade de se colocar e de intervir nas decisões sobre o seu território.

As comunidades têm alternativa: Comunidade da Paz, São Paulo

O operário Jaílson da Silva, que vive no entorno do Itaquerão, é um símbolo das contradições da Copa. Enquanto dá duro para acelerar as obras do estádio que vai receber os jogos do Mundial em São Paulo, corre o risco de ver sua casa no chão, já que mora na Comunidade da Paz, ameaçada pela obra. Sua família é uma das cerca de 300 que sofre processo de remoção.

"Conforme vai adiantando aquela obra, eu vou me afastando do lugar em que eu criei os meus filhos. Pra mim não é fácil porque eu sei que quanto mais adiantar aquela obra, mais rápido eu vou ser expulso de lá. Mas tem que fazer, né? Eu preciso do trabalho, preciso colocar comida na mesa para os meus filhos, não tem jeito, tem que fazer uma coisa sacrificando outra".[78]

Mas em Itaquera os moradores também têm o seu projeto, o "Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz"[79], inspirado na experiência da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro. A versão paulistana foi coordenada pelo movimento Comunidades Unidas de Itaquera, com assessoria técnica do Instituto Pólis e da ONG Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, com apoio do Comitê Popular da Copa de São Paulo. O plano propõe a manutenção de 145 famílias no local e o reassentamento de 155 famílias em um terreno vazio ao lado da comunidade. O objetivo é respeitar as distâncias mínimas de 15 metros estabelecidas pelo Código Florestal e pela Companhia de Metrô, já que a comunidade se localiza entre o viaduto da linha de metrô e um córrego. Essa proposta foi considerada ideal pela comunidade, não inviabiliza as obras para a Copa do Mundo e garante a manutenção das famílias de maneira digna no local.

Se pudesse falar sobre o que está acontecendo com um dos "grandões", como Jaílson chama quem de fato poderia influenciar na decisão de não remover a comunidade onde mora, ele daria o seguinte recado: "Eu falaria para eles que justiça social não se faz expulsando o ser humano de dentro da sua casa sem dar opção. Expulsa como se fosse um animal, um qualquer, um excluído da sociedade. E eles queiram ou não queiram, a gente é parte da sociedade".

[78] Disponível em http://www.apublica.org/2013/06/quanto-mais-adianto-obra-mais-perto-fico-de-ser-removido-copa-do-mundo-copa-2014-direitos-humanos-itaquera-polo-corinthians/. Acesso em 16/02/14.

[79] Disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=363:moradores-e-movimentos-sociais-lan%C3%A7am-plano-alternativo-a-remo%C3%A7%C3%B5es-em-itaquera-%C3%A0s-v%C3%A9speras-da-visita-do-gt-de-moradia-adequada-da-presid%C3%AAncia-da-rep%C3%BAblica. Acesso em 02/04/14

Remoção a 500 metros da final da Copa do Mundo no Brasil

Comunidade Metrô Mangueira, Maracanã, Rio de Janeiro (Crédito: Renato Cosentino)

Desde 2010 a Prefeitura do Rio tenta remover a comunidade do Metrô-Mangueira com diferentes argumentos: estacionamento para a Copa, passarela de acesso e, por último, a construção de um polo automotivo. A favela, no entanto, fica a 500 metros do Maracanã, palco da final da Copa do Mundo de 2014, e parece não combinar com a imagem que o Rio quer passar ao exterior. Agentes municipais começaram a marcar as habitações sem aviso prévio, fazer negociações individuais e derrubar as casas em agosto de 2010.

As primeiras 107 famílias, das cerca de 700 da comunidade, segundo dados da Associação de Moradores, foram reassentadas em Cosmos, a 50 quilômetros de distância dali, apesar da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro em seu artigo 429 prever o "assentamento em localidade próxima dos locais de moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento". As outras famílias exigiram outro tratamento. Pela resistência dos moradores e a proximidade do Maracanã, o caso ganhou repercussão mundial e, em 2011, estava no principal jornal da Inglaterra, o *The Guardian*[80]. As famílias acabaram conquistando o direito de ser reassentadas em um local próximo, nos empreendimentos Mangueira I e II, e no Bairro Carioca, em Triagem.

Durante esse tempo, os moradores que ficaram no Metrô-Mangueira conviveram com lixo, ratos e insetos que se proliferavam nos escombros deixados pelos tratores. Como as negociações passaram a ser mais lentas, a Prefeitura não conseguia demolir as casas imediatamente e o local ficou abandonado. A prática de manter negociações individuais fez com que as casas fossem reocupadas por famílias sem-teto à medida que os antigos moradores eram remanejados.

Após as manifestações de junho de 2013, a comunidade recebeu a visita do prefeito Eduardo Paes, que prometeu aos que ocuparam as casas vazias que eles não ficariam desassistidos. A reunião deixou os moradores mais tranquilos em relação ao seu futuro. Mas no dia 7 de janeiro de 2014 as famílias foram surpreendidas com a ação de tratores, que chegaram a derrubar algumas casas, acompanhados da Polícia Militar e da Guarda Municipal.

"Foi desumano o que eles fizeram. A moça acabou de sair de dentro de casa e a máquina veio e derrubou. Nosso dinheiro é lixo? Porque a gente pode ser pobre, mas a gente contribui pras coisas. A gente abre um crédito, paga um monte de imposto, não é?", disse Daiane Heizer, moradora do Metrô-Mangueira há três anos.

Através de uma nota pública, a Prefeitura informou que as famílias receberão o aluguel social até a entrega de imóveis do programa "Minha Casa, Minha Vida". Exatamente o que foi prometido por Paes na reunião de 2013, mas que só se efetivou após a mobilização dos moradores. O benefício, no entanto, não contemplou a todos e a situação continua indefinida para parte das famílias.

[80] Disponível em http://www.theguardian.com/world/2011/apr/26/favela-ghost-town-rio-world-cup, Acesso em 16/02/14.

Operários mortos nas obras de estádios para a Copa do Mundo no Brasil

No dia 7 de fevereiro de 2014, a Copa do Mundo no Brasil fez sua sexta vítima. Antônio José Pita Martins, de 55 anos, foi atingido na cabeça por uma peça durante o desmonte de um guindaste e foi o terceiro trabalhador morto apenas na obra da Arena da Amazônia, em Manaus (AM), de responsabilidade da construtora Andrade Gutierrez. Outros dois já tinham perdido suas vidas na Arena Corinthians (SP), da Odebrecht, e mais um no Estádio Nacional Mané Garrincha (DF), obra realizada pela Via Engenharia e pela mesma Andrade Gutierrez.

As repetidas mortes em obras para a Copa do Mundo no Brasil revelam que precarização do trabalho e graves violações de direitos estão diretamente relacionadas aos espetáculos de ponta do capitalismo mundial, em obras feitas pelas maiores construtoras do país, contrapondo a imagem que se tenta construir através de grandes eventos. Nas obras do Mundial de 2010, na África do Sul, dois trabalhadores morreram.[81] No Qatar, sede do Mundial de 2022, a Anistia Internacional responsabilizou a Fifa por trabalho escravo.[82]

Não à toa a Fifa foi indicada como a pior empresa do mundo em 2014 no *Public Eye Awards*,[83] conhecido como o "Nobel" da vergonha corporativa mundial. A empresa recebeu 54.333 votos e ficou em terceiro lugar na classificação geral. Entre os brasileiros, com 33.642 votos, a Fifa foi escolhida a pior corporação do mundo, o que demonstra a insatisfação do país da Copa com as violações que envolvem o evento.

Trabalhadores de oito dos 12 estádios da Copa do Mundo no Brasil já haviam feito greve até abril de 2012.[84] As reivindicações que motivam os trabalhadores a paralisarem as obras são ligadas à baixa remuneração e ao desrespeito de direitos, como falta de pagamento de horas extras, fornecimento de planos de saúde, alimentação inadequada e demissão de operários que lideravam o movimento grevista.

[81] Disponível em http://oglobo.globo.com/esportes/operario-morre-apos-acidente-de-guindaste-na-arena-amazonia-11536709. Acesso em 16/02/14.

[82] Disponível em http://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/anistia-internacional-denuncia-exploracao-de-operarios-no-qatar-10807317. Acesso em 16/02/14.

[83] Ver mais em http://publiceye.ch/pt-pt/.

[84] Disponível em http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/04/13/greves-em-estadios-da-copa-ja-paralisaram-obras-por-mais-de-tres-meses.htm. Acesso em 16/02/14.

Ato contra a demolição do Estádio Célio de Barros, com a presença de atletas, inclusive a medalista olímpica do salto em distância Maurren Maggi (quarta da esquerda para direita) (Divulgação/Comitê Popular da Copa e Olimpíadas)

Maracanã: resistência ao modelo Fifa

O Maracanã, palco da final da Copa de 1950 e um dos grandes símbolos do Brasil, sofreu uma série de intervenções para adequá-lo à Copa do Mundo Fifa. Além das obras de reforma do estádio e da tentativa de demolição de todos os equipamentos públicos esportivos, educacionais e culturais do entorno, sua gestão foi privatizada. Tanto o Maracanã como parte de seu complexo esportivo - um parque aquático e um estádio de atletismo - haviam sido reformados para o Pan-Americano de 2007, na época sob o argumento de que já estariam prontos para a Copa do Mundo caso o Brasil fosse escolhido como país-sede. Com a reabertura do estádio em 2013, após quase três anos fechado para obras, o típico torcedor brasileiro percebeu que as regras tinham mudado e que o Maracanã não era mais dele, como explicou João Borba, presidente do Consórcio Maracanã S.A, mostrando sua visão de como deve ser um estádio de futebol.

"Temos de trabalhar com os clubes nesta mudança de hábitos. Bandeirões gigantes, mastros de bambu, torcedores sem camisa, não assistir aos jogos em pé... Fui no último fim de semana às finais do tênis em Wimbledon, e no convite, estava escrito que não é recomendável ir com uma determinada roupa... Quando um inglês lê 'não recomendável', entende que não deve usar aquele tipo de roupa"[85], disse.

O que antecedeu à abertura do Novo Maracanã - nome dado pelo governo do estado e pelo consócio gestor ao estádio reformado -

[85] Disponível em http://oglobo.globo.com/esportes/ambiente-exige-respeito-no-novo-maracana-9000186. Acesso em 16/02/14.

foi uma grande mobilização da sociedade civil em torno da campanha "O Maraca é Nosso", organizada pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. Em 2011 e 2012, protestos foram realizados com duas pautas principais: impedir a concessão do estádio para a iniciativa privada e garantir setores populares com respeito à forma de torcer do brasileiro. Mas a campanha ganhou força quando o governo do estado lançou a minuta do edital de concessão do Maracanã para a iniciativa privada, baseado na proposta da empresa IMX, de Eike Batista, em outubro de 2012. O projeto previa a demolição de todos os equipamentos do entorno, como o prédio do Museu do Índio, o Parque Aquático Júlio Delamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e a Escola Municipal Friedenreich. O espaço seria necessário para quadras de aquecimento dos atletas, estacionamentos, um shopping, e uma área mais ampla para a saída do público, transformando o Maracanã, segundo a IMX e o governo do estado, numa arena multiuso rentável.

Uma audiência pública foi marcada para o mês seguinte e os grupos de atingidos começaram a se organizar em reuniões periódicas, pois havia um debate anterior a ser feito: se a gestão deveria continuar pública ou ser privatizada. A insistência do secretário-chefe da Casa Civil, Regis Fichtner, em dar andamento à audiência, apesar do apitaço de cerca de 600 pessoas, irritou os manifestantes que chegaram a jogar ovos e frutas no secretário. A audiência prosseguiu com seguranças impunhando guarda-chuvas para proteger os representantes do governo. No dia seguinte, o Comitê emitiu nota pública, reiterando que não reconhecia a validade da audiência.

No fim do ano, uma conquista parcial: os governos municipal e estadual se comprometeram a manter a Escola Municipal Friedenreich no ano letivo de 2013.

2013 e uma reviravolta que o governo não esperava

O ano em que o Novo Maracanã teria o seu primeiro grande teste, ao receber a final da Copa das Confederações 2013, foi de muitas reviravoltas. Logo no dia 9 de janeiro, sem aviso prévio, o Célio de Barros amanheceu trancado e com carros da polícia na porta. Usuários, atletas e crianças de projetos sociais de iniciação ao esporte ficaram sem ter onde treinar e competições e eventos foram suspensos. Durante três dias a Polícia Militar cercou o prédio do antigo Museu do Índio numa tentativa de despejo dos indígenas, que acabou acontecendo com muita violência em março. O caso ganhou os jornais. A classe artística e uma parte da opinião pública se posicionou ao lado dos indígenas, e muitas atividades culturais e visitas foram realizadas no local em demonstração de apoio. No dia 1º de abril, o Parque Aquático Júlio Delamare também amanheceu de portões fechados. Programas sociais foram comprometidos e mais de 10 mil pessoas ficaram sem o espaço para práticas esportivas e de saúde. Atletas olímpicos deixaram o país para continuar seus treinamentos, como César Castro, dos saltos ornamentais, que foi para os Estados Unidos.

"É fundamental a gente lutar por um espaço público de esporte. Não era para estar aqui dando explicação. É um contratempo que nenhum atleta gostaria de ter, é uma realidade que nunca imaginei que fosse acontecer no país olímpico. Chegou num ponto que se não fizessem nada estariam ajudando", afirmou César Castro no dia do fechamento do parque aquático.

"Estou há 13 anos treinando diariamente. Tão perto das Olimpíadas na minha cidade, que pode ser a minha primeira, o processo vai ser interrompido. Querem passar a gente para o [Parque Aquático] Maria Lenk, mas lá não tem estrutura para os saltos. Só que não há ninguém preocupado com isso, além da gente. O foco para 2016 não está em medalhas, mas no dinheiro," disse Monica Lages do Amaral, também dos saltos ornamentais.

Paralelamente ao fechamento dos equipamentos do entorno, corria o processo de concessão do Maracanã para a iniciativa privada, que chegou a ser investigado pelo Ministério Público Federal a partir de uma reunião feita com os movimentos sociais e os grupos atingidos, no fim de 2012. Isso porque parte do financiamento para a reforma do estádio foi concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que liberou R$ 400 milhões para a reforma. Além disso, toda a intervenção teria que ser autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), já que o Maracanã é um bem tombado como Patrimônio Histórico Nacional.[86] A marquise monumental do estádio, que integrava o Maracanã ao seu entorno – das arquibancadas era possível ver a cadeia de montanhas do maciço da Tijuca – um marco da arquitetura modernista brasileira, foi substituída por uma cobertura de lona da empresa alemã Schlaich Bergermann und Partner (SBP)[87], que fez com que o Maracanã se tornasse um estádio fechado em si mesmo. Apesar da aprovação da reforma pelo Iphan, o conselho consultivo do órgão caracterizou como crime a demolição da marquise do estádio.

"Destruir obras tombadas é crime, e todos que participam disso são responsáveis criminalmente", afirmou o conselheiro do IPHAN, Nestor Goulart Reis.

Mesmo com todos esses questionamentos, o Maracanã acabou sendo privatizado. A oferta do Consórcio Maracanã, que faz parte além da IMX Venues e Arena S.A (de propriedade de Eike Batista, com 5%), a Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (empresa líder, com 90%) e a AEG Administração de Estádios do Brasil LTDA (também com 5%) foi de R$ 5,5 milhões anuais em 33 parcelas, totalizando R$ 181,5 milhões. Além do valor não quitar nem de perto os gastos com as obras de reforma do estádio, de R$ 1,23 bilhão,[8,8] está previsto que o novo gestor tenha um lucro de R$ 2,5 bilhões ao fim dos 35 anos.[89] Em outras palavras, o poder público não recupera nem 15% do que investiu na reforma do estádio ao fim do contrato de concessão.

Fotos da página oposta Estádio de Atletismo Célio de Barros, Parque Aquático Júlio Delamare e prédio do Museu do Índio (Crédito: Renato Consentino)

[86] Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/todas/20101014_maracana.html. Acesso em 02/04/14.

[87] Essa mesma empresa foi responsável pelo laudo que interditou o Engenhão. Segundo o UOL, o fechamento do Engenhão foi baseado em um estudo técnico feito pela empresa alemã SBP que viu riscos que ventos fortes pudessem danificar ou até derrubar os arcos dos estádios. Mas duas outras empresas estrangeiras, a canadense RWDI 2004 (Rowan Williams Davies & Irwin Inc.) e a inglesa BRE (Building Research Establishment Ltd), contestam o resultado desse laudo em relação aos efeitos do vento. O fechamento do Engenhão aconteceu justamente no momento em que os clubes negociavam com o Consórcio Maracanã, pressionando-os para que fechassem o acordo com o novo gestor do estádio. Informações disponíveis em http://m.esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2013/05/07/empresas-de-engenharia-questionam-laudo-que-fechou-do-engenhao.htm. Acesso em 16/02/14.

[88] Disponível em http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/22/maracana-tem-novo-reajuste-de-r-60-milhoes-e-ja-custa-r-125-bilhao.htm. Acesso em 16/02/14.

[89] Disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-das-confederacoes/noticia/2013/05/grupo-de-eike-e-habilitado-e-vence-processo-de-licitacao-do-maracana.html. Acesso em 16/02/14.

Mobilização trouxe resultado aos atingidos: vitória parcial

A insatisfação popular demonstrada durante todo o processo de reforma e concessão do Maracanã ganhou outra dimensão durante a Copa das Confederações, em junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas protestar em todo o Brasil. Cerca de um mês após as manifestações, o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que se tornou o principal alvo das críticas das ruas, iniciou um processo de recuo em relação às pautas do Complexo do Maracanã. No fim de julho, ele anunciou a desistência da demolição do Parque Aquático Júlio Delamare. Após uma semana de negociações, o recuo se estendeu também ao Estádio de Atletismo Célio de Barros, maior terreno do entorno e essencial para o projeto da concessionária de construir um shopping center no local. O Célio de Barros já estava parcialmente destruído e Cabral prometeu sua reconstrução. Mais alguns dias e o governador anunciou a permanência da Escola Friedenreich no Complexo do Maracanã e, por fim, Cabral anunciou também que a Secretaria de Cultura negociaria com os indígenas a utilização do antigo prédio do Museu do Índio. Em apenas uma semana, o governador recuou em quase todas as pautas de uma luta de quase dois anos dos movimentos sociais e atingidos.

A única reivindicação pendente era a privatização do estádio e havia rumores de que Cabral estaria disposto a cancelar o contrato com a concessionária. O Consórcio Maracanã, porém, manteve seu interesse na gestão do estádio, contrariando seu próprio plano de negócios original que dizia que o Maracanã só seria rentável e teria o conforto de um estádio de ponta sem os equipamentos públicos do entorno. Ou seja, não era verdade que as demolições eram necessárias no Novo Maracanã, base da argumentação ao longo de todo o processo de privatização do estádio; as demolições na verdade tornariam o Maracanã ainda mais rentável para a concessionária, prejudicando milhares de usuários dos equipamentos públicos. O governo do estado sempre esteve ao lado do projeto das empresas, o defendeu veementemente em aparições públicas e para a imprensa, mas após a pressão popular teve que ceder.

Apesar dos recuos e das promessas do governo, pouco se avançou até o início do ano da Copa do Mundo no Brasil. O Parque Aquático Júlio Delamare foi reaberto parcialmente, mas a parte da estrutura que havia sido demolida durante as obras do Maracanã ainda não foi reformada. O antigo prédio do Museu do Índio permanece em ruínas. Já a Escola Firedenreich, que não havia sido fechada nem destruída, tem funcionado normalmente. O Estádio de Atletismo Célio de Barros ainda permanece fechado e no dia 9 de janeiro de 2014 os atletas fizeram um ato para lembrar o primeiro ano sem local fixo para treinar. Eles se autodenominaram os "sem-teto do atletismo" na cidade olímpica. Eles lutam pela reconstrução e reabertura do estádio com padrão internacional.

"Estamos há um ano sem o único estádio de atletismo oficial e público, isto na cidade sede

Foto página oposta Aldeia Maracanã (Crédito: Renato Cosentino)

Ato durante a Corrida de São Sebastião, em 20 de janeiro de 2013 (Crédito: Renato Cosentino)

da próxima Olimpíada, que vai entrar para história como a primeira da América do Sul. Para nós do atletismo, o legado chegou antecipado: despejos, demolições, uma luta insana e dolorosa", desabafou Edneida Freire, ex-coordenadora técnica do projeto Rio 2016, que reunia 322 atletas entre cinco e 50 anos no Célio de Barros.

A reforma e privatização do Maracanã é um exemplo emblemático do processo de elitização do futebol brasileiro. A Copa do Mundo no Brasil marca uma profunda transformação nos estádios, que agora são chamados de arenas multiuso. Mas o Maracanã sempre foi uma arena multiuso, com atividades sociais, culturais, esportivas e até de saúde, já que o Célio de Barros e o Julio Delamare atendiam milhares de usuários entre idosos, pessoas com necessidades especiais, crianças de projetos sociais e atletas olímpicos que usufruíam de equipamentos públicos. A tentativa, fruto da parceria entre público e privado, foi de transformar o Maracanã em um shopping, onde as catracas funcionassem como um "filtro social".[90] Isso foi parcialmente alcançado com a privatização do estádio e sua desconfiguração após a reforma. A população que costumava frequentar os jogos não consegue mais pagar o preço dos ingressos que tiveram altas abusivas e o estádio está mais parecido com um estúdio de televisão, onde há regras estritas para o torcedor para que ele se comporte como em uma plateia. Apesar disso, a campanha "O Maraca é Nosso" e os recuos relativos às demolições demonstraram a capacidade da mobilização popular na luta por direitos e ela prossegue no ano da Copa do Mundo para que a vitória parcial seja completa.

[90] Expressão utilizada pelo pesquisador Christopher Gaffney no debate "O Novo Maracanã: Dinheiro Público e Ganhos Privados", no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) do Gragoatá, na Faculdade de Economia, em 24 de out. 2013. A fala está disponível em http://youtu.be/v1jK3RK7IHY. Acesso em 20/11/2013.

Copa do Mundo de 2014 e o aumento da exploração sexual no Nordeste

O aumento da exploração sexual é um dos temas discutidos nas cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014. Para organizações ligadas à luta feminista, o evento contribuirá para o aumento da exploração sexual e tráfico de mulheres. Segundo estimativa da Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE), cerca de 3.500 mulheres estão em situação de prostituição em Fortaleza e os grandes eventos contribuem para o aumento do turismo sexual no circuito dos balneários e adjacências das cidades-sede.

As cidades de Salvador (BA), Natal (RN) e Fortaleza (CE) apresentam intensificação da prostituição, também fortalecida pela presença de aliciadores de mulheres oriundos de outros municípios e estados.

De acordo com a advogada de direitos humanos da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAAP) e ex-coordenadora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Fortaleza, Daniela Alencar, uma pesquisa realizada em 2009 pela Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, e tendo como campo de pesquisa a Associação das Prostitutas do Ceará, é contundente quando aponta que a maioria das prostitutas iniciaram suas atividades sexuais na adolescência e tem como única fonte de renda a prostituição.

"Em Fortaleza, as profissionais do sexo na sua grande maioria estão na faixa etária de 26 a 30 anos e se declaram heterossexual. A maior parte das mulheres começaram a se prostituir entre a adolescência e a juventude (16-20 anos), 41% das mulheres ganham até um salário mínimo como rendimento. Perguntadas sobre o desejo de capacitar-se em outras áreas, 79% responderam que sim. No que diz respeito a raça e etnia, 31% declarou-se parda. Quanto à escolaridade, 34% não concluiu o ensino fundamental, 63% das entrevistadas possui como única fonte de renda: a prostituição", relata Daniela.

Para a advogada, a falta de investimentos em políticas públicas para atender as prostitutas mostra que o governo não tem preocupação com os impactos negativos que um evento como a Copa do Mundo pode causar. Distribuídas pelos balneários das cidades, elas se encontram suscetíveis às mais diversas formas de violações dos seus direitos, dentre elas: coação por cafetões, donos de bares e boates; submissão à humilhação e violência dos clientes e aliciadores. Na maioria dos casos, nota-se que são inoperantes os polos de atendimentos a mulheres em situação de violência, pois apresentam problemas estruturais que dificultam ou inviabilizam o atendimento.

No mundo, a prostituição é a terceira atividade mais rentável para o crime organizado, uma cadeia que movimenta US$ 32 bilhões por ano, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sem alternativas, milhares de mulheres são submetidas à escravização dos seus próprios corpos para sobreviver - 79% da receita (US$ 25,3 bilhões) vêm apenas da exploração sexual .

Em entrevista publicada no dia 11 de dezembro de 2012 no site da Odara - Instituto da Mulher Negra, a ativista e coordenadora executiva da organização, Valdecir Nascimento, afirma que a Copa do Mundo vai coisificar a mulher baiana, estimular a prostituição para o turista, o que atenderá aos interesses dos empresários e aumentará a discriminação com relação às mulheres.[91]

"Eu tinha uma expectativa maior em torno da Copa do Mundo em Salvador, porque a Copa mobiliza recursos financeiros. Então, imaginei que esse dinheiro chegaria à população de outras partes da cidade nos programas de inclusão produtiva, mas não é a realidade. O que vemos acontecer é a garantia dos interesses dos empresários", disse Valdecir.

No Brasil, não é crime a prostituição ou pagar pelo sexo. Entretanto, explorar por meio da atividade sexual, como aliciar, induzir, facilitar a prostituição ou a exploração sexual, e impedir que abandone é crime previsto no Código Penal. As penas podem variar de um até dez anos de reclusão.

Colaborou Greice Lima

[91] Trecho da entrevista com Valdecir Nascimento está disponível no site do Instituto Odara - http://institutoodara.org.br/ativistas-falam-sobre-a-copa-do-mundo-em-salvador/.

COMITÊ POPULAR
COPA & OLIMPÍADAS RIO

Surge uma resistência nacional aos impactos da Copa

Pela primeira vez no processo de preparação de um país para receber a Copa do Mundo Fifa, grupos locais de resistência criaram comitês populares em cada cidade-sede. E foram além: se organizaram nacionalmente, pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa (Ancop). O fato se deu em novembro de 2010, da confluência de dois encontros que tinham a intenção de promover debates e análises mais profundas sobre os impactos dos grandes eventos no Brasil.

A Ancop lançou o primeiro dossiê "Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil" [92] em dezembro de 2011, em um ato nacional realizado simultaneamente nas cidades-sede. O documento dividido em Moradia, Trabalho, Informação, Participação e Representação Popular, Meio Ambiente. Acesso a Serviços e Bens Públicos, Mobilidade e Segurança Pública traçou um panorama das violações nas 12 cidades e logo se tornou uma referência sobre o tema. A grande cobertura da mídia colocou a articulação em evidência como a principal voz crítica aos grandes eventos.

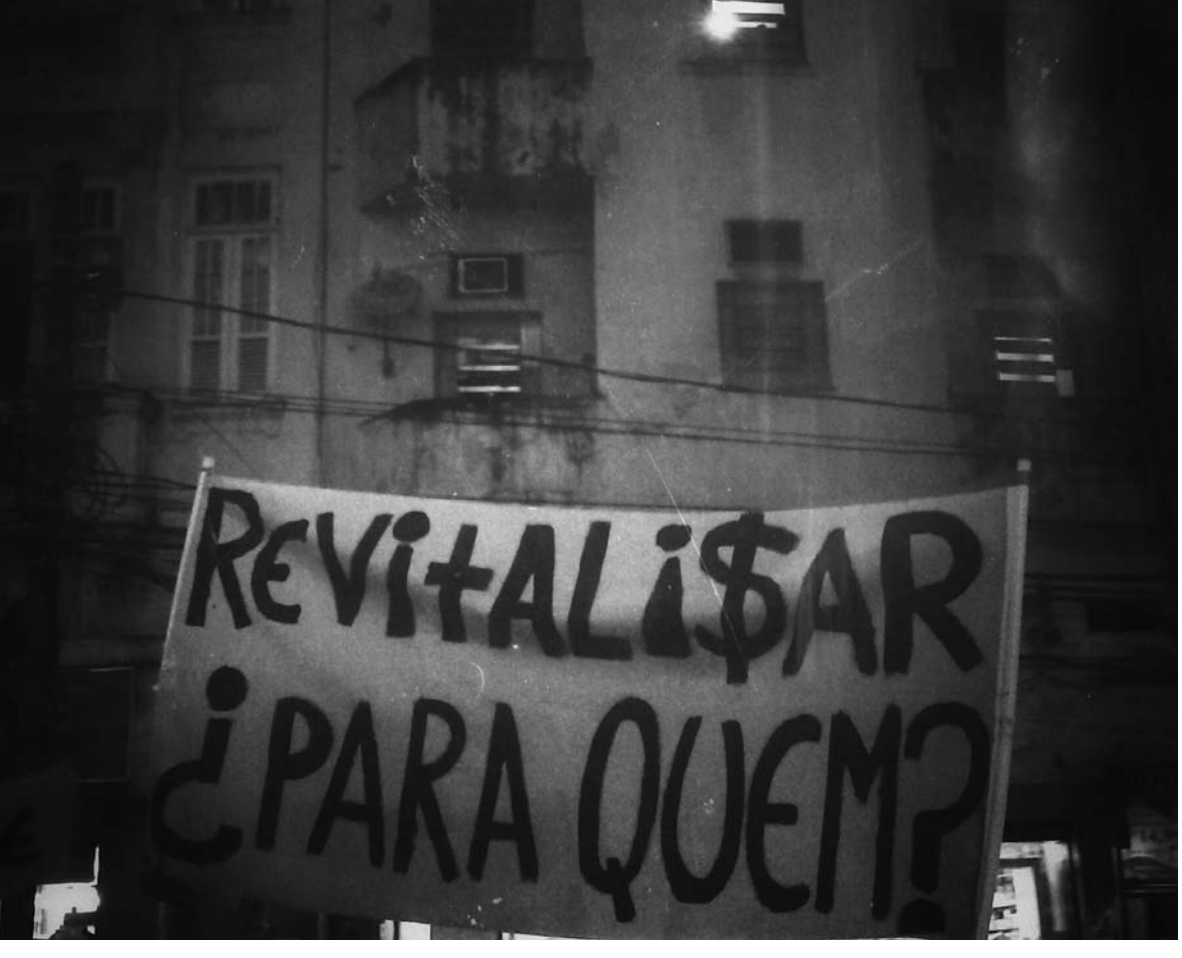
O sucesso do dossiê fez com que o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro lançasse uma versão local mantendo a estrutura do documento nacional. Na seção Moradia, a base do conteúdo era o relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), fruto de uma missão realizada em maio de 2011 em parceira com diversas entidades, que documentou uma série de violações de direitos em diferentes comunidades da cidade.

O trabalho de documentação em formato de dossiês, a promoção de debates públicos e posicionamentos políticos, e a ocupação das ruas em protestos contra as violações passaram a ser as principais atividades dos comitês a nível local. Na Ancop a incidência sobre a aprovação de leis federais de exceção, como a Lei Geral da Copa, ou ainda denúncias internacionais na ONU foram importantes para alçar o debate sobre as violações que ocorriam no Brasil a outro patamar. No Rio de Janeiro, um dos comitês mais ativos, dois foram os principais focos de ação: a luta contra as remoções e pelo direito à moradia e a privatização de espaços públicos, como o estádio do Maracanã.

A partir de junho de 2013, a massificação dos protestos durante a Copa das Confederações e o surgimento de novos grupos, coletivos, formas de se manifestar e de se comunicar, demonstraram que os comitês da Copa de certa maneira anteciparam um debate colocado para a sociedade brasileira. A Copa do Mundo irá de fato trazer benefícios sociais para quem mais precisa? A população, enfim, começa a enxergar que não. O Mundial sempre foi colocado no Brasil como uma grande oportunidade de superar desigualdades sociais. Com uma análise crítica e profunda sobre o modelo que acompa-

Foto página oposta Ato Público: "O Maraca é nosso" (Crédito: Renato Cosentino)

[92] Disponível para download em http://bit.ly/1aWxMgi. Acesso em 16/02/14.



nha esses eventos e a reestruturação urbana que as cidades brasileiras vêm sofrendo durante a preparação para os jogos, os Comitês conseguiram construir uma visão mais real do que está acontecendo: remoções forçadas, privatização, endividamento público, suspensão de direitos, entre outras violações, que não dialogam com os benefícios do discurso e da publicidade governamental.

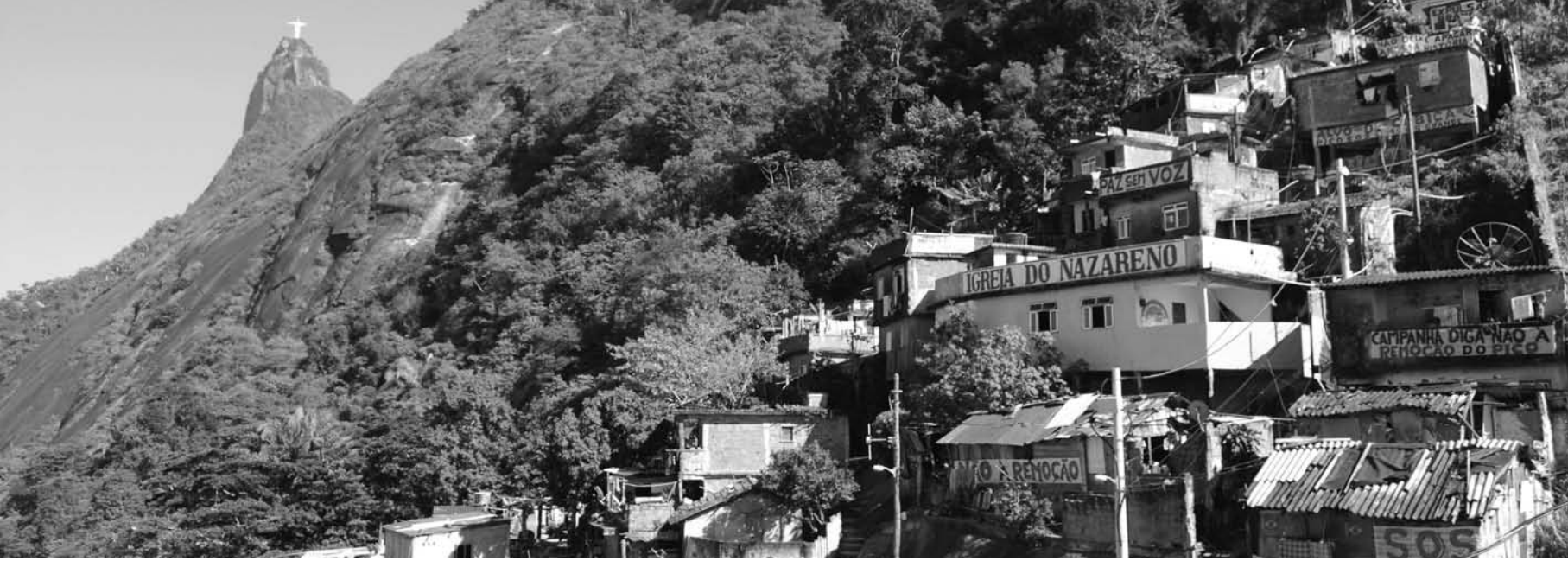
A campanha iniciada nas redes sociais pela presidente da República, Dilma Roussef, onde responde o grito das ruas de "Não vai ter Copa" com "Vai ter Copa"[93] e que essa será a "Copa das Copas", demonstra a preocupação do governo federal tem tido com o sentimento que da população sobre o evento, ainda mais em ano de eleições estaduais e federal. O futebol, que não de agora esteve relacionado à manipulação de sentimentos legítimos que a população tem por sua cidade e por seu país para impor grandes negócios em benefício de poucos, ou para a perpetuação de projetos de poder, parece que teve seu efeito relativizado a partir de junho de 2013. Na final da Copa das Confederações, enquanto o Brasil vencia a Espanha por 3 a 0 no Maracanã, 30 mil protestavam por direitos do lado de fora do estádio. A repressão protagonizada por 10 mil policiais que faziam o esquema de segurança da partida[94] fez com que os jogadores sentissem o cheiro do gás lacrimogêneo de dentro do campo. A população parece cada vez mais saber separar seus direitos, sistematicamente violados em nome dos grandes eventos esportivos, e o espetáculo futebolístico. Em 2014, a "Copa das Copas" promete ser

Foto acima Protesto na Praça Mauá, zona portuária do Rio, durante inauguração do Museu de Arte do Rio (MAR). (Crédito: Felipe Werneck)

Foto página oposta Comunidade Santa Marta, Zona Sul do Rio de Janeiro (Crédito: Renato Cosentino)

[93] Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,pt-rebate-protesto-e-cria-campanha-vai-ter-copa,1118012,0.htm. Acesso em 16/02/14.

[94] Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,rio-mobiliza-10-mil-policiais-para-seguranca-na-final-no-maracana,1048157,0.htm. Acesso em 16/02/14.



também a "Copa das Manifestações."

Foram as pessoas que tomaram conta das ruas em junho de 2013 a partir do estopim de aumento das passagens que exemplificaram as insatisfações ao adotarem um discurso claro de que não era apenas por 20 centavos que lutavam. A redução da tarifa puxava os atos inicialmente, mas o descontentamento tinha razões muito mais profundas, relacionadas diretamente ao tipo de desenvolvimento que o país adotou.

Apesar de ser clara a ligação entre o modelo de desenvolvimento e os protestos, eles não surgem para criticar o sistema como um todo, mas sim os seus efeitos, como mostram também aqueles que se seguiram aos das passagens. No Rio de Janeiro, o descaso com o ensino público foi o mote de grandes atos em setembro e outubro, quando professores das redes municipal e estadual entraram em greve, recebendo apoio de muitos que, sendo ou não alunos ou pais de alunos de instituições públicas, perceberam que a pauta da educação pública de qualidade era de todos.

Além das grandes manifestações, as ações de resistência também se colocam em lado oposto ao da proposta de desenvolvimento do país. Os movimentos que lutam por moradia evidenciam isso ao tratar habitação não como uma mercadoria a ser comprada por poucos - e que muitas vezes têm que se endividar por décadas para isso -, mas como um direito garantido a todos. E a distorção que o modelo econômico criou nessa questão é ainda mais gritante ao se analisar dados do Censo nacional de 2010: o país tem 6.07 milhões de domicílios vagos e 5.8 milhões de famílias que não tem casa ou moram em locais inadequados. Dessa forma, se todas as residências sem uso fossem repassadas para quem precisa de moradia, ainda assim sobrariam cerca de 200 mil desocupadas.

Como todas as esferas governamentais no Brasil não parecem dispostas a buscar um novo modelo de desenvolvimento, é possível que nos próximos anos mais protestos surjam no país. O que, com o acúmulo, poderá levar ao aprofundamento das críticas e das pautas, que deixarão de tratar de efeitos para ir direto à causa.

Laura Burocco é pesquisadora em politicas urbanas, doutoranda pela ECO/UFRJ (Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Foto página oposta Assentamento na Cidade do Cabo (Eric Parker/CC)

África do Sul

Laura Burocco

O caso da África do Sul

"A África do Sul não mostra ao mundo o que está fazendo por seu povo. Só mostra a Copa do Mundo."

(Comentário de um entrevistado, em 2009.)

Introdução

Neste capítulo, escolhemos analisar os casos mais comentados pelos meios de comunicação e pelas organizações de direitos humanos sobre a Copa do Mundo na África do Sul em 2010. O capítulo divide-se em uma breve apresentação, cujo objetivo é ajudar o leitor a contextualizar os conflitos em relação à localização, à realidade do lugar e aos atores envolvidos, e depois é composto por seis seções e uma conclusão.

A primeira seção relata casos de despejo na Cidade do Cabo, Durban e Johannesburgo — escolhemos os mais emblemáticos, entre vários: 1) Blikkiesdorf, na Cidade do Cabo; 2) Seção Umlazi D, em Durban e 3) San Jose, em Johannesburgo. A segunda é sobre o desrespeito aos direitos constitucionais trabalhistas dos comerciantes informais e trabalhadores da construção civil. A terceira seção denuncia a violência policial, especialmente contra crianças que vivem ou trabalham nas ruas de Durban. A quarta trata do financiamento de obras para a Copa, realizado com recursos públicos, referindo-se especialmente ao desrespeito ao orçamento tanto na construção dos estádios Green Side Stadium, na Cidade do Cabo, e o Soccer City Stadium, em Johannesburgo, como da ferrovia de trens rápidos Gautrain, projeto de infraestrutura extremamente caro e também construído nesta cidade. A quinta seçao é dedicada à reação da sociedade civil por meio das principais organizações que atuaram no contexto da Copa 2010. Em termos de moradia: *Anti Eviction Campaign* (Campanha contra Remoção); *Abahlali baseMjondolo* (Moradores de Barraco, em Zulu), movimento social de moradores de favelas na África do Sul notório por sua luta por moradia social; Comitê dos Moradores de San Jose em Johannesburg. Em termos de direitos trabalhistas: War on Want, organização inglesa que luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento; StreetNetInternational, organização que promove a luta pelo direitos de vendedores de rua; do Comitê do Early Morning Market em Durban; do Building and Wood Workers International BWI Africa & Middle East, federação sindical mundial que congrega sindicatos livres com membros dos setores de edificação, materiais de construção, madeireiro, de sivilcultura e semelhantes. Por último, ativos no âmbito ambiental, de moradia e saúde na cidade de Durban, a *South Durban Community Environmental Alliance* (SDCEA, em tradução livre Aliança da Comunidade de South Durban pelo Meio Ambiente). A última seção é dedicada ao legado da Copa da África do Sul de 2010, analisado pela perspectiva social e econômica. Depois da conclusão o leitor encontrará uma seleção de vídeos e documentários produzidos sobre a Copa da África do Sul de 2010.

Localizando os conflitos

A Cidade do Cabo (província de Western Cape) é a segunda metrópole mais povoada da África do Sul e a capital da província de Western Cape. É ainda a sede do Parlamento Nacional e a capital legislativa do país. É o centro econômico da província do Western Cape, o segundo da África do Sul e o terceiro do continente africano. No Distrito Central de Negócios (CBD – *Central Business District*) há um extenso programa de remodelação urbana, com inúmeros edifícios novos e renovações paisagísticas sob a orientação do Cape Town Partnership (CTP), agência de facilitação do desenvolvimento, que tem como foco a mobilização, a coordenação e o alinhamento dos recursos públicos, privados e sociais, formado pela administração da Cidade do Cabo, pela *South African Property Owners Association* (Associação de Proprietários da África do Sul, Sapoa) e pela Câmara Regional de Comércio e Indústria da Cidade do Cabo. O CTP está registrado como uma organização independente, sem fins lucrativos, com o objetivo de tratar de questões de degeneração urbana, desinvestimento e problemas sociais no centro urbano da Cidade do Cabo. Para alcançar esse objetivo, a CTP foi particularmente ativa a fim de garantir a realização da Copa de 2010 na África do Sul, assim como a preservação de seu legado.

Durban, KwaZulu (província de Natal), chamado em zulu de *eThekwini*, é a maior cidade da província sul-africana de KwaZulu-Natal. É o segundo mais importante centro de produção da África do Sul, depois de Johannesburgo, e também o porto mais movimentado do continente. Junto com a Cidade do Cabo, é um dos principais centros de turismo do país. O município, que inclui cidades vizinhas, tem uma população de quase 3.5 milhões de pessoas, fazendo desse conjunto a maior metrópole da Costa Leste da África. A Região Metropolitana de Durban (*DMA*) tem uma economia ampla e diversificada, com fortes setores de produção, turismo, transporte, finanças e governo. É a terceira cidade mais rica da África do Sul. O governo é objeto de denúncias em relação às remoções de moradores de favelas e por denúncias de violência policial contra comerciantes informais, sem-teto e representantes de movimentos sociais.

Johannesburgo (província de Gauteng), capital da província, é a maior cidade da África do Sul em população. Gauteng é a província mais rica do país, possuindo a maior economia entre as metrópoles da África subsaariana. De acordo com o Censo de 2007, a população da cidade de Johannesburgo era de 4.434.827 habitantes, e a população da Grande Johannesburgo era de 7.151.447 habitantes. A cidade é uma das 50 maiores regiões metropolitanas do mundo e um dos principais centros financeiros do planeta, sendo, também, o centro econômico e financeiro da África do Sul. Em uma pesquisa realizada em 2008 pela empresa de cartões de crédito MasterCard, Johannesburgo classificou-se em 47º lugar entre as 50 cidades mais

[1] "Johannesburgo, uma Cidade Africana de Classe Mundial" é o slogan oficial da cidade de Johannesburgo e aparece em seu logo oficial. A "Estratégia de Johannesburgo", um plano de desenvolvimento da cidade de longo prazo , criado pelo município, claramente promove uma economia orientada para o exterior, no intuito de estabelecer uma imagem que reforça a lógica da competitividade em detrimento de políticas inclusivas de igualdade e uso integrado e mais igualitário da cidade.

importantes do mundo como centro global de comércio – e foi a única cidade da África a entrar nesse ranking. Em 2002, a cidade lançou a *Joburg 2030 Strategy* (Estratégia Joburg 2030), seguida agora pela Joburg 2040 Strategy. Esta é uma proposta para promover uma economia orientada para o desenvolvimento econômico e o atendimento de padrões internacionais e, assim, conseguir que Johannesburgo seja vista como uma "Cidade Africana de Classe Mundial"[1] ("*World Class African City*").

Mapa das Províncias da África do Sul

Agentes envolvidos em cada área

Governos municipais

Prefeitura da Cidade do Cabo: http://www.capetown.gov.za/
Prefeitura de Durban (eThekwini): http://www.durban.gov.za/
Governo da Província de Gauteng: http://www.gautengonline.gov.za/
Prefeitura de Johannesburgo: http://www.joburg.org.za/

Organizações

Anti Eviction Campaign: http://antieviction.org.za/
Abahlali baseMondjolo: http://abahlali.org/
South Durban Community Environment Alliance (SDCEA): http://www.sdcea.co.za/
War on Want: http://www.waronwant.org/
Building and Wood Worker's International (BWI): http://www.bwint.org/
StreetNetInternational :http://www.streetnet.org.za/

Iniciativas privadas

Cape Town Partnership: http://www.capetownpartnership.co.za/
Gautrain: http://www.gautrain.co.za/

Estádios

Green Point Stadium (Cidade do Cabo):
http://www.capetown.gov.za/en/FIFA2010/Pages/CapeTownStadium.aspx
Moses Mabhida Stadium (Durban): http://www.mmstadium.com/
Soccer City Stadium, First National Bank Stadium ou ainda
FNB Stadium (Johannesburgo): http://www.stadiummanagement.co.za/

Remoções

O *Reconstruction and Development Programme* (Programa de Reconstrução e Desenvolvimento ou *RDP*, conhecido ainda como *RDP housing*) é um conjunto de políticas implementadas pelo Congresso Nacional Africano (ANC) durante o governo de Nelson Mandela, em 1994, depois de extensas discussões entre o ANC e setores públicos e privados. O seu objetivo principal foi de solucionar imensos problemas socioeconômicos e altíssimos índices de desigualdade causados pelo regime do *apartheid* que tinha acabado de ser derrubado. O *RDP housing* também representa o programa de habitação social mais popular do governo sul-africano. Entre 1994 e o início de 2001, mais de 1.1 milhão de casas de baixo custo foram erguidas com subsídios governamentais, beneficiando cinco milhões de pessoas entre os cerca de 12.5 milhões de sul-africanos sem habitação adequada. Infelizmente, isso não representa uma solução sustentável e eficiente, sendo as casas localizadas em terrenos sem acesso a serviços básicos, trabalho e transporte. Não é raro que as casas entregues pelo *RDP housing* levem a violentos conflitos dentro das comunidades por causa da longa lista de espera, ou dos critérios usados pela alocação das casas. Acontece tambem que as RDP houses são frequentemente objeto de venda ou sublocaçao por parte dos beneficiários. As pessoas entrevistadas para esta pesquisa são, em sua maioria, aquelas que estão na lista de espera para moradias do *RDP*, algumas aguardando há 15 anos e as engajadas em movimentos de moradia urbana.

Entre os entrevistados a reclamação mais comum em relação à Copa do Mundo era a disposição do governo em tornar invisível a pobreza que existe na África do Sul, através de remoções forçadas para longe dos olhos dos turistas que chegavam ao país para assistir aos jogos. Mesmo assim, a forma como o governo agiu removendo as pessoas à força e trasferindo-as para supostas áreas de relocação temporária (as chamadas Temporary Relocation Area, ou TRA, que acabaram por se tornar permanentes), a violaçao de direitos humanos, a falta de serviços básicos nesses locais são elementos tão naturalizados dentro do dia a dia dos pobres sul africanos que não teve como criar uma ligação exclusiva destas violações com o evento da Copa. A fraqueza das politicas habitacionais sul africanas acaba se expressando claramente na frequencia com que os casos de despejos forçados acontecem, tanto por conta da ocupação ilegal de terrenos ou de edifícios no centro das principais cidades sul-africanas, quanto pela construção ilegal de habitações.

Talvez por essa razão os resultados da coleta de dados sobre despejos como consequência da preparação do país para a Copa do Mundo de 2010 tenha sido um pouco frustrante. Alguns meses após o fim do evento, as pessoas entrevistadas pareciam lembrar-se dele e de seus efeitos como algo há muito acontecido, e cujo impacto era discutível.[2]

Mais do que criar uma situação de novos abusos, a Copa do Mundo de 2010 parece ter

[2] A pesquisa, conduzida pela autora, na qual este capítulo está baseado é dividida em dois períodos: o primeiro, entre fevereiro e abril de 2011, e o segundo, entre novembro de 2013 e janeiro de 2014.

acelerado alguns processos que já estavam presentes na vida de algumas pessoas.

Blikkiesdorp, Cidade do Cabo

A Symphony Way TRA, em Delft, Cidade do Cabo, mais conhecida como Blikkiesdorp, é um campo de realocação constituído de barracos de zinco erguidos pela Prefeitura da Cidade do Cabo em 2008, a um custo estimado de 32 milhões de randes (quase US$ 3 milhões) para fornecer "habitação de emergência" para cerca de 650 pessoas retiradas de edifícios invadidos. Enquanto o prefeito da Cidade do Cabo a descreve como uma área de realocação, que por definição deveria ser um alojamento provisório de emergência, seus moradores preferem usar o nome mais significativo de "campo de concentração", que em 2013 parece ter se tornado moradia definitiva para quem ali vive.

Moradores entrevistados durante as obras de preparação para a Copa do Mundo — e ainda após o evento ter acontecido — por jornais locais e internacionais disseram terem sido despejados de suas antigas casas e levados para lá contra sua vontade, e atribuem a responsabilidade de sua remoção à Copa do Mundo. As antigas "moradias ilegais" estavam na rota que liga o aeroporto da Cidade do Cabo ao Centro da cidade. Seus moradores foram, então, transferidos a fim de criar a imagem ilusória de cidades sul-africanas sem pobreza para os fãs do futebol que chegavam de todo o mundo. A primeira Copa da África tornou-se uma ferramenta para impressionar estrangeiros ricos à custa de seu próprio povo empobrecido — daí a decisão da cidade em realocar seus habitantes menos favorecidos.

Em 2014, após seis anos, essas pessoas ainda vivem no campo de Blikkiesdorp, local que seus moradores dizem ser ainda "pior do que os distritos – ou *townships*, guetos suburbanos criados pelo governo durante o *apartheid*, destinados a não-brancos – principalmente negros e indianos – nas periferias das cidades sul-africanas". Em alguns casos, famílias de sete pessoas vivem amontoadas em espaços de três por seis metros. Eles se queixam de que as paredes de zinco tornam o interior das moradias sufocantes nos 40ºC do verão, e oferecem pouca proteção contra o frio no inverno. A tuberculose e o HIV são frequentes e os bebês que nasceram em Blikkiesdorp oficialmente não existem, porque não foram registrados em nenhum censo. Os barracos são rigidamente alinhados, com pouco espaço para melhoria individual das casas, embora alguns moradores tenham tentado aumentá-las, criando jardins e abrindo, no local, lojas de conveniência informais (as chamadas *spaza shops*). Há iluminação pública e energia elétrica nas casas, mas faltam calçamento e pavimentação nas ruas — os caminhos são cobertos de areia, que o vento leva em redemoinhos. Não há chuveiros ou pias; a água dos canos e das torneiras cai diretamente no chão, infiltrando-se sob as casas. As privadas encontram-se dentro de pequenos e sombrios cubículos de concreto, muitos com goteiras nos tetos quebrados, apesar das repetidas promessas para repará-los.

Enquanto a Copa do Mundo continua a ser associada pelo governo sul-africano e por investidores privados a promessas de melhorias de infraestrutura e um alto padrão de vida, Blikkiesdorp representa um triste exemplo de regressão na África do Sul. A responsabilidade da Copa do Mundo pelo agravamento das condições de vida de muitos sul-africanos é muito clara para eles, e os efeitos ainda são sentidos quatro anos após a grande festa ter acabado. Em uma entrevista dada em 2010 a David Smith, correspondente do jornal inglês *The Guardian*, os moradores de Blikkiesdorp declararam: "Ao chegarem aqui pra a Copa do Mundo, as pessoas ricas devem vir conhecer Blikkiesdorp primeiro, para verem por si mesmas como as pessoas estão vivendo. É pior do que o *apartheid*".[3] Isso se torna ainda mais grave considerando-se que o país tem uma história recente de remoções forçadas baseadas na segregação racial durante o período do *apartheid*. A Copa do Mundo de 2010 aparentemente contribuiu para o aprofundamento de uma desigualdade econômica já existente. O governo da Cidade do Cabo nega

Foto acima Guarda de segurança privada (Laura Burocco/dez/2013)

Foto página oposta Campo de Blikkiesdorp (Eric Parker/CC)

[3] Disponível em http://www.theguardian.com/world/2010/apr/01/south-africa-world-cup-blikkiesdorp. Acesso em 15 dez.2013.

Foto acima e página oposta
Blikkiesdorp, campo de realocação na Cidade do Cabo
(Laura Burocco/dez/2013)

que tenha desalojado pessoas em Blikkiesdorp por causa da Copa do Mundo, argumentando que a TRA foi erguida pela Prefeitura por causa da urgência em realocar as pessoas. O local, segundo o governo, ultrapassa os requisitos nacionais de habitação. Em 2014, porém, as pessoas ainda estão vivendo lá, nas mesmas condições desumanas.

De acordo com uma entrevista feita em dezembro de 2013 com Matilda Groepe, membro do *Blikkiesdorp Concerned Residents Group* (associação formada por moradores de Blikkiesdorp), nos últimos três anos a Prefeitura continuou a construir novos barracos e a trazer mais gente, confirmando as dúvidas quanto à natureza provisória e emergencial do lugar. Groepe também expressou enorme preocupação e inquietude com o aumento da atividade de gangues pelo controle do território — grupos responsáveis, ainda, pelo comércio de drogas e por assaltos. As questões de segurança tornam-se ainda piores considerando-se o elevado número de mulheres solteiras com filhos que vivem em Blikkiesdorp, o alvo preferido desses criminosos: suas casas são frequentemente arrombadas e assaltadas. Moradores solicitaram à polícia durante dois anos um controle maior da área e a garantia de condições mínimas de segurança, mas apenas recentemente, por causa do aumento da violência, a Prefeitura providenciou guardas de segurança privada.[4] Segundo os moradores, porém, a segurança privada atua em Blikkiesdorp principalmente para evitar que o material de construção (mesmo os que estão em barracos já erguidos) sejam furtados para serem usados na construção de moradias em lugares melhores, e não para garantir a segurança dos que lá vivem.

Outro aspecto de séria preocupação é a condição sanitária do lugar. Todas as vezes que chove a ineficácia do sistema de esgotos provoca inundações e vazamentos pelas ruas em que as crianças brincam e pessoas circulam.

[4] O uso de empresas de segurança privada é muito comum na África do Sul, e não são apenas os indivíduos que estão lançando mão desse tipo de serviço: o governo municipal utiliza empresas como a Bad Boyz Security ou a famosa Red Ant Security Service, cujos guardas, que usam uniformes vermelhos, são responsáveis pela maior parte das ordens de despejo no centro de Johannesburgo.

Fotos Blikkiesdorp, campo de realocação na Cidade do Cabo (Laura Burocco/dez/2013)

Seção Umlazi D – Durban

Em 2009, aproximadamente cem moradores de Seção Umlazi D, em Durban, foram expulsos e tiveram suas casas demolidas para dar espaço à ampliação do Estádio Umlazi para a Copa do Mundo de 2010. De acordo com a Sdcea (South Durban Community Environment Alliance), o governo prometeu casas em um prazo de seis meses, mas desde 2009 os moradores despejados vivem em barracos "temporários", erguidos sobre um aterro de dejetos tóxicos, usado por companhias químicas e refinarias como destino final de resíduos químicos e hospitalares. Desde então, moradores, principalmente mulheres e crianças, respiram o ar contaminado.

O sul de Durban é o maior centro químico africano e muitas empresas (internacionais e locais) são responsáveis por desastres ambientais e de saúde na área, com a complacência do governo. Entre as empresas que usam o aterro estão a Anglo American, Mondi Paper Mill, Petronas Engen Refinery, Shell & BP Refinery The Dutch Chemical Company, Vopak e a companhia química britânica Island View Storage. A empresa de resíduos EnviroServe administrava o aterro sanitário até ele ser fechado, em 2007. Como em Blikkiesdorp as pessoas vivem nas piores condições, sem banheiros, eletricidade ou saneamento básico decentes, longe de hospitais, clínicas e escolas, ou ainda de qualquer possível fonte de renda em mercados formais ou informais, sustentando-se como vendedores ambulantes. Mulheres e crianças estão expostas a todo tipo de violência e perigo, e vivem sob o medo e ameaças constantes, seja pela ação de criminosos ou pela violência usada pelo governo nas ações de despejo.[5]

Foto lateral Aterro de Umlazi (South Durban Community Environment Alliance - Sdcea)

Foto acima Menina brinca com embalagem velha de produto tóxico em Umlazi (Manuel Ebert/CC)

[5] Mais informações no site da *South Durban Community Environment Alliance*. Disponível em: <http://www.sdcea.co.za/>. Acesso em: 21 dez. 2013

Edifício San Jose (Lauren Royston/CC)

Edifício San Jose – Johannesburgo

Até setembro do 2008, antes de serem realocadas por uma ação da municipalidade de Johannesburg, cerca de 400 pessoas viveram no San Jose, um "edifício condenado" em Hillbrow, bairro de alta densidade demográfica no Centro da cidade de Johannesburgo. O governo municipal define como "edifícios condenados" os prédios que foram abandonados e negligenciados por seus proprietários, e posteriormente ocupados ilegalmente. Segundo dados oficiais da municipalidade, existem cerca de 25 mil pessoas vivendo em 235 edifícios condenados no Centro da cidade. Muitos dos moradores do San Jose não tinham certeza de quem era o dono do apartamento em que viviam. Alguns disseram que eles simplesmente estavam andando pela rua, encontraram um apartamento abandonado e o reformaram. De acordo com artigo de Kevin Bloom "Os pobres urbanos: Por que Joburg deseja que eles não existam", publicado no jornal on-line *Daily Maverick* em 13 de Abril de 2010:

> durante anos [os moradores] eles têm vivido engenhosamente no bloco de apartamentos abandonados. Superaram a falta de eletricidade e água usando velas de parafina e tambores de cinco litros de água; levantam-se às 4h da manhã todos os domingos para esfregar e limpar os corredores e espaços públicos, em uma espécie de 'permuta' exigida pelo comitê informal que administra o edifício, já que não há pagamento de aluguel. Graças aos moradores e à atitude informal dos membros do comitê, o San Jose nunca foi um edifício refém.[6] (Bloom, 2010)

A realocação dos moradores do San Jose pelo Conselho da Cidade é parte da estratégia do governo municipal de revitalização e do centro de Johannesburgo.[7] Esse é um dos pilares da "Estratégia 2030 Joburg" claramente dirigida para promover uma economia orientada para satisfazer padrões internacionais e, assim, sedimentar a imagem de Johannesburgo como uma "Cidade Africana de Classe Mundial". Essa diretriz reforça a lógica da competitividade em detrimento de políticas inclusivas e de equidade, dirigidas a apoiar um uso mais integrado e igualitário da cidade. A Copa do Mundo de 2010 desempenhou um papel considerável na estratégia de marketing do governo sul-africano, refletindo os planos municipais.

[6] São chamados de "edifícios reféns" aqueles dominados por gangues que impõem o pagamento de aluguel, mas impedem o abastecimento de água e de eletricidade e deixam o prédio se deteriorar, enquanto continuam a extorquir os moradores.

[7] A Estratégia de Johannesburgo para a Revitalização do Centro da Cidade (*The City of Johannesburg's (CoJ's) Inner City Regeneration Strategy*) foi lançada no ano 2000 para aumentar e sustentar o investimento privado na cidade. Os componentes da estratégia são: a) gestão urbana intensiva; b) atualização e manutenção de infraestrutura para criar um ambiente atraente para moradores e empresas; c) apoio para os setores econômicos com potencial para prosperar no centro da cidade e incentivo ao crescimento desses setores; d) desestimular o uso de propriedades que estão abandonadas, superlotadas ou mal conservadas e que, por sua vez, desvalorizam quarteirões inteiros desencorajando investimentos; e) incentivar investimentos de "efeito cascata" que podem levantar toda uma área.

Condições de trabalho

a) Comerciantes informais

Apesar de não poder desprezar a importância da economia informal para o sistema econômico dos países em desenvolvimento, e mesmo teoricamente protegidos pelo Capítulo 2° da Constituição da África do Sul, que trata do direito ao trabalho, as condições de trabalho dos comerciantes informais estão difíceis em todo território sul-africano. Vários destes profissionais foram expulsos de seus pontos habituais de trabalho de comércio como resultado das legislação imposta pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) para o período anterior e durante a Copa do Mundo: FIFA By Law (Estatuto da Fifa).[8] De acordo com a organização *Lawyers for Human Right* (Advogados pelos Direitos Humanos), os comerciantes informais foram especialmente vulneráveis a esses estatutos. Os vendedores de rua geralmente vivem em situação precária e dependem da receita da venda de seus produtos à beira das estradas para comprar comida, pagar as taxas escolares e os uniformes para seus filhos e manter a moradia sobre suas cabeças. Eles certamente não fazem concorrência com empresas internacionais como Coca-Cola ou Budweiser. Muitos comerciantes reclamaram da perseguição policial e da atitude indiferente dos funcionários municipais.[9] A violação ao direito ao trabalho tornou-se ainda mais grave porque a maioria desses vendedores informais são mulheres, frequentemente chefes de família.

Dezenas de milhares de camelôs perderam sua renda devido às "zonas de exclusão" em torno dos estádios impostas pela Fifa — nesses espaços somente eram permitidos comércios previamente aprovados. Regina Twala, que vende refeições e lanches há 35 anos em Johannesburgo, disse ao jornal Sunday Independent, da África do Sul, que ela e seus colegas de trabalho tinham recebido ordens para desocupar seus pontos ao redor do Estádio Ellis Park durante a Copa do Mundo de 2010.

Após o fim da Copa no país, a liderança da Western Cape Anti-Eviction Campaign (Campanha Antidespejo Western Cape) na Cidade do Cabo declarou:, declarou:

> "Os pequenos negócios e os comerciantes informais na África do Sul não se beneficiaram de nenhuma maneira com esta Copa do Mundo. Se não estamos autorizados a trabalhar perto de estádios e parques, atendendo a torcedores e a frequentadores de outras áreas turísticas, como podemos nos beneficiar com o turismo?"[10]

Na Cidade do Cabo, comerciantes informais foram proibidos de vender no mercado mais conhecido do Centro da cidade, o Parade Market, e tiveram limitado o seu espaço de comércio no Green Market Square. Ambos os mercados foram declarados fora dos limites permitidos para ação dos camelôs durante os jogos da Fifa. Segundo a Federação, os dois locais estariam dentro da área de segurança. Isto significa que durante o período da Copa do

[8] Para mais informações sobre a Copa do Mundo de 2010 e a Copa das Confederações da Fifa de 2010: Estatuto África do Sul, veja o Box 4: Legislação, pág. 105.

[9] Disponível em: <http://www.lhr.org.za/news/2010/2010-Fifa-world-cup-law-concerns>. Acesso em 15 fev. 2014.

[10] Disponível em http://mg.co.za/article/2010-04-02-life-in-tin-can-town-for-those-evicted-ahead-of-world-cup. Acesso 15 fev. 2014.

Mundo de 2010 os ambulantes foram impedidos de trabalhar nos mercados, locais populares entre os turistas.

Em entrevistas feitas com comerciantes no Green Market Square, as opiniões foram contraditórias. Esse mercado reúne em torno de 200 comerciantes; cerca de 50 deles foram expulsos para a criação de um estacionamento para os ônibus de turistas. Obviamente, os comerciantes que permaneceram gostaram da medida pelo efeito positivo gerado sobre seus negócios, ao contrário dos que foram despejados, sem que fossem oferecidas a eles soluções alternativas.

A situação mostrou-se diferente no Parade Market, local usado pela Fifa para criar seu evento Fifa Fan Fest,uma área particular de entretenimento e alimentação. Os comerciantes habituais foram confinados em outra área e proibidos de vender alimentos e produtos locais. As únicas mercadorias que poderiam vender eram bandeiras (não as feitas à mão por eles, como de costume) e camisetas com as marcas da Fifa e de seus principais patrocinadores. Os comerciantes se queixaram da péssima qualidade dos produtos fornecidos para a venda, além disso, as supostamente típicas vuvuzelas sul-africanas foram fabricadas na China.

Green Market Square
(Laura Burocco/dez/2013)

Parade Market Square
(Laura Burocco/
dez/2013)

Top Dek Free Market
(Laura Burocco/
dez/2013)

Niezaar Toffar, comerciante do Top Dek Free Market (mercado que existe desde os anos 1970), declarou que os comerciantes não tiveram permissão para trabalhar durante seis meses — de janeiro a junho de 2010. Segundo ele, a renovação do mercado foi planejada muito tempo antes da Copa do Mundo, mas o Conselho da Cidade (através de fundos privados) decidiu realizá-la pouco antes da Copa do Mundo. A situação dos comerciantes informais continua crítica nas principais cidades sul-africanas. Na Cidade do Cabo, uma política de higienização está sendo aplicada em todas as ruas centrais, limitando o comércio ambulante e a atuação dos pedintes. Até o uso da orla da praia por pedestres foi rigidamente regulamentado.

Em Johanesburgo, em setembro de 2013, a Prefeitura lançou a iniciativa *Mayoral Clean Sweep* (Limpeza Geral da Prefeitura). O objetivo é acabar com o comércio ilegal, depósitos de lixo e descarte de detritos irregulares, invasões de terrenos e edifícios, furto de energia elétrica e outras violações, além de promover o orgulho cívico. A iniciativa, lançada pelo prefeito, Parks Tau, incluiu: a Roads Agency;órgão responsável pelas estradas de Johanesburgo, a City Power, empresa de energia elétrica da cidade; a Pikitup, companhia de lixo urbano; a Jo'burg Water, distribuidora da água; os setores de meio ambiente e saúde; a Metro Trading Company (MTC), responsável pelos trens metropolitanos; e o Departamento de Assuntos Internos. O resultado foi a remoção de centenas de comerciantes das ruas do Centro da cidade. Graças à resistência das organizações de comerciantes e ao apoio de universidades e da população, o Instituto de Direitos Socioeconômicos da África do Sul (*Socio-Economic Rights Institute of South Africa – Seri*) entrou com uma ação judicial contra o governo municipal. Ao ganhar a causa, a entidade garantiu o retorno dos comerciantes às ruas.

O Early Morning Market na chamada Warwick Junction, em Durban, mais conhecido como *The Mother Market* (O Mercado Mãe), é um mercado de rua centenário que oferece uma enorme variedade de produtos frescos, especiarias, flores e aves vivas. Dentro das obras de preparação para a Copa do Mundo de 2010, o governo municipal queria substituí-lo por um shopping center. O plano afetava cerca de quatro mil postos de trabalho, incluindo comerciantes, ambulantes, operadores dos carrinhos que levam e trazem os produtos pela feira e coletores tradicionais de ervas medicinais. Além disso, o planejamento não previa qualquer tipo de consulta à população sobre o projeto em si e a provisão de locais alternativos para a venda dos produtos.

O Early Morning Market situa-se no terminal de transportes Warwick Triangle que, de acordo com dados da polícia, recebe mais de 400 mil passageiros. A abertura de um shopping center poderia afetar os pedestres e os padrões de consumo na área e, consequentemente, o lucro dos comerciantes. De acordo com Richard Dobson, entrevistado para a reportagem *Trading markets for malls* (Trocando mercados por shoppings), publicada no semanário *Mail & Guardian*, em abril de 2009, o shopping center parece ser parte dos esforços da Prefeitura para "esterilizar" a área a tempo para a Copa do Mundo de 2010. "Essencialmente, o shopping center dita como a cidade deve parecer-se. [Essa iniciativa] não tem relação com permitir que a cidade se desenvolva através da participação dos seus cidadãos, que imprimem nela o seu próprio sabor e sua própria história."

Em abril de 2009, os comerciantes do Early Morning Market colocaram a cidade de Durban nas manchetes dos jornais: um shopping center não tomaria o lugar de sua instituição centenária. Entre junho e julho de 2009, os protestos pelo Early Morning Market ficaram mais intensos e terminaram com a vitória dos ativistas do mercado de Warwick Junction.

Trabalhadores da construção

Apesar do apoio e da expectativa positiva por parte do governo de um aguardado aumento na criação de vagas no setor da construção civil, há que se ressaltar que esses empregos são temporários, de baixa qualificação e mal pagos. Não são, portanto, uma solução para a taxa de desemprego da África do Sul em torno de 24,2%, de 2008 a 2014. Os novos estádios previam um boom nesse setor, mas muitos dos operários contratados para construí-los imediatamente depois do término das obras foram demitidos foram demitidos e agora estão sem trabalho.

Enquanto o custo final do estádio Green Point da Cidade do Cabo foi de 4,4 bilhões de randes (quase US$ 600 milhões), mais de 2.100 trabalhadores ganhavam um salário médio de 14 randes por hora, ou cerca de 2.500 randes por mês (US$ 340), bem abaixo do salário mínimo de quatro mil randes (ou US$ 545). Entre esses trabalhadores, predominantemente masculinos, entre 70% e 80% reclamaram por terem sido contratados como empregados temporários, não lhes sendo permitido receber os benefícios aos quais teriam direito em contratos de longo prazo.

Durante a construção de dois estádios (Peter Mokaba, em Polokwane e Green Point, na Cidade do Cabo) dois trabalhadores morreram, confirmando a natureza perigosa do trabalho e as insuficientes medidas de segurança aplicadas pelas empresas de construção.

Violência policial

Em antecipação aos protestos quanto à situação social e econômica do país, uma forte presença policial nas ruas reprimiu violentamente as manifestações. O conjunto de regulamentos imposto pela Fifa ao país negou ao trabalhador sul-africano o direito constitucional, reconhecido no Capítulo 2°, de "se reunir pacificamente, manifestar-se e protestar". A cidade de Durban registrou os maiores casos de brutalidade e violência.

Durban

Em Durban, manifestações contrárias às remoções forçadas aconteceram meses antes da Copa do Mundo de 2010 e entidades vieram a público denunciar a retirada, à força, de crianças de rua do centro da cidade. Os menores foram posteriormente levados para "áreas seguras", longe do Centro. O Conselho de Segurança da cidade costumava trabalhar com a população de rua (menores abandonados, prostitutas e sem-teto), mas na preparação da Copa do Mundo de 2010 um intenso exercício de "limpeza" foi implementado pela polícia.

Crianças que trabalhavam ou moravam nas ruas acusaram as forças de segurança da cidade de usarem de violência durante a sua transferência para "casas seguras". A Polícia Metropolitana de Durban manteve menores em presídios para adultos (como a Prisão Westville) para que pudessem ser controlados e ficassem longe dos olhos dos turistas da Copa do Mundo de 2010. Essas prisões, distantes do centro de Durban, são as mesmas utilizadas para adultos sem-teto, um ambiente em que as crianças ficaram expostas a abusos e violência, e foram ignoradas quaisquer medidas socioeducativas.

Normalmente batidas policiais costumavam ocorrer em Durban antes de grandes conferências internacionais e eventos esportivos – a cidade é palco contumaz de encontros internacionais –, mas na preparação da Copa do Mundo, a polícia foi truculenta. Entidades e organizações não governamentais denunciaram a incapacidade das forças de segurança em lidar com situações de confronto com a multidão; crianças e adolescentes de rua vivenciaram experiências traumáticas, posteriormente reveladas durante processos de reabilitação terapêutica. De acordo com entrevistas com esses menores, a polícia os abandonava fora dos limites da cidade, obrigando-os a caminhar de volta para o centro, onde encontravam abrigo e recebiam ajuda por meio da caridade.

Não é de hoje que as forças de segurança de Durban são atacadas e revidam de forma violenta. Em 2009 o Encontro dos Jovens Abahlali baseMjondolo no assentamento Kennedy Road foi atacado por representantes do ANC (African National Congress, em tradução livre: Congresso Nacional Africano). A violência do ataque deixou duas pessoas mortas e milhares de desabrigados. Ameaçado de morte, a liderança do movimento AbM em Kennedy Road foi para o exílio e 12 membros do movimento

foram presos, acusados de violência pública e assassinato. Após o ataque, houve um julgamento controverso, adiado diversas vezes em meio a alegações de interferência política por parte de funcionários do ANC e pressão da polícia. Segundo membros do movimento Abahlali baseMjondolo, o ataque a Kennedy Road foi cuidadosamente planejado e sancionado pelo Departamento de Polícia.

Em 2012, cerca de mil pessoas ocuparam um pedaço de terra no Cato Crest,[11] chamando-a de Marikana. A ocupação resultou em uma escalada de violência que levou o conflito a patamares inimagináveis. Líderes e ativistas da Abahlali baseMjondolo foram presos e assassinados. Nqobile Nzuza, 17 anos, também ligada à entidade, foi morta com dois tiros pelas costas disparados pela polícia durante um protesto.

O município continuou despejando ilegalmente os ocupantes, apesar de ordens judiciais contrárias. A polícia investiu violentamente contra os moradores, usando balas de borracha e, muitas vezes, munição real. A ocupação foi destruída pela prefeitura de Durban pela nona vez em 23 de dezembro de 2013.

Nelspruit

Durante uma série de manifestações contra a demolição da Escola Mataffin, em Nelspruit, para dar lugar ao Estádio Mbolela, uma mãe solteira de dois filhos foi baleada na perna pela polícia. Hospitalizada por quase seis meses, perdeu o emprego. Este é apenas um dos vários exemplos de violência policial. Nessa escola, as crianças assistiam aulas em um prédio construído com material pré-fabricado, com salas sem ventilação.

O abuso das forças de segurança é lugar comum na África do Sul, mas pareceu estar fora de controle durante os períodos de preparação e realização da Copa do Mundo. Por um lado, o governo — altamente pressionado pela necessidade de garantir a segurança dos turistas — reforçou a presença policial no centro da cidade, proporcionando maior segurança; de outro, continuou a violar os direitos dos moradores de assentamentos informais em todo o país.

[11] Mais sobre a história da ocupação em Cato Crest disponível em: <http://www.iol.co.za/news/cato-crest-s-deadly-housing-war-1.1588256>, , <http://abahlali.org/taxonomy/term/cato_crest/cato_crest/>. Acesso em: 20 mar. 2014. Sobre os despejos de Kennedy Road), disponível em: <http://sds.ukzn.ac.za/default.php?3,6,684,4,0>; <http://sds.ukzn.ac.za/files/RR%2083%20Chance.pdf>, http://h-net.msu.edu/cgi-bin/logbrowse.pl?trx=vx&list=H-SAfrica&month=0912&week=b&msg=W/SUmqooLlQQ7RyZ8XEs2Q. Acesso em: 20 mar. 2014.

Gastos públicos

Um dos principais problemas na preparação e realização da Copa do Mundo na África do Sul foi a cobertura dos custos que o governo sul-africano teve que garantir como compromisso com a Fifa *versus* as necessidades nacionais reais. O mesmo aconteceu com o legado do evento (os benefícios efetivos resultantes da realização da Copa do Mundo) e o uso e consequente manutenção da infraestrutura erguida. De acordo com uma série de artigos publicados na mídia sul-africana e internacional, bem como na publicação "Copa do Mundo da África do Sul: um legado para quem?" (*South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?*), do jornalista sul-africano Eddie Cottle, e o estudo "Os conflitos de interesses e a Copa do Mundo FIFA 2010" (*Conflicting interests and the 2010 FIFA World Cup*), em 2004 a estimativa dos custos de preparação do país para a Copa do Mundo era de aproximadamente 2,3 bilhões de randes (cerca de US$ 211,7 milhões). Essa estimativa foi drasticamente elevada para 15 bilhões de randes (US$ 1,38 bilhão), alcançando um custo final calculado em 40 bilhões de randes (um pouco mais de US$ 3,68 bilhões), 17 vezes maior do que fora originalmente orçado.

Antes de a Copa do Mundo acontecer, enquanto o governo gastava recursos públicos para satisfazer de exigências da Fifa, o governo do presidente Jacob Zuma insistia em que o maior acontecimento do esporte já beneficiaria toda a nação através da criação de postos de trabalho, da melhoria da infraestrutura urbana e da transformação da imagem do país no exterior. Mas essa ideia não era compartilhada pelos moradores dos assentamentos. Uma moradora de Blikkiesdorp declarou ao jornal inglês *The Guardian*:

> "Acho que deveriam cancelar a Copa do Mundo porque as pessoas estão morrendo de fome. Eles estão reformando edifícios na Cidade do Cabo por meio bilhão de randes. Por que não podem gastar esse dinheiro aqui? Isso parte meu coração."(Smith, 2010)

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, a África do Sul tinha uma população de quase 50 milhões de habitantes, dos quais apenas cinco milhões eram contribuintes, 42,9% dos sul-africanos viviam com menos de US$ 2 ao dia e 13 milhões recebiam algum tipo de subvenção social. A discrepância entre o Produto Interno Bruto (PIB) da África do Sul e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) faz com que o país seja o mais socialmente desigual do planeta. Tais condições determinam o reconhecimento da África do Sul como "o centro dos protestos" contra a ausência de quaisquer tipos de serviços públicos para a maior parte dos cidadãos sul-africanos. Contra esta realidade, o gasto de cerca de 40 bilhões de randes (U$ 5,38 bilhões) em um torneio de futebol é o testemunho da falta de preocupação de seus dirigentes políticos com o bem-estar nacional.

Os mais comentados projetos de infraestrutura concebidos e realizados com recursos públicos foram o Green Point Stadium, Cidade do Cabo (custo final de construção: 4.5 bilhões de randes, cerca de US$ 414,25 milhões); e o Soccer City Stadium, Johannesburgo (custo final de ampliação e reforma: 3,3 bilhões de randes, cerca de US$ 303,79 milhões). O mesmo aconteceu com o orçamento para a Rede Integrada de Transporte de Rea Vaya (*Rea Vaya Bus Rapid Transit System*, ou BRT), previsto na casa dos 500 milhões de randes (pouco mais de US$ 46 milhões), que alcançou o estratosférico 1,5 bilhão de randes (quase US$ 138,1 milhões). Não foi diferente com outro projeto de infraestrutura de transportes: a ferrovia de trens expressos Gautrain, orçada em pouco mais de 20 bilhões de randes (US$ 1,84 bilhão), que acabou custando 34 bilhões de randes (US$ 3,13 bilhões).

Unindo a iniciativa privada ao governo em um projeto destinado a tornar-se o ponto central de um futuro sistema de transportes integrado para o coração comercial sul-africano, o Gautrain é a maior parceria público-privada (PPP) já lançada na África do Sul. O projeto Gautrain, liderado pelo Governo Provincial de Gauteng (GPG), foi estruturado de forma a garantir que o governo e a concessionária, o Consórcio Internacional Bombela, operem dentro de um rigoroso conjunto de parâmetros de tempo e finanças — sendo estes últimos projetados levando-se em conta o risco associado com os indicadores macroeconômicos flutuantes da África do Sul.

Não é apenas o custo final dos estádios que representa um problema. Ainda mais grave é o seu custo de manutenção. O Soccer City, am-

Assentamento na Cidade do Cabo
Condições precárias de vida mobilizaram organizações sociais e moradores a lutarem por direitos (Susan Secretariat/CC)

pliado e reformado para as finais da Copa do Mundo de Futebol, custa cerca de 30 milhões de randes (quase US$ 3 milhões) ao ano. Desde 2009/2010 o Green Side tem um total de custos operacionais de cerca de 436 milhões de randes (US$ 40,1 milhões) por ano, enquanto a renda total anual é de 92 milhões de randes (pouco menos do que US$ 8,5 milhões). Os contribuintes têm que compensar o déficit para manter o estádio em funcionamento.

Reação da sociedade civil

Moradia

Em Blikkiesdorp (Cidade do Cabo), organizações internacionais de direitos humanos, ONGs e a Campanha Anti-Remoção criticaram publicamente as condições de vida das famílias pobres e sua remoção forçada, abrindo caminho para as obras exigidas pela Fifa. A War on Want criou um modelo virtual da área, com vídeos de moradores falando sobre as condições de vida no assentamento (ver Box Vídeos e documentários e sites).

Os moradores da seção Umlazi D, em Durban, junto com outras organizações da cidade, desafiaram o governo em defesa de seus direitos. A SDCEA apoia a luta com a ajuda de um grupo de pesquisadores acadêmicos e outro de

juristas que prestam assistência legal a pessoas expulsas de suas moradias. A equipe jurídica entrou com um processo contra o governo local e, em dezembro de 2013, apresentou o caso na Comissão Sul-africana de Direitos Humanos, que ainda está em processo para relatar os resultados apurados.

O caso do San Jose, um dos muitos "edifícios condenados" em Hillbrow, Johanesburgo, passou por duas instâncias inferiores antes que o Tribunal Constitucional finalmente definisse um alojamento alternativo para os moradores. De acordo com o *Prevention of Illegal Eviction — PIE Act* (Ato de Prevenção a Despejos Ilegais), de 1998, ninguém pode ser expulso de sua casa ou ter a moradia demolida sem uma ordem judicial, após terem sido consideradas todas as circunstâncias relevantes e se o despejo de moradores ilegais irá transformá-los em sem-tetos. Essa é a base legal para a obrigação do município de fornecer um alojamento alternativo.

A escolha recaiu sobre um edifício remodelado, uma dúzia de quarteirões ao sul, administrado pela Prefeitura. As pessoas costumavam viver em blocos de apartamentos abandonados, superando a falta de eletricidade e de água com tambores improvisados e velas de parafina, e agora estavam mudando para um lugar com luzes ao apertar um interruptor e água ao abrir uma torneira. De acordo com a entrevista de um morador ao jornal on-line *Daily Maverick*, anos após essa vitória as condições de vida das pessoas vindas do San Jose são ainda piores no novo edifício, chamado pelos moradores de MBV. A higiene e a segurança são deficientes, e os guardas particulares contratados pela Prefeitura são corruptos e não oferecem a proteção que os moradores costumavam garantir uns aos outros no antigo prédio. Por seu lado, a Prefeitura, comprometida com a promoção da da World Class African City ("CidadeAfricana de Classe Mundial"), trata os moradores como criminosos e demonstra sua incapacidade em administrar as moradias ditas de emergência no Centro da cidade.

Comerciantes informais:

A StreetNet Internacional organizou a resistência contra os despejos dos comerciantes informais e a violação dos direitos trabalhistas em várias cidades. A entidade e seus membros exigiam o reconhecimento da cultura de rua africana — música, comida indígena e comércio ambulante — como parte integrante da experiência de um visitante à África do Sul. A organização se aproximou das autoridades dos governos das cidades-sede e da Associação Sul-Africana do Governo Local (*South African Local Government Association*, - Salga) e promoveu a campanha internacional *World Class City for All — WCCA*" (Cidade de Classe Mundial para todos). Mesmo que os resultados não tenham sido muito animadores, já que a maior parte das autoridades do governo local não se envolveu com a campanha, algum esforço foi feito para evitar remoções ou, pelo menos, para proporcionar acomodações alternativas para os comerciantes deslocados.

Comércio informal ao redor da construção do estádio Green Point, Cidade do Cabo (Warrenski/CC)

Vendedoras de rua
(Eva Uppsala/CC)

Os objetivos da campanha WCCA são:

1. Desafiar a abordagem tradicional do Cidades de Classe Mundial e criar um novo conceito mais inclusivo, com a participação dos vendedores de rua e outros grupos da camada mais pobre da população (principalmente urbana).
2. Oferecer uma estratégia eficaz centrada nas pessoas, principalmente mulheres e outros vendedores de rua vulneráveis, sempre os primeiros a perderem seus meios de subsistência e os mais invisíveis nos planos oficiais para o Cidades de Classe Mundial.
3. Construir uma alternativa proativa como estratégia defensiva da *StreetNet* e suas afiliadas, que recorrem umas às outras frequentemente.

A Coalisão de Negociantes Informais de Western Cape (*Western Cape Informal Traders Coalition*) e a Campanha por Ações Civis de Western Cape (*Western Cape Civil Actions Campaign*) pediram ao governo da Cidade do Cabo uma moratória para todos os despejos de comerciantes informais, antes e durante a Copa do Mundo, e solicitaram a negociação de espaços comerciais alternativos. A Cidade jamais atendeu ao pedido, mesmo quando os comerciantes solicitaram urgência na resposta às suas demandas.

A resistência pública e uma ação legal impetrada na Justiça por comerciantes tornou possível o abandono definitivo do plano para transformar o mercado local em um centro comercial. A decisão anterior apenas fora adiada por causa de uma ação legal dos comerciantes do Early Morning Market que, ao final, foi negada. O projeto multimilionário estava previsto para começar em junho de 2009, mas não pôde avançar como planejado após os comerciantes se recusarem a sair do mercado e levarem a disputa à Suprema Corte de Durban, em outubro. A disputa judicial só não prosseguiu porque os advogados do governo municipal e do construtor, o Grupo Isolenu, não aparecerem. Mesmo a oferta da Prefeitura de acomodar os comerciantes deslocados no interior do novo complexo foi rejeitada; alguns dos comerciantes estão no mercado há décadas.

Trabalhadores da construção

Entre 8 e 15 de julho de 2009, trabalhadores sul-africanos da construção civil promoveram uma greve nacional sem precedentes. A singularidade do movimento residiu no fato de ser aquela a primeira greve nacional deflagrada nas cidades-sede da Copa do Mundo e pela unidade demonstrada pelos trabalhadores e sindicatos de diferentes setores. Outro elemento importante foi o apoio da mídia sul-africana e do público. A primeira greve aconteceu na Cidade do Cabo em 2007, levando a uma onda de paralisações por todo o país. Os trabalhadores exigiam melhorias das condições de trabalho e o aumento da segurança e dos salários. O Building & Wood Workers International (BWI)

Obras paradas Trabalhadores fazem greves em diferentes fases das contruções dos estádios que abrigaram a Copa do Mundo
(Foto maior: Warrenski/CC; foto acima: Shine/CC)

Africa & Middle East; suas afiliadas no setor da construção, a Building Construction and Allied Workers Union (BCAWU); National Union of Mineworkers (NUM) e a South African Building Workers Organization (Sabawo) promoveram a campanha Trabalho Decente à Frente & Além 2010 (*Decent Work Towards & Beyond 2010*). Os sindicatos engrossaram suas fileiras e ganharam uma voz mais forte para representar todos os trabalhadores do setor da construção civil em diferentes níveis, incluindo-se a determinação de que chegasse até a Fifa.[12]

A ideia da paralisação, suas estratégias e demandas foram elaboradas com bastante antecedência à própria greve que acabou acontecendo em julho de 2009, inclusive em relação à negociação com a Federação Sul-Africana de Empreiteiros de Engenharia Civil (*South African Federation of Civil Engineering Contractors, SAFCEC*). Em 8 de julho de 2009, 70 mil trabalhadores, tanto da construção civil quanto de setores semelhantes cruzaram os braços, com 100% de adesão, paralisando 35 canteiros de obras em toda a África do Sul. Desde o começo da preparação das cidades para a Copa do Mundo, essa era a primeira vez que o novo governo do Congresso Nacional Africano, com Jacob Zuma como presidente, enfrentava uma onda de greves de tal magnitude.

As paralisações locais terminaram com uma negociação entre os representantes sindicais, o ministro do Trabalho e a representação do Comitê Organizador Local da Fifa, envolvendo um pacote básico que incluiu aumento de 13% do salário mínimo, bônus anuais, licença-maternidade remunerada e redução das horas de trabalho sem perda salarial. A negociação, porém, prejudicou as demandas e desmobilizou a greve nacional. Fazendo pressão, apelando para o patriotismo e para a importância de sediar a Copa da África do Sul, a posição dos líderes dos sindicatos foi enfraquecida às custas da militância do trabalhador nacional. Um ponto polêmico da negociação foi a definição da "cláusula de paz", que impedia os trabalhadores de entrarem em greve até 31 de agosto de 2010, dois meses

[12] Os resultados do movimento estão disponíveis no relatório "Avaliação da Campanha Internacional por Trabalho Decente à Frente e Além dos Trabalhadores da Construção e Madeireiros 2010" (*Evaluation of the Building & Wood Workers International Campaign for Decent Work Towards and Beyond 2010*").

Trabalhadores da construção da Copa
(Douglas Whitfield/CC)

após o encerramento da Copa do Mundo.

Essa foi apenas uma das ações legais impostas pela Fifa. Em 2006, o Parlamento Sul-africano aprovou uma lei especial — Atos de Medidas Especiais da Fifa para a Copa do Mundo 2010 (*2010 Fifa World Cup Special Measures Acts*) — que estabelecia um precedente potencialmente perigoso. Essas leis determinavam que, para a realização do torneio, a África do Sul submetia sua soberania nacional à Fifa e suspendia os direitos constitucionais (como o direito ao trabalho, ao movimentos, à greve e às assembleias e a liberdade fundamental de expressão) a fim de proteger a galinha de ovos de ouro da Fifa.

Violência policial

Entidades e organizações sociais sul-africanas organizaram protestos contra a violência policial. Ao mesmo tempo, ações judiciais foram impetradas pelo conselho legal das organizações envolvidas no apoio aos movimentos sociais. Acadêmicos sul-africanos e de todo o mundo denunciaram a truculência das forças de segurança contra o movimento social e a "operação de limpeza" promovida pelo governo e implementada pela polícia para atender às exigências da Fifa. Em nível internacional, muitas organizações manifestaram seu apoio, como os membros da War on Want e a Coalisão Londrina contra a Pobreza (*London Coalition Against Poverty*) que, em visitas ao Alto Comissariado Sul-africano (*South African High Commission*), entregaram uma mensagem em solidariedade aos co-irmãos em Durban, o movimento dos moradores de barracos Abahlali baseMjondolo.

Gastos de fundos públicos

Todos os cinco novos estádios que foram construídos especialmente para a Copa do Mundo tornaram-se problemas financeiros para o Tesouro. A maioria deles se esforça para ser rentável ou, ao menos, pagar as taxas de manutenção.

O novo estádio da Cidade do Cabo luta para sediar eventos em quantidade suficiente para pagar o custo colossal de sua manutenção. Por isso, algumas pessoas estão pedindo para que seja demolido, enquanto outros propõem transformá-lo em moradias para a população de baixa renda. Essa segunda opção é inviável não apenas pela dificuldade (e custo) de adaptação do estádio para uso habitacional, como também pelo estádio estar localizado em uma das áreas mais nobres da Cidade do Cabo. A associação de moradores está absolutamente contra qualquer infraestrutura adicional incorporada ao restante do Green Point, área onde o estádio foi construído.

Em junho de 2013, o Conselho da Cidade publicou anúncios dizendo que o Cape Town Stadium (o estádio também é conhecido por Green Point) "está aberto para negócios", numa tentativa de atrair clientes que ajudassem a pagar seu enorme custo de funcionamento. Desde o início de suas operações, o empreendimento não tem sido capaz de atrair negócios suficientes para cobrir até mesmo seus custos operacionais. A Prefeitura menciona "as leis de zoneamento extremamente restritivas" no Green Point Common como uma das principais razões pelas quais a arena funciona deficitariamente. A Prefeitura da Cidade do Cabo injetou 575,8 milhões de randes (ou US$ 55 milhões) no desenvolvimento de um parque de 10.5 hectares, o Green Point Common, para transformar o que antes era um espaço público ao ar livre deficiente em um parque de convivência vibrante e seguro. No entanto, mesmo depois de quatro anos, nada foi desenvolvido em seu entorno. Os contribuintes do Green Point e a Associação de Moradores disseram que não se opõem ao comércio junto ao estádio, já que essa área já foi "alienada" e hoje o que existe é uma área sem uso entre a orla da praia e um bairro residencial valorizado.

Legado

a) Social

Apesar de toda a controvérsia, a maioria dos sul-africanos concorda que a Copa do Mundo reforçou a coesão social de um país marcado por uma profunda discriminação racial. Contribuiu, ainda, para uma guinada do afro-pessimismo, especialmente em relação à África do Sul e seu vínculo imediato com o racismo, a desigualdade e a violência. Na Copa do Mundo de 2010 foram exploradas as paisagens e a estética, e até os sons, representados pelas vuvuzelas, juntamente com as questões do patriotismo e nacionalismo para deleite de espectadores na África e em todo o mundo. Isso sem falar de um substancial (mas duvidoso) aumento da coesão social e do orgulho nacional entre todos os sul-africanos.

O discurso da Copa do Mundo sobre a solidariedade pan-africana representou uma faca de dois gumes em um ano tristemente marcado por ataques xenófobos em todos os municípios sul-africanos contra os imigrantes do continente.[13] Mesmo que a xenofobia não tenha relação com a Copa do Mundo de 2010 e fosse provocada pela falta de oferta de serviços básicos para as comunidades mais pobres e mais desfavorecidas, a raiva contra os estrangeiros que competem pela garantia de recursos mínimos pode ter sido alimentada pelo reforço do sentimento nacionalista.[14]

O orgulho de ser o primeiro país africano a sediar a Copa do Mundo tem um significado especial ao lembrarmos que a África do Sul foi o primeiro país não europeu a ingressar nos quadros da Fifa, em 1910. Usando sua voz influente para advogar em favor da Copa da África do Sul, o presidente da Fifa, Joseph Blatter, cumpriu uma promessa feita aos delegados africanos da entidade no fim de 1990: levar a Copa do Mundo para o continente. Por essa razão, alguns fãs sul-africanos cultivavam uma percepção de Blatter como um "amigo da África", um elemento que, entre outras coisas, pode ser usado para desviou a atenção dos subornos e escândalos de corrupção da Fifa.

Apesar da perspectiva positiva de algumas fontes, outras não compartilham desse entusiasmo. Em entrevista ao *Wall Street Journal*, Prince Mashele, diretor-executivo sul-africano do Centro para Política e Pesquisa, afirmou: "Todos os problemas que atormentam este país vão ressurgir. Além disso, o orgulho nacional de mostrar como a 'África pode ser cosmopolita' tem sido sempre um sentimento de classe média".

Marc Fletcher (2013) descreve o efeito que o torneio causa por meio de uma percepção muito elitista: "Viajar de ônibus dos subúrbios brancos para os municípios predominantemente negros era simbolicamente importante: isso desafiou a segregação de fato da cidade". Ele também menciona que

> "uma das principais peculiaridades do torneio foi a quantidade de pessoas andando em partes das cidades anteriormente consideradas perigosas durante a

[13] Os ataques xenófobos têm uma longa história na África do Sul. "Antes de 1994, imigrantes de outras partes da África enfrentaram discriminação e até violência na África do Sul, embora muito desse risco resultasse do racismo institucionalizado da época do *apartheid*. Após a democratização em 1994, ao contrário das expectativas a incidência de xenofobia aumentou. Entre 2000 e março de 2008, pelo menos 67 pessoas morreram, no que foi identificado como ataques xenófobos. Em maio de 2008, uma série de tumultos deixaram 62 pessoas mortas, 21 dos mortos eram cidadãos sul-africanos. Os ataques foram aparentemente motivado por xenofobia". Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Xenophobia_in_South_Africa. Acesso em fevereiro de 2014.

[14] O ano de 2010 é famoso não só pela Copa do Mundo, mas por uma onda de violência xenófoba que varreu muitos municípios da África do Sul. Milhares de estrangeiros, em sua maioria zimbabuenos, foram forçados a sair de suas cidades. As pessoas têm sido terrivelmente assassinadas ou mutiladas e campos de refugiados foram erguidos, especialmente na Cidade do Cabo, para dar abrigo seguro aos estrangeiros residentes em municípios da África do Sul.

noite. No entanto, por baixo de grande parte da alegria do público estavam as principais preocupações econômicas e sociais".

Esse tipo de fraternidade e os sentimentos da comunidade duraram muito pouco e se restringiram às classes sociais habituais, que acabaram conectando mais intensamente os sul-africanos mais ricos com os visitantes internacionais do que com os cidadãos comuns da "nação arco-íris".

O que ficou claro foi a manipulação pelo governo do espírito patriótico para distrair a opinião pública dos gastos absurdos de recursos públicos. O governo argumentou que o evento geraria empregos e investimentos, mas o custo de sediar o torneio saltou de 17 bilhões para quase 40 bilhões de randes, e tornou-se evidente que o dinheiro que foi gasto no financiamento da Copa do Mundo poderia ter sido usado para financiar moradias, hospitais e educação. Quando a mídia começou a levantar dúvidas e apontar falhas de planejamento, o resultado foi que cada voz questionando os benefícios da Copa do Mundo foi devidamente sufocada pelo orgulho nacional.

A Copa do Mundo de 2010 também levanta questões sérias sobre o significado da democracia e da igualdade na nova África do Sul. Os jogos foram vistos nos estádios por uma maioria de espectadores brancos (sul-africanos ou estrangeiros), enquanto os torcedores negros quase que exclusivamente lotaram as Fan Fest. "Fingir que essa divisão não existe é alinhar-se com a elite minoritária que continua a ocupar os bares e cafés da Cidade do Cabo e CE Sandton, como faziam antes de 1994", disse o ativista político e diretor do Grupo Internacional de Pesquisa e Informação sobre o Trabalho (*International Labour and Research Information Group*), Leonard Gentle.[15]

b) Econômico

Em 2010, o *Wall Street Journal* publicou um artigo[16] em que afirmava: "O governo sul-africano usou a Copa do Mundo como um catalisador para o desenvolvimento econômico e para resolver males sociais, como a criminalidade e as tensões raciais. E declarou ter sido bem-sucedido em todas as frentes." O legado econômico é visto como o aumento potencial dos investimentos, resultado da mudança de percepção do país por investidores estrangeiros que, após a Copa do Mundo, deveriam se sentir mais seguros e confortáveis com a ideia de investir dinheiro naquela que sempre fora conhecida como uma "sociedade anormal e violenta".

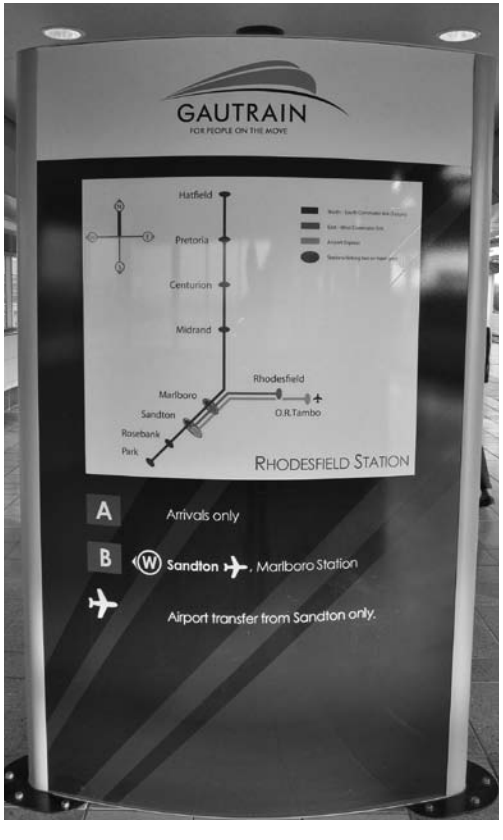
A África do Sul sediou uma Copa do Mundo de 2010 "bem-sucedida" que, esperava-se, estimularia ainda mais o interesse pelo país como destino turístico e de investimento direto estrangeiro. No entanto, Patrick Bond e Eddie Cottle[17] relataram que, de acordo com o ministro das Finanças Desenvolvimento Econômico e Turismo do Parlamento Regional de Western Cape, Alan Winde:

"[...] Apesar da reputação de Western Cape como

[15] The 2010 World Cup and the National Question, 18 jun. 2010. Disponível em: <http://www.sacsis.org.za/site/article/499.1>. Acesso em: 01 abr. 2014.

[16] Cup's Glow Can't Hide South Africa's Issues, de Peter Wonacott e Robb M. Stewart, 23 de junho de 2010. Disponível em: <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052748704123604575322913697900130>. Acesso em: 10 jan. 2014.

[17] Eddie Cottle é representante regional e diretor de campanha do BWI para a África e o Oriente Médio. Foi o organizador do livro Copa do Mundo da África do Sul: um legado para quem? Patrick Bond é professor da Universidade de KwaZulu-Natal, e desde 2004 dirige o Centro para a Sociedade Civil. As áreas de interesse de suas pesquisas incluem economia política, meio ambiente, política social e geopolítica. De 1994-2002, trabalhou para o governo sul-africano na criação e no desenvolvimento da edição de mais de uma dúzia de documentos políticos, incluindo o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP). Colabora com dezenas de jornais e universidades pelo mundo. O artigo citado está disponível em: <http://www.sah.ch/data/D23807E0/ImpactassessmentFinalSeptember2010EddieCottle.pdf. Acesso em 20/02/2014>. Acesso em: 03 jan. 2014.



Melhorias restritas Sistema de transporte foi um importante legado, apesar de funcionar bem apenas na capital e algumas cidades que sediaram a Copa (George Lamson/CC)

> destino turístico, o impacto econômico de curto prazo da Copa do Mundo na região não encontrou eco nos números, principalmente os relativos ao turismo, são muito menores do que o esperado. As taxas de ocupação da rede hoteleira no centro financeiro e de negócios da cidade, de apenas 55%, ficaram bem abaixo da expectativa. Segundo a assessoria em KwaZulu-Natal da Associação Hoteleira Federativa Sul-Africana (*Federated Hospitality Association of South Africa*), Durban experimentou problemas semelhantes. Durante os dias entre os jogos a ocupação ficou em torno de 30% a 40%. O conglomerado hoteleiro Gooderson Hotel Group condenou a Fifa por elevar as expectativas através de reservas massivas, apenas para sofrer com as baixas taxas de ocupação depois". (Bond; Cottle, 2011)

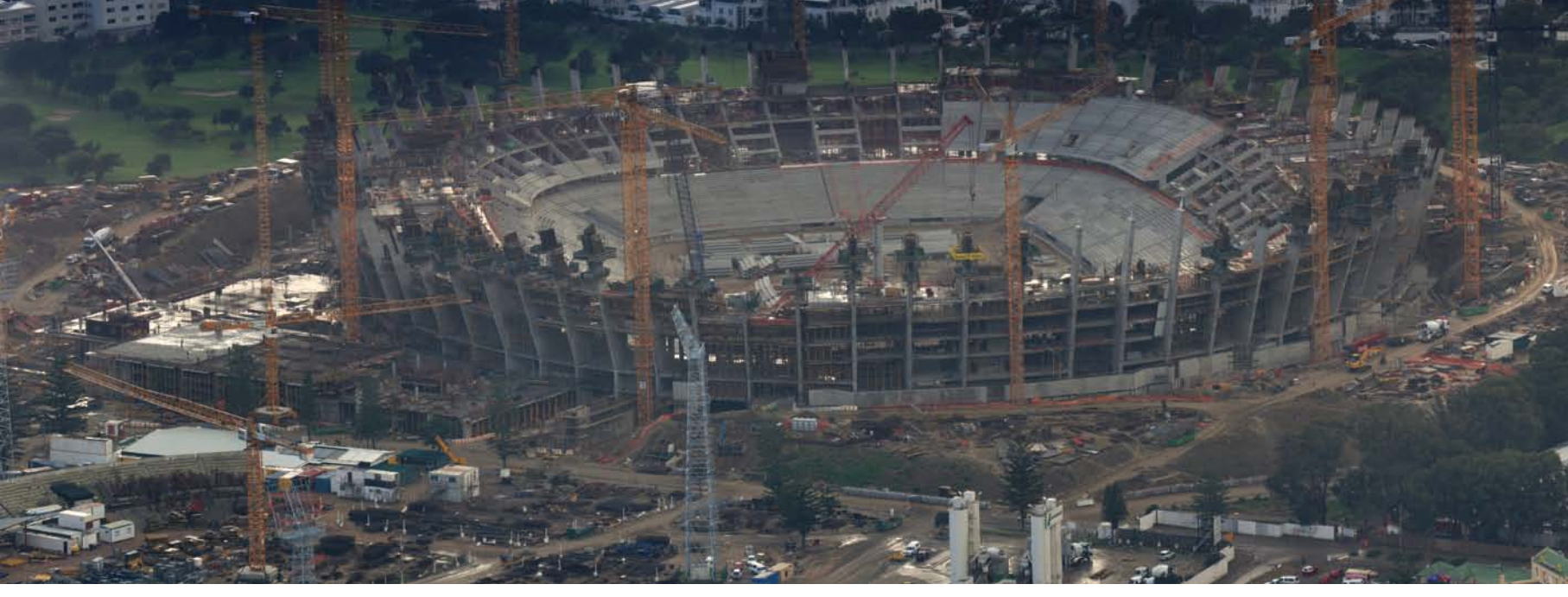
Um relatório da Província Western Cape afirma:

> "O legado e o impacto do torneio a longo prazo estão relacionados com uma percepção alterada da economia hoteleira e do potencial para o turismo, o comércio e os investimentos de longo prazo, e a economia, projetando internacionalmente uma imagem melhor, depois da extensa cobertura proporcionada pela mídia, assim como a impressão causada em milhares de torcedores visitantes".

De acordo com as declarações de funcionários públicos, a Copa do Mundo ofereceu às cidades sul-africanas a chance de serem reimaginadas. Os orçamentos implicados foram consideráveis, os governos se mobilizaram e as oportunidades para envolver as comunidades estavam no auge. A fim de fazer a Copa do Mundo acontecer, os setores privados e públicos trabalharam juntos. Novas parcerias e formas de operar foram estabelecidas". A grande questão passou a ser a incapacidade de o governo lançar mão dessa nova prática, tão eficientemente aplicada na realização da Copa do Mundo, em todos os outros megaprojetos necessários ao país, como moradia, educação e geração de empregos.

Em termos econômicos, a realidade é que a Fifa garantiu uma receita de US$ 3 bilhões livres de impostos, em grande parte através da venda de direitos televisivos e patrocínios corporativos, enquanto o governo da África do Sul aplicou, em verbas públicas, mais do que o dobro desse montante e ganhou, no máximo, US$ 100 milhões através da venda de ingressos. Em termos de lucros privados, os lojistas de shopping centers, empreiteiros da construção civil, empresas de alimentos e o setor hoteleiro tiveram êxito, mas o impacto global sobre o PIB na África do Sul ficou entre 0,3% e 0,5% — cerca de um décimo da estimativa original.

Em termos de infraestrutura, novos aeroportos e terminais ampliados foram abertos em Johanesburgo, Durban e Cidade do Cabo. Sistemas de transporte rápido de ônibus foram planejados e parcialmente inaugurados em várias cidades do país. Um dos projetos mais bem-sucedidos, a Rede Integrada de Transportes de Rea Vaya, em Johanesburgo, ainda não funciona plenamente em 2014. A ferrovia de trens rápidos Gautrain, na área de Johanesburgo, está funcionando, mas não há planos de extensão do



Lucro Setor de construção civil foi um dos mais beneficiados (Jim SHer/CC)

sistema em uma escala regional. Os principais projetos rodoviários vêm sendo executados em cada cidade anfitriã, atualizando os acessos e a circulação. Novas estações de trens também foram erguidas em muitas cidades-sede. O Tesouro Nacional investiu mais de US$ 2,1 bilhões em projetos de transporte e infraestrutura, contando, ainda, com fontes de financiamento locais. De acordo com o Departamento de Transportes sul-africano, a melhoria do sistema de transportes foi o principal legado da Copa do Mundo ao país.

Com a criação de mais postos de trabalho no setor de construção para a Copa do Mundo, o governo esperava aumentar a base de contribuintes e, finalmente, gerar mais receita. Essa estratégia foi, na verdade, contraproducente: as vagas abertas no setor eram temporárias e criaram uma falsa sensação de melhoria da economia nacional. De acordo com a Grant Thornton, uma empresa que ajuda organizações a crescerem através de prestação de serviços de auditoria, impostos e consultoria para entidades de interesse público, tanto do setor público quanto do privado, o número anual de vagas permanentes de empregos foi estimado em 695 mil, tanto para os períodos pré como pós-Copa do Mundo. Destes, 280 mil seriam preenchidos em 2010. Mas, como Bond e Cottle alertaram em seu supracitado artigo, "em 27 de julho de 2010, como resultado imediato da Copa do Mundo na África do Sul, o departamento oficial de estatísticas do governo, a Statistics South Africa, lançou sua Pesquisa sobre Empregos – (*Labour Force Survey - Quarter 2*), cobrindo o período de abril a junho. Nela, afirmou que 'houve um

decréscimo anual de vagas de trabalho de 4,7% (627 mil postos)' na economia global e 'a perda de empregos no setor formal foi impulsionada pela construção, setor que criou 7,1% das vagas do mercado, ou 54 mil postos de trabalho'. Em um ano, 111 mil postos de trabalho no setor de construção civil fecharam. Com todos os grandes projetos concluídos para a Copa do Mundo, essas vagas praticamente desapareceram".

Algumas das críticas mais importantes relacionam-se com a natureza e o impacto de acordos financeiros e jurídicos entre a Fifa e a África do Sul, bem como a criação e manutenção de espaços públicos e da infraestrutura em cidades-sede para o benefício dos turistas estrangeiros e da classe consumidora local. O Fundo para o Legado da Copa do Mundo Fifa (*Fifa World Cup Legacy Trust*) de 2010 foi estabelecido na esteira do torneiro de futebol para promover e ampliar o desenvolvimento do esporte na África do Sul e apoiar iniciativas usando o futebol como uma ferramenta para o desenvolvimento social.

O legado oficial dirige-se apenas para a construção de alguns centros chamados *Football for Hope* (Futebol pela Esperança) pelo país, que se somam aos 20 campos de futebol artificiais já existentes, distribuídos por 16 países africanos. Porém, outras iniciativas de base foram deixadas sem apoio.

Dentre as atividades do Fundo, está a distribuição de 800 bolsas com equipamentos de futebol, no valor de 7.500 randes (cerca de US$ 700), em clubes e escolas por todo o país. A iniciativa leva serviços de educação e de saúde para mais de 70 mil jovens em comunidades carentes em 16 países em toda a África.[18]

O então vice-secretário-geral da Fifa, Jerome Valcke, declarou em uma entrevista em 2009 que: "nosso compromisso quando montamos esse Fundo era garantir que a Copa do Mundo da Fifa deixasse um legado duradouro no país anfitrião, apoiando o fortalecimento do futebol a longo prazo na África do Sul e as organizações de desenvolvimento social".

Tinashe Njanji, ativista que trabalha por justiça social e que vive no assentamento de Khayelitsha desde 2008, declarou em uma entrevista:[19]

> "depois de vencer a disputa para sediar a Copa do Mundo de 2010, cada africano, particularmente os deste país, encheram-se de júbilo. Ninguém esperava que a África sediasse o maior e mais popular evento mundial do futebol. Lembro-me da noite do sorteio da Fifa, em maio de 2004. Cada morador da Cidade do Cabo estava lá para testemunhar o que, imaginava-se, poderia ser finalmente a concretização de muitos sonhos. Mas não tivemos permissão sequer de ficar nas imediações do Centro de Convenções Internacionais da Cidade do Cabo. Alguns anos e bilhões de randes foram necessários para construir ou reformar estádios e infraestruturas como estradas, aeroportos e estações ferroviárias. Mas casas não foram construídas. Os ingressos para os jogos da Copa do Mundo eram tão caros que os pobres não podiam pagar por eles. A competição mais famosa do mundo veio e foi embora e nada mudou em nossas vidas. Tínhamos esperanças de conseguir empregos, fazer negócios etc, mas nenhum desses sonhos se realizou. A Copa do Mundo nos deixou na mesma condição de pobreza;

[18] Os primeiros 973 beneficiados pelo *Fifa World Cup Legacy Trust* foram aprovados em janeiro de 2013 e a segunda fase de aplicação do projeto acontece no período de março de 2014 a fevereiro de 2015. O Fundo também financiou uma série de atividades de base de futebol importantes, implementadas pela Associação de Futebol Sul-africano e suas afiliadas regionais e locais, incluindo um programa de alta *performance* dentro do futebol para mulheres e Ligas Regionais Femininas, bem como apoio para as ligas de atletas com menos de 13 anos (Sub-13) e 15 anos (Sub-15), além de competições de futebol de praia e futsal. Disponível em: <http://www.safa.net/index.php?page=articles&id=1883>. Acesso em: 10 nov. 2013.

[19] Entrevista com Tinashe Njanji realizada pela autora em dez. 2013.

ganhamos apenas alguns projetos de futebol, como o *Football for Hope* em Harare Khayelitsha e em Alexandra, em Johanesburgo. Coca-Cola, Kia Hyndai e Sony patrocinam esses projetos, mas a infraestrutura montada para eles está se deteriorando. Duvido que os patrocinadores de 2010 ainda estejam no projeto. A Copa do Mundo beneficia o lado da elite. Não nos deixaram nada na África do Sul, com exceção dos grandes elefantes brancos que lutam para se manter".

Comunidade Khayelitsha Projeto *Football For Hope*
(Laura Burocco, dez/2013)

Conclusão

O presidente Jacob Zuma refere-se à Copa do Mundo de 2010 como "a maior oportunidade de marketing do nosso tempo", e o Governo Provincial de Western Cape como "o acontecimento mais marcante e significativo acontecido desde o nascimento de nossa democracia em 1994". Já o CEO do Comitê Organizador de 2010, Danny Jordaan, compara o evento a uma "segunda libertação". Os comerciantes informais - uma parte significativa dos trabalhadores pobres - têm opinião diferente: eles ficaram sujeitos a uma "zona de exclusão", distante da bonança dos parques de torcedores, passeios e estádios, e são os que estão lutando para exercer sua cidadania a partir de protestos públicos.

O problema central é a como os países com grandes déficits no orçamento público para a prestação de serviços básicos como moradia, infraestrutura, saúde, educação e transportes podem investir uma quantidade de dinheiro tão grande em um evento esportivo de um mês, sem garantias de um legado duradouro e significativo. Na já citada reportagem de David Smith para o jornal *The Guardian*, Caroline Elliot, agente informal para programas de Economia da War on Want declarou: "Nos bastidores do espetáculo, a Copa do Mundo agravou a luta diária dos sul-africanos pobres pela sobrevivência. Eles estão enfrentando despejos, falta de serviços públicos e desemprego, e o governo sul-africano precisa atacar esses problemas como prioritários."

De algum modo, a Copa da África do Sul beneficiou o país. Os sul-africanos mostraram-se bastante satisfeitos com a forma pela qual a Fifa e a mídia global felicitaram o seu país por encenar um evento de classe mundial. Elogiou-se efusivamente a hospitalidade calorosa, os estádios supermodernos, o forte esquema de segurança, a boa organização das partidas, os alojamentos adequados, o bom transporte e as redes de telecomunicações funcionais. A Copa do Mundo adicionou brilho à "grife África do Sul" e esse aspecto pode ser discutido, mas não negado.

Por outro lado, a manipulação do orgulho nacional foi tão forte que até mesmo a poderosa greve nacional dos trabalhadores foi afetada e enfraquecida pelo discurso dos negociadores, que usaram como argumento a necessidade de a população congregar-se para garantir o "sucesso incondicional da Copa do Mundo". A mesma insatisfação dos trabalhadores foi transformada, em palavras do representante do Comitê Organizador Local, em uma representação emblemática do alto nível de democracia alcançado pela nação de Nelson Mandela, e como era importante o mundo observar o quanto as instituições do país haviam progredido.

Porém, para criar essa "grife África do Sul", este país com uma história tão brutal de remoções forçadas expulsou os pobres dos limites urbanos e fez desaparecer de vista os sem-teto. Despejados nas chamadas "áreas de realocação temporária" e "campos de trânsito", esses renegados sul-africanos parecem encenar uma paródia da luta contra o *apartheid*.

Outro aspecto negativo que não pode ser desprezado é a natureza desigual da distribuição dos jogos da Fifa. Que a maioria dos estádios construídos ou reformados para a Copa do Mundo agora estejam vazios era inteiramente previsível. Mesmo o CEO do Comitê Organizador Local, Danny Jordaan, reconhece esse fato: "A maior parte das expectativas dos sul-africanos era muito alta", declarou, em uma entrevista.

As conquistas centrais destacadas em todos os relatórios fazem referência, quase exclusivamente, a oportunidades para o país de se tornar mais competitivo para o comércio internacional, os mercados de investimento e o turismo, além de as três esferas de governo trabalharem em conjunto, juntamente com a sociedade civil e o setor privado. Por outro lado, não há referência a pessoas vivendo em campos de realocação ou o veto a elas, por conta dos altos preços, de assistirem aos jogos; ao fato de a polícia, como é de rotina, ter reprimido todo o tipo de manifestações usado gás lacrimogêneo e atirado nos manifestantes com munição real, e não apenas com balas de borracha.

Nelson Mandela fez um apelo para que "a Copa do Mundo ajudasse a unificar o povo; se há uma coisa neste planeta que tem o poder de unir as pessoas é o futebol". No entanto, o uso do futebol para forjar uma identidade nacional teve de superar as divisões profundamente enraizadas da África do Sul pós-*apartheid*. Infelizmente, o torneio não alterou as divisões raciais da sociedade sul-africana. Os preços dos ingressos equivaliam a cerca de 10% do salário mensal do operariado médio, as instruções à disposição do público eram apenas em inglês e exigia-se cartões de crédito para compras on-line. Como resultado, menos torcedores da classe trabalhadora do que fora previsto estiveram presentes nos jogos. O fato de a Fifa controlar fortemente a venda de mercadorias durante o evento também esterilizou a experiência africana; vendedores ambulantes de refrigerantes, churrasco de frango e carne assada estavam "ausentes ou foram eclipsados no entorno das sedes da Copa do Mundo" (Fletcher; Alegi, 2013).

A gentrificação do "torneio do povo" deixou apenas evidente que, quando alguma mistura racial ocorre na África do Sul contemporânea, ela o faz principalmente em espaços burgueses privados e estreitamente policiados. Após algumas semanas da conclusão da Copa do Mundo, mesmo esse falso sentimento de união desapareceu.

Agora sabemos o quanto a Copa do Mundo finalmente custou, mas não sabemos exatamente o que deixou. E a um custo de mais de 40 bilhões de randes (mais de US$ 5,38 bilhões). Realmente valeu a pena?

Para muitos sul-africanos, a Copa do Mundo deveria ter trazido um melhor padrão de vida. Mas ao olhar para essa experiência agora, fica claro que as condições de vida para milhares de pessoas pioraram durante o evento — e muitos não se recuperaram ainda. Para essas pessoas, seria melhor se os jogos tivessem acontecido em outro lugar. Andile Mngxitama, ativista pela consciência negra, escritor e editor do livro Biko Vive! (*Biko Lives!*), disse ao repórter David Smith na já citada reportagem do *The Guardian*, em 2010: "A Copa do Mundo não tem a ver com futebol ou turismo. É sobre políticos esperando que nos mantenhamos ocupados por um mês, tempo suficiente para que possam, eles e seus amigos, lucrar enormes quantidades de dinheiro."

Foto página anterior Estádio de Durban decorado para a Copa (Drew Douglas/CC)

Vídeos e documentários

Tin Town
(frame do vídeo)

Farenheit 2010
(frame do vídeo)

Tin Town

Um documentário de Nora Connor, Clementine Wallace & Colton Margus

Com moradias prometidas pelo governo sul-africano, mais de uma centena de famílias da Cidade do Cabo fundaram uma comunidade através de sua luta como posseiros de terrenos à beira de uma estrada de areia conhecida como Symphony Way. Recentemente, mudaram-se por ordem judicial para uma área de realocação indefinidamente temporária chamada Tin Town, em africâner. Os membros da comunidade refletem sobre esta estrada, a partir de seu passado e na estrada que têm à frente.

Disponível em: <http://vimeo.com/9214594>. Acesso em: 12 abr. 2013

Farenheit 2010

Um documentário de Craig Tanner

Este documentário investigativo pergunta o que a Copa do Mundo realmente significará para os sul-africanos. Quem realmente se beneficiará dos milhões de dólares investidos? E o que será deixado para a África do Sul após o troféu ser levantado e os aplausos cessarem?

"A Copa do Mundo de 2010 será realizada na África do Sul!", o anúncio foi recebido com ensurdecedores aplausos. Promessas foram feitas de que "o povo iria colher os benefícios". E a máquina publicitária começou a funcionar. "A Fifa espera arrecadar US$ 25 bilhões apenas com os direitos de transmissão" .Espaços publicitários foram vendidos para empresas como Visa, Budweiser, Telkom e inúmeras outras... e estádios, como elefantes brancos gigantes, brotaram por toda a África do Sul.

"Um mundo cheio de cobiça, egoísmo e autopromoção" tinha chegado.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ibAthe-_5fI>. Acesso em: 12 abr. 2013

A Batalha por Johannesburgo

de Rehad Desai & Darryl Els

O lado escuro da Copa do Mundo de 2010: a cidade mais rica da África está passando por uma grande limpeza, marcada pela especulação e pelo paradoxo social. A Batalha por Johannesburgo (*The Battle for Johannesburg*) capta o rosto mutante de uma cidade que se prepara para sediar a Copa do Mundo da Fifa de 2010. É a história de corretores imobiliários que disputam partes da cidade em ruínas com renovado entusiasmo, de um conselho da cidade determinado a criar uma 'Cidade de Classe Mundial" e, finalmente, de como isso afeta a vida de centenas de milhares de pessoas que fizeram das favelas da cidade sua casa. Há dinheiro para ser gasto, muito por ser feito e interesses conflitantes estão em jogo. Como áreas inteiras ao redor dos estádios foram remodeladas e a classe média, negra e branca, começou a voltar para essas regiões. Por baixo da disputa pela propriedade e pelo espaço há uma história humana de sobrevivência.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=CuwS9FUiEuI>. Acesso em: 12 abr. 2013

Bem-vindo a Blikkiesdorp

A organização War on Want criou um modelo virtual da comunidade com vídeos de moradores falando sobre a condição de vida no assentamento. É possível:

Clicar e arrastar sobre o cenário em qualquer direção para explorar o campo;

Clicar nas pessoas para escutar suas histórias de vida.

Aproximar ou afastar detalhes das imagens apertando as teclas *shift* e *ctrl*.

Disponível em: <http://www.waronwant.org/overseas-work/south-africa-and-the-2010-world-cup/watch/watch/16899-welcome-to-blikkiesdorp>

- Vídeo da caminhada dos moradores para Blikkiesdorp. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=apKHUXyZ_kE, EWN Online – Caminhada dos moradores para Blikkiesdorp.>
- Imagens de Blikkiesdorp. Disponível em: <http://libcom.org/gallery/blikkiesdorp
- Vídeo *Nossas palavras são nossas armas:* Moradores de Symphony Way protestam contra a ação da Unidade Anti-Invasão da Cidade do Cabo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5qprLWofxpo&feature=player_embedded>

A Batalha por Johannesburgo
(frame do vídeo)

Bem-vindo a Blikkiesdorp
(frame do vídeo)

Referências bibliográficas

ALEGI P. ; BOLSMANN C. **Africa's World Cup: Critical Reflections on Play, Patriotism, Spectatorship, and Space**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2013.

AMANDLA MAGAZINE. Cidade do Cabo: Alternative Information & Development Centre (AIDC), jul./ago. 2010 n° 15. 44 p. Disponível em: < http://www.amandla.org.za/amandla-magazine/back-issues?download=62%3Aamandla-issue-15&start=20> Acesso em: 12 mar. 2014.

BILL, W., 2010. *World Cup 'rebrands' South African economy*. **BBC Business News. BBC**, 12 Jul. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/10507663>. Acesso em: 13 dez. 2013.

BLOOM, K., 2010. *Joburg's urban poor: why the City wishes they didn't exist*, **The Daily Maverick**, Disponível em: <http://www.dailymaverick.co.za/article/2010-04-13-joburgs-urban-poor-why-the-city-wishes-they-didnt-exist/.UtVVN2RDu7w>. Acesso em: 09 dez. 2013 .

BOND P., ; COTTLE E. *Economic Promises and Pitfalls of South Africa's World Cup*. . 2011. In COTTLE E., (ed.) . **South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?**, University of KwaZulu-Natal Press. 2011.

BRUTUS D., **Durban's Corruptions and Disruptions**, UKZN Centre for Civil Society. 2012. Disponível em: <http://ccs.ukzn.ac.za/files/Durban's%20corruptions%20and%20disruptions.pdf> Acesso em: 15 dez. 2013.

BUILDING & WOOD WORKER'S INTERNATIONAL AND LABOUR RESEARCH SERVICE,. **Evaluation of the Building & Wood Workers International Campaign for Decent Work towards and beyond 2010 Report**. Braamfontein. 2007. 48 p. Disponível em: <http://www.bwint.org/pdfs/bwi%20external%20report%20final%20small.pdf> Acesso em: 9 dez. 2013.

CITY OF CAPE TOWN. Green Goal Legacy Report City of Cape Town Cape Town. 2011. 137 p. Disponível em: <http://www.capetown.gov.za/en/GreenGoal/Documents/Green_Goal_Legacy_Report%20final.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

COOPER B., 2010. *Soccer City to cost up to R30m a year to maintain*, **Mail&Guardian**. Disponível em: <http://mg.co.za/article/2010-08-04-soccer-city-to-cost-up-r30m-a-year-maintain>. Acesso em: 11 dez. 2013.

COTTLE E., (ed.) . *Scoring an Own Goal? The construction workers' 2010 World Cup Strike*. In COTTLE E., **South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?** University of KwaZulu-Natal Press, 2011.

DONNELLY L. *Concrete wage gap*, **The Mail&Guardian**, 2 June 2009. Disponível em: <http://mg.co.za/article/2009-06-02-concrete-wage-gap>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FLETCHER, Marc. Integration, marginalization and exclusion in World Cup Joahannesburg. In: ALEGI P. ; BOLSMANN C. **Africa's World Cup: Critical Reflections on Play, Patriotism, Spectatorship, and Space**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2013, 31-41 p.

GENTLE, L.,. **2010 World Cup – Soccer Pride or Phony Nationalism?**, Amandla Issue n.15, 2010. Disponível em: <http://www.amandla.org.za/amandla-magazine/back-issues?download=62%3Aamandla-issue-15>. Acesso em: 11 dez. 2013.

GOSLING, M., *Cape Town Stadium running at a huge loss*, **Business Report**, 2013. Disponível em: <http://www.iol.co.za/business/news/cape-town-stadium-running-at-a-huge-loss-1.1539319.UthNOGRdW7w>. Acesso em: 17 dez. 2013.

GUMEDE, M., **Warwick development shelved**, 2011. Disponível em: <http://www.thenewage.co.za/11375-1010-53-Warwick_development_shelved> Acesso em: 5 dez.2013 .

HLATSHWAYO M. *Soccer City: who drank all the beer from the Calabash?* In COTTLE E., (ed.) **South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?**, University of KwaZulu-Natal Press. 2011.

HERZENBERG C. (ed). **Player and Referee. Conflicting interests and the 2010 FUFA World Cup**, Institute for Security Studies. 2010.

HINDLE, B., **The construction strikes, Isiza, 3rd quarter**, n.8 , 2009. Disponível em: <http://www.isiza.co.za/current_issue/303797.htm> Acesso em: 11 dez. 2013.

HORN, P., Informal traders and the struggle to trade. In COTTLE E., (ed.) 2011. **South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?**, University of KwaZulu-Natal Press. 2011.

IOB, E., "South Africa Struggles to Maintain World Cup Legacy." *Voice of America*. **VOA News**, 18 Oct 2012. Disponível em: <http://www.voanews.com/content/south-africa-struggles-to-sustain-world-cup-legacy/1528895.html> Acesso em: 12 dez. 2013.

GRANT THORNTON,., ***2010 Fifa World Cup visitors will stay longer and spend more.*** Grant Thornton, 21 April 2010. Disponível em: http://www.gt.co.za/News/Press-releases/Strategic-solutions/2010/2010eia.asp Acesso em: 12 dez. 2013.

JACOBS, S., *After the World Cup is gone.* **Africa is a country** http://africasacountry.com/after-the-world-cup-is-gone/ Acesso em: março de 2014.

KNOTT B.. *Stakeholder reflections of the tourism and nation-branding legacy of the 2010 FIFA World Cup for South Africa.* **African Journal for Physical, Health Education, Recreation & Dance**. Supplement, 2012. p112-122.

MERZ, J. ; PEDRINA V.; SCHEIDEGGER, H. **Fair Games – Fair Play Campaign for the 2010 World Cup in South Africa Inspection of the World Cup Stadium Building Sites**, 2009. Disponível em: <http://www.bwint.org/pdfs/BWI%20Bericht%20Stadioninspektion%202009%20En.pdf> Acesso em: 11 dez. 2013.

NICOLSON, G., Lekgowa T., 2013. **Operation Clean Sweep: not just a clean-up but a purge of the poor.** Disponível em: http://www.dailymaverick.co.za/article/2013-11-15-operation-clean-sweep-not-just-a-clean-up-but-a-purge-of-the-poor#.U1rNM1NGMdU. Acesso em 20 jan de 2014.

NZEREM K., *What was the World Cup's legacy for South Africa?* **Channel 4**. Disponível em: <http://www.channel4.com/news/what-was-the-world-cups-legacy-for-south-africa> Acesso em: 11 mar. 2014.

PROVINCIAL GOVERNMENT OF THE WESTERN CAPE. **The Provincial Government of the Western Cape Report on the 2010 FIFA World Cup™:** Reflecting on Strategy, Building Legacy. Western Cape. 2010. 220 p. Disponível em: http://www.westerncape.gov.za/other/2011/9/legacy_report.pdf. Acesso em: 12 mar. 2014.

QUAZI T.; DOBSON R. *Urban utopia of exclusivity versus urban realism of inclusivity: Mall or Market Place?* **Asiye Etafuleni**, 2012**.** Disponível em: <http://aet.org.za/2012/05/urban-utopia-of-exclusivity-versus-urban-realism-of-inclusivity-mall-or-market-place/> Acesso em: 11 dez. 2013.

RAMSEY A., **Social Issues of World Cup in Africa!**, Duke University, 2013. Disponível em: <https://sites.duke.edu/wcwp/world-cup-2014/the-2010-south-africa-world-cup-highlights-politics-lessons-for-brazil/social-issues-of-world-cup-in-south-africa/> Acesso em: 18 dez. 2013.

RIXON N. *Victims of the Game (NR) Victims of the Beautiful Game*. **Africa Media On-line**, Twenty Ten, , 2013. Disponível em: <http://twentyten.africamediaonline.com/mmc/gallery/detail/2190?tab=events> Acesso em: 19 dez. 2013.

RODRIGUES, C. *South Africa's World Cup is a disgrace*. **The Guardian**.., 2010. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2010/may/06/south-africa-world-cup-spending-disgrace> Acesso em: 18 dez. 2013.

SAMARA T. *Building coliseum, living in shacks: construction workers in the shadow of the World Class City*. In COTTLE E., (ed.). **South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?**, University of KwaZulu-Natal Press. 2011.

SMITH, D. *Life in "Tin Can Town" for the South Africans evicted ahead of World Cup*, **The Guardian**, Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2010/apr/01/south-africa-world-cup-blikkiesdorp>. Acesso em: 25 nov. 2013.

SOUTH AFRICA FOOTBALL ASSOCIATION, **Questions for SAFA President for the 2010 LOC site launch on FIFA.com.** 01 jun. 2007. Disponível em: <http://www.safa.net/index.php?page=interview> Acesso em: 12 mar. 2014.

STREETNET INTERNATIONAL. **Campaigns Work Report to Streetnet Congress August 2010**, 10 f. Disponível em: <http://www.streetnet.org.za/docs/reports/2010/en/WCCA-Campaign-Report-August-2010.pdf> Acesso em: 12 mar. 2014.

TOLSI, N., http://www.mg.co.za/article/2010-01-22-rounded-up-and-shipped-out Acesso em: novembro de 2013

TOLSI, N., 2009. Trading markets for malls, Mail&Guardian, http://mg.co.za/article/2009-04-07-trading-markets-for-malls Acesso em: dez/2013 .

WONACOTT, P.;STEWART R. *Cup's Glow Can't Hide South Africa's Issues.* **Wall Street Journal**. (June 23, 2010). Disponível em: <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052748704123604575322913697900130> Acesso em: 12 dez. 2013.

Despesas públicas

As estimativas de despesas globais para infraestrutura geral e estádios (um orçamento inicial de 22 bilhões de randes [US$ 2,025 bilhões] mudou drasticamente ao longo do tempo).

Custo dos estádios

Cidade	Estádio	US$
Cidade do Cabo	Estádio Green Point	414,2 milhões
Durban	Estádio Moses Mabhida	285 milhões
Johanesburgo	Estádio Soccer City	180,5 milhões
Nelspruit	Estádio Mbombela	80,55 milhões
Polokwane	Estádio Peter Mokaba	80 milhões
Pretória	Estádio Loftus Versfeld	9,1 milhões

Gasto Total Direto - Estimativas Copa do Mundo de 2010 (em milhões de dólares)

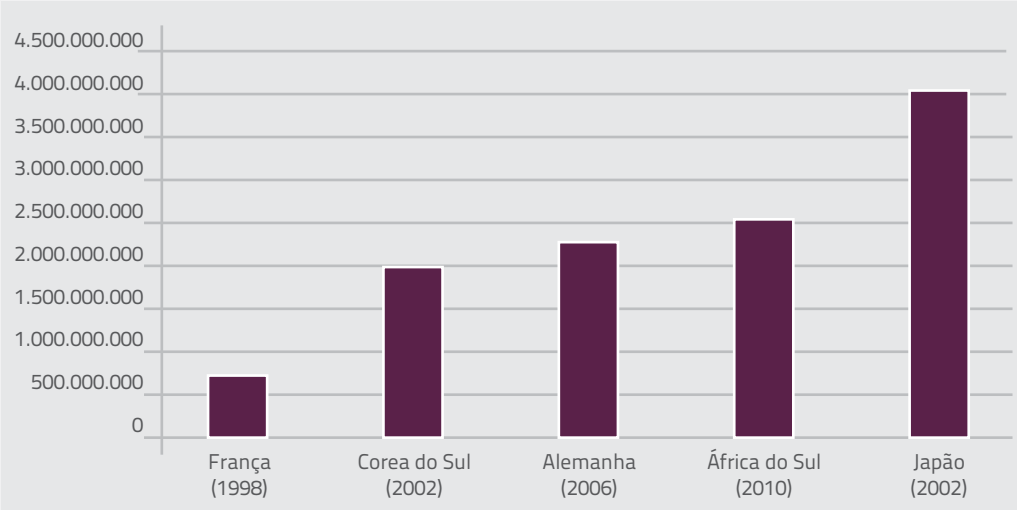
	2010 Atualização	2008 Atualização	2007 Atualização	Dossiê de Candidatura
Categorias de gastos	Gasto direto total	Gasto direto total	Gasto direto total	Gasto direto total
Número de visitantes estrangeiros	373.609	483.000	483.000	251.453
Moeda	US$	US$	US$	US$
Gastos de organização	626,4	634	507,1	505,5
Gastos do turismo estrangeiro e nacional	853,6	808,2	685,4	452,6
Gastos de infraestrutura e estádios	2.966,86	1.601,77	1.601,77	212,1
Gasto direto total	5.091,23	3.043,97	2.794,27	1.170,2
Empregos gerados	694.758	415.400	381.327	159.697

Fonte: South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?, University of KwaZulu-Natal Press, chapter 2, Economic Promises and Pitfalls of South Africa's World Cup, Patrick Bond & Eddie Cottle.

Custos de infraestrutura

Cidade	Estrutura	US$
Johannersburgo	Rede Integrada de Transportes de Rea Vaya	600 milhões (em 2008, o orçamento previsto era de US$ 171 milhões)
Gautrain	Ferrovia de trens rápidos (o sistema ligará Johanesburgo, Pretória ao aeroporto OR Tambo)	2,3 bilhões
Durban	Novo Aeroporto Internacional King Shaka	735 milhões

Copa do Mundo da Fifa - Gastos com estádios – em US$



Fonte: South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?

Estádio Moses Mabhida Construção do estádio de Durban custou US$ 180 milhões (Clive Reid/CC)

Legislação

O Estatuto da Copa do Mundo e das Confederações de 2010 na África do Sul foi aprovado por todas as cidades-sede onde aconteceram as partidas de futebol. De 7 de maio de 2010 a 15 de agosto de 2010, o governo municipal de cada cidade-sede, com efeito, torna-se fiscal de uma empresa privada – a Fifa – para proteger a imagem e os lucros dessa empresa privada. Nos termos deste estatuto, "funcionários autorizados" terão poderes para fazer cumprir as disposições relativas à publicidade, ao controle de acesso a locais, aos espaços públicos abertos e embelezamento da cidade, às vias públicas e à orientação do tráfego, assim como ao comércio de rua. O estatuto deixa claro que "quaisquer avisos, diretivas, instruções, regulamentos, políticas e procedimentos emitidos pela Fifa ou pelo comitê organizador local serão administrados e executados pelo poder municipal".

O objetivo do estatuto é fornecer medidas legislativas às cidades-sede a fim de que possam cumprir com suas obrigações como palcos das partidas, sob o Acordo de Cidade-Sede entre e com o Comitê Organizador da África do Sul para a Copa do Mundo de 2010 (2010 FIFA World Cup Organising Committee South Africa) e a Federação Internacional de Futebol (Federation Internationale de Football Association, ou Fifa) para a realização da Copa das Confederações da Fifa e da Copa do Mundo da Fifa de 2010, sediadas pela África do Sul em 2009 e 2010, respectivamente. A cidade-sede assumiu certas obrigações em relação à competição e, em particular, se comprometeu a garantir que o estatuto fosse aprovado para permitir o bom funcionamento da competição, exigindo assegurar o cumprimento apropriado às seguintes questões: a) publicidade; b) controle de acessos aos locais; c) espaços públicos abertos e embelezamento da cidade; d) vias públicas e orientação de tráfego; e) comércio de rua.

Em toda a África do Sul estes estatutos têm sido usados para justificar abusos, muito comuns, por parte de funcionários municipais e, em particular, das forças de segurança e da polícia metropolitana, além de serem usados como argumento para "limpar as ruas" dos vendedores ambulantes e moradores de rua antes e durante a Copa do Mundo. Além disso, a proibição aplicável a qualquer pessoa contra qualquer distribuição de panfletos perto dos estádios ou parques de torcedores, sem a prévia aprovação por escrito do governo municipal, parece cercear drasticamente a liberdade de expressão de todos na África do Sul.

Fontes:

http://constitutionallyspeaking.co.za/on-the-fifa-world-cup-by-laws/
http://www.fifa.com/mm/document/affederation/marketing/53/42/06/2010_fifa_public_guidelines_en_260908.pdf
http://www.tshwane.gov.za/AboutTshwane/CityManagement/CityDepartments/CorporateandSharedServices/legalservices/By-Law%20Listing/Promulgated%20Bylaws/2010FifaWorldcupBylaw.pdf
http://www.fifa.com/mm/document/affederation/marketing/53/42/06/2010_fifa_public_guidelines_en_260908.pdf

Acessados em março de 2014.

Christian Russau é jornalista e escreve para diversas mídias alternativas na Alemanha.

Foto página oposta Berlin Olympic Stadium (Stacey Cavanagh/CC)

Alemanha

Christian Russau

Estádio de Munique em dia de jogo da Copa de 2006 (Werner Kunz/CC)

A Copa de 2006 na Alemanha: um verão de conto de fadas?

Berlim, junho e julho de 2006: o sol brilha incessantemente na cidade durante um mês inteiro. Faz calor neste verão com temperaturas fora do comum. As pessoas comemoram nos parques e jardins públicos, nos cafés de rua e nos botequins. Comemoram a Copa do Mundo que acontece no país. Comemoram alegremente, com pessoas de todos os cantos do mundo, e mesmo depois da derrota da Alemanha contra a Itália na semifinal continuam festejando o ambiente alegre, o bom humor, o verão e a alegria de viver. A expressão que mais se escutou naquele mês foi "Alemanha, verão de conto de fadas". Virou título de um documentário sobre a seleção da Alemanha e seu técnico Jürgen Klinsmann durante todo o torneio. O filme foi sucesso de bilheteria nos cinemas. Embora não tivessem conquistado a tão desejada taça jogando em casa, os alemães continuaram comemorando meses a fioa fio sua relação menos tensa com eles próprios. Correspondentes internacionais de rádio, TV e jornais se perguntaram: "O que aconteceu com os alemães? Onde foram parar aquelas pessoas disciplinadas, loucas pelo trabalho, que reclamam de tudo, os alemães sem humor e meio chatos? O que foi que aconteceu?"

"O mundo entre amigos"

Os alemães não saíram de férias para escapar do megaevento da Copa no seu próprio país, não se trancafiaram em casa na frente da telinha. Apesar da derrota contra a Itália, não se entregaram ao trabalho em sua ética protestante habitual. Não, os alemães encheram as ruas e os lugares onde os torcedores costumam se reunir. Pareciam mais eufóricos do que os italianos que

Lema oficial O mundo entre amigos (Jens Matheuszik/CC)

brindavam a conquista da taça, mais alegres do que as hordas de brasileiros que haviam viajado para a Copa, faziam mais piadas do que os ingleses surpresos com o calorento verão alemão. Em suma, festejavam alegremente com convidados do mundo inteiro.

"O mundo entre amigos" (Die Welt zu Gastbei Freunden, em alemão), este foi o lema oficial que prenunciou a realização da Copa do Mundo de 2006. Mas como é que o comitê alemão de organização da Copa podia saber que, de uma hora para a outra, os alemães se tornariam anfitriões tão maravilhosos, surpreendendo até mesmo os críticos mais afiados em seu próprio país? Mais ainda: conhecidos por décadas pela resistência a símbolos nacionais como a bandeira, passaram a ostentar publicamente o lábaro nacional. Bandeirolas tremulavam em milhões de carros e bicicletas, jovens exibiam as cores nacionais em suas faces, atravessando o verão que parecia não querer acabar nunca, dançando com seus chinelos e uma garrafa de cerveja na mão.

Foi assim? Foi essa a história inteira que costuma ser contada sobre o verão do futebol 2006?

Na verdade, esta foi só parte da história.

Antes da Copa, o governo alemão divulgou um "programa cultural" para acompanhar o evento desportivo. O relatório final do governo sobre a Copa do Mundo de 2006 informa: "Entre 2003 e 2006, o Ministério do Interior (BMI) disponibilizou um total de € 29 milhões para a programação artística e cultural durante a Copa do Mundo de 2006. Com essa soma foram apoiados 50 projetos de excelência nas categorias exposição; dança e teatro; música e peça radiofônica; filme, TV e vídeo; literatura e evento/festivais." Um dos projetos que recebeu mais financiamento foi o *Streetfootballworld*, cujo objetivo era trazer times juvenis de diversos países para campeonatos da Copa de Futebol de Rua, na Alemanha.

Essa era a ideia.

O técnico Jürgen Klinsmann e o ex-ministro do Interior Otto Schily inauguraram o projeto no bairro de Kreuzberg, em Berlim. Mas nem todas as seleções puderam viajar para a Alemanha. Os pedidos de visto das equipes de Gana e Nigéria foram recusados. Segundo o noticiário da época, o ministro responsável pelo assunto declarou que o risco de que alguns jovens aproveitassem sua estadia para buscar asilo na Alemanha era elevado demais. Segundo o ministro, "as autoridades responsáveis pela concessão dos vistos entrevistaram os jovens, e esses disseram que sonhavam com uma carreira profissional no exterior". Qual o jovem de qualquer país que joga futebol de rua e que *não* sonha com uma carreira profissional? Deveriam esses jovens mentir e afirmar: "*Não* quero me tornar um profissional do futebol?"[1]

[1] Disponível em: http://www.epo.de/index.php?option=com_content&view=article&id=1714:gruene-abgeordnete-fordern-einreisevisa-fuer-afrikanische-straenfuballer&catid=82&Itemid=35. Acesso em 10 out. 2013.

Alemanha aberta, sim. Mas não para todos

Lema oficial em estádio alemão
(Marc Oliver John/CC)

O ministério das Relações Exteriores da Alemanha definiu uma "regra geral para a concessão de vistos durante a Copa do Mundo de 2006". Prometeu um procedimento de concessão de vistos para visitantes do exterior que fosse "rápido e voltado para serviços". Simultaneamente, o ministério também anunciou que o princípio não valeria para todos os países.

"No âmbito do lema da Copa do Mundo de 2006, 'O mundo entre amigos' o ministério das Relações Exteriores da Alemanha e as representações diplomáticas no exterior tornarão possível um procedimento de visto rápido e voltado para serviços a visitantes do mundo inteiro que necessitarem entrar no país. No entanto, as experiências de vários grandes eventos mostraram que pessoas desenraizadas em seus países de origem aproveitam a oportunidade para permanecer no país anfitrião, em vez de voltar para a sua pátria. Em alguns países, o índice dessa prática abusiva é elevado. Parte considerável dos documentos se revelou falsa, ou seja, comprada. O objetivo da República Federal da Alemanha é ser um anfitrião bom e aberto durante a Copa do Mundo de 2006, garantindo, ao mesmo tempo, que a Copa não seja utilizada como pretexto para abusar do visto. Este é um interesse coletivo de todos. [...]

O visto só pode ser concedido sem prejudicar os interesses de segurança da Alemanha, respectivamente, dos outros países do Tratado de Schengen. Neste contexto, além de investigar o objetivo da viagem e a garantia de financiamento da permanência, é preciso ter um prognóstico positivo para a disponibilidade do turista em voltar. Somente quem preencher todas essas condições poderá receber o visto. Exibir um comprovante de aquisição de um ingresso para um jogo da Copa pode ser considerado um meio para justificar a credibilidade do objetivo da viagem, mas não justifica nenhum direito para a concessão de um visto." [2]

[2] Grifos no documento original *WM 2006: Abschlussbericht der Bundesregierung (Copa de 2006, relatório final do governo da República Federal da Alemanha)*. Disponível em http://wm2006.deutschland.de/DE/Content/SharedDocs/Publikationen/abschlussbericht-bundesregierung-wm2006,property=publicationFile.pdf. Acesso em 10 out. 2013.

Cartão Postal Portão de Brandemburgo em Berlim, durante a Copa de 2006 (Russel C/CC)

A Copa do Mundo, fator de boom econômico?

Além da boa reputação, o governo alemão[3] também atribuiu êxitos macroeconômicos à Copa de 2006. Assim, a venda de equipamentos eletrônicos teria crescido 5,2% (ou € 227 milhões) – aumento atribuído, em grande parte, aos novos televisores de tela plana, que passaram a quebrar todos os recordes de venda. Como havia 10% a mais de turistas do que o previsto, o setor hoteleiro do país inteiro teriam embolsado receitas extras de € 220 milhões. Ao todo, o ramo de hotéis e restaurantes teria registrado receitas adicionais da ordem de € 300 milhões. No entanto, segundo as estatísticas oficiais, as vendas de refeições cresceu só 0,3%, enquanto a venda de bebidas subiu 4,7%.

Aumento do consumo na Copa: "Nenhum impulso conjuntural relevante"

As empresas, por outro lado, dizem ter lucrado com a Copa na Alemanha. Segundo pesquisa da Câmara Alemã da Indústria e do Comércio com 19 mil estabelecimentos no país inteiro, "11% das empresas informaram que a Copa teve consequências positivas para os negócios. Nas regiões que sediaram os jogos, esse valor diz respeito a 14% das empresas."[4] Por mais otimistas que possam parecer esses dados do governo, estão a milhas de distância da previsão de aumento do consumo em € 10 milhões durante a Copa, representando 0,5% do PIB.[5] Já os economistas parecem bem mais realistas. Karl Brenke e Gert G. Wagner, pesquisadores do Instituto Alemão para Ciências Econômicas (Deutsches Institut für Wirtschaftskunde, DIW), têm outra interpretação dos efeitos econômicos supostamente mensuráveis da Copa de 2006. Em 2007, um ano depois do megaevento, eles analisaram os dados econômicos do "efeito Copa do Mundo" e chegaram a resultados menos otimistas. Segundo eles, a Copa não gerou "nenhum impulso conjuntural relevante". Os efeitos econômicos "não tiveram dimensão perceptível na economia". Os pesquisadores concluíram: "Não houve aumento do consumo privado durante o período da Copa".[6]

Terá a Copa gerado novos empregos? Em 2004, a Agência Federal para Trabalho e Emprego (Bundesagentur für Arbeit) previa "100 mil novos empregos", constatou Bernd Müllender em 2006[7]. Dois anos mais tarde, em janeiro de 2006, a mesma agência já falava em apenas 50 mil empregos: "Serão em sua maioria empregos no setor de venda de refeições, em bares ou como segurança - portanto, de curto prazo." Onde, estaria, então, o legado da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha?

A Copa de 2006 na Alemanha – um "love in" internacional?

É fato irrefutável que a Alemanha adquiriu outra imagem no mundo por causa da Copa de 2006. Entre outros, o canal britânico BBC observou que a imagem tradicional da Alema-

[3] Idem, 21p.

[4] Idem.

[5] Disponível em: http://www.bpb.de/gesellschaft/sport/fussball-wm-2006/73592/ein-land-sieht-rund-essay. Acesso em 14/02/2014.

[6] Brenke, Karl; Wagner, Gert G. Zum volkswirtschaftlichen Wert der Fussball-Weltmeisterschaft 2006 in Deutschland" [Sobre o valor macroeconômico da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha]. DIW, Berlim, 2007. Disponível em http://www.diw.de/documents/%20publikationen/73%20/56559/rn19.pdf. Acesso em 14 set. 2013.

[7] Müllender, Bernd. Ein Land sieht rund – Essay, In: Aus Politik und Feijões-chicote, 19/2006. Disponível em: http://www.bpb.de/apuz/29761/ein-land-sieht-rund-essay. Acesso em 10 nov. 2013.

nha no exterior já não era a mesma. "Todos nós gostamos dos alemães!", constatou Laura Smith-Spark em seu *blog* sobre a Copa do Mundo na BBC, para perguntar, logo em seguida: "Não é engraçado como dez dias de futebol podem mudar as ideias de tanta gente acerca de outras nações? Nunca esperei ouvir tantas vozes ao redor do globo dizendo como os alemães são fantásticos. Nem esperava que a Copa do Mundo fosse virar um *love in* internacional."[8]

A Alemanha no verão de 2006, uma festa? Sem dúvida. As pessoas dançavam até de madrugada nas noites quentes de verão, socializavam com torcedores do mundo inteiro rompendo, assim, todos os preconceitos tradicionais. "Com os brasileiros foi muito marcante: muitos vieram para a Alemanha para assistir a Copa com aquela imagem do alemão correto na cabeça", diz Christian Tänzler, porta-voz da agência de turismo Visit Berlin, sociedade entre o Estado de Berlim, alguns hotéis, os bancos de investimento da cidade e outros. "Então, chegaram a um país em que o sol brilhou durante quatro semanas e todos comemoravam sem parar." Especialmente a capital, Berlim, que mostrou aos visitantes do Brasil uma imagem completamente nova de uma Alemanha aberta para o mundo e disposta a se divertir. "Durante as quatro semanas da Copa do Mundo de 2006, só Berlim recebeu 15 milhões de turistas", disse Tänzler. A cada dia, 450 mil novos visitantes chegavam à cidade. "E desde a Copa a cidade experimenta um *boom*, principalmente com turistas vindo do Brasil. A Copa de 2006 trouxe um ganho de imagem impagável para a cidade, algo que nenhuma campanha de marketing teria alcançado", complementa Tänzler.

Uma nova imagem da Alemanha no exterior

Com isso, o país teve um ganho em termos de imagem. Nesse aspecto, o Ministério das Relações Exteriores acertou em sua análise na época: "Em países com uma abordagem tradicionalmente crítica, a Copa de 2006 gerou um questionamento dos velhos estereótipos. Confirmou-se que a Alemanha e seus habitantes têm uma nova tranquilidade, gentileza e emotividade. Às virtudes já conhecidas, 'tipicamente alemãs', como ordem, perfeccionismo, pontualidade e ansiedade por segurança, somaram-se atributos como cordialidade, abertura, hospitalidade, alegria de vida e senso de justiça. Abandonaram-se velhos preconceitos, como obstinação, falta de humor, xenofobia, frieza emocional. Os bem-sucedidos esforços para se mostrar bom anfitrião, o jogo arrebatador da seleção alemã, o entusiasmo de tantos – e geralmente jovens – espectadores nos locais de concentração de torcida e o patriotismo 'distendido' renderam simpatias à Alemanha no mundo inteiro."[9]

Mesmo a polícia alemã, que não se notabiliza exatamente pelo bom humor, não deixou de ter uma boa dose de humor em suas ações naquele verão futebolístico. "Automóveis danificados: a polícia prendeu Beckham, Rooney e Owen", informou a polícia de Dresden

Festa Torcedores em Munique, Bavaria, Alemanha (Fabian Mohr/CC)

[8] Disponível em: http://www.bbc.co.uk/blogs/worldcup/2006/06/we_all_love_the_germans.html. Acesso em 10 out. 2013.

[9] Disponível em http://wm2006.deutschland.de/DE/Content/SharedDocs/Publikationen/abschlussbericht-bundesregierung-wm2006,property=publicationFile.pdf. Acesso em 10 out. 2013.

Dortmund Stadium
(Crystian Cruz/CC)

em uma declaração à imprensa de 21 de junho de 2006. Na véspera, três torcedores neozelandeses haviam sido presos, trajando as camisetas de seus ídolos ingleses Beckham, Rooney e Owen.[10] Já a polícia rodoviária da estrada A2 de Hamm para Uentrop mostrou menos senso de humor ao deter Diego Maradona, que corria a 120 km/h rumo ao jogo da Argentina contra a Sérvia-Montenegro em um trecho com limite de velocidade de 80 km/h. O craque teve que pagar fiança de 200 € antes de poder seguir viagem.[11]

De maneira geral, no entanto, a Alemanha passou a imagem de um país em festa naquele verão 2006.

A Fifa invade o país...

Os alemães poderiam ter exercitado a crítica e o protesto. Motivos não faltaram, pois antes de aprovar a realização de uma Copa do Mundo, a Fifa costuma impor algumas condições ao país-sede do campeonato.

Gastos públicos para a Copa de 2006 na Alemanha

Sete anos antes de a bola começar a rolar na Copa da Alemanha, no dia 6 de julho de 1999, a coalizão entre social-democratas e verdes na Alemanha entregara à Fifa uma longa lista de garantias governamentais, anunciando medidas, assegurando amplos privilégios à associação futebolística, seus patrocinadores e parceiros, bem como aos jogadores das seleções de outros países e seus assessores: isenções fiscais, adaptações às taxas alfandegárias e modificações de leis para garantir os privilégios da Fifa. "Negócios com um sócio pouco social", foi como o jornal *taz*[12] se referiu à submissão do governo alemão à Fifa. Somou-se a isto a reivindicação da Fifa de desenhar um raio de cerca de um quilômetro em torno dos estádios, bem como uma série de garantias relativas à modernização de estádios. Para este fim foi disponibilizado um total de € 530,7 milhões em dinheiro público nos níveis federal, estadual e municipal para as caríssimas reformas ou novas construções de doze estádios, num total de € 1,4 bilhão.

Símbolo Urso símbolo de Berlim estilizado para a Copa do Mundo. (Crédito: Christian Russau)

[10] Disponível em: http://www.mopo.de/news/fussball-wm-sprueche-vom-21--juni,5066732,5764656.html . Acesso em 12 set. 2013.

[11] Disponível em: http://verkehrsunfall.beeplog.de/blog.pl?blogid=49286&from=14. Acesso em 09 out. 2013.

[12] Disponível em: http://www.taz.de/!118372/. Acesso em 09 out. 2013.

Bandeira alemã enfeita janela
(Joachim Niemeier/CC)

Outros € 3,7 bilhões foram investidos na ampliação das estradas de rodagem no país inteiro, como o governo registra em seu relatório final da Copa de 2006. No entanto, nem o próprio governo alemão incluiu essas despesas no orçamento geral da Copa. Os gastos públicos destinados diretamente à Copa, segundo dados governamentais, somam apenas € 294 milhões.[13] Os outros custos, na altura de bilhões de euros, não foram atribuídos à Copa no orçamento da União. Nem as despesas da federação, dos estados e dos municípios na área de segurança (polícia etc.) foram incluídas, porque segundo o governo alemão "não podiam ser contabilizadas com segurança".[14]

O que há por trás disso? Os gastos para a Copa na Alemanha então de fato não foram tão elevados quanto os críticos temiam? Não. O que há por trás é um simples truque: "Tanto no ramo futebolístico quanto no olímpico, a arte consiste em incluir o mínimo possível de custos no orçamento e indicar o máximo possível de gastos previstos como investimentos não ligados diretamente às Olimpíadas ou à Copa do Mundo. Assim, acaba-se chegando a um belo superávit nos respectivos orçamentos".[15]

É verdade que é difícil alocar exclusivamente no item Copa do Mundo na Alemanha projetos de infraestrutura financiados com recursos públicos, uma vez que a Alemanha Oriental continua recebendo meios públicos para projetos através do adicional de solidariedade cobrado nos impostos, e porque Berlim ainda se encontra no boom imobiliário depois da queda do Muro, da unificação, da mudanca da capital e do aumento de atratividade para pessoas que querem ganhar mais dinheiro. Ainda assim, economistas fizeram as contas em 2009 e descobriram que os gastos públicos em todas as cidades-sede da Copa de 2006 na Alemanha, incluindo todas as medidas de infraestrutura, somaram cerca de sete bilhões de euros. Mas ainda assim é difícil vislumbrar um limite claro entre investimentos feitos para a Copa e outros.

[13] Ver *WM 2006: Abschlussbericht der Bundesregierung (Copa de 2006, relatório final do governo alemão)*. Disponível em http://wm2006.deutschland.de/DE/Content/SharedDocs/Publikationen/abschlussbericht-bundesregierung-wm2006,property=publicationFile.pdf. Acesso em 10 out. 2013.

[14] Ver *WM 2006: Abschlussbericht der Bundesregierung (Copa de 2006, relatório final do governo alemão.* Disponível em http://wm2006.deutschland.de/DE/Content/SharedDocs/Publikationen/abschlussbericht-bundesregierung-wm2006,property=publicationFile.pdf. Acesso em 10 out. 2013.

[15] Weinreich, Jens: "Die Kosten der WM - insgesamt wurde der Steuerzahler im Zusammenhang mit der Weltmeisterschaft mit mehreren Milliarden Euro belastet Die Kunst des Rechnens", in: Berliner Zeitung, 10/6/2006. . Disponível em: http://www.berliner-zeitung.de/archiv/die-kosten-der-wm---insgesamt-wurde-der-steuerzahler-im-zusammenhang-mit-der-weltmeisterschaft-mit-mehreren-milliarden-euro-belastet-die-kunst-des-rechnens,10810590,10393614.html. Acesso em 30 set. 2013.

Custos e financiamento dos estádios da Copa do Mundo 2006 na Alemanha*

Estádio	Operações de construção	Custos totais	Responsáveis pelo financiamento
Estádio Olímpico de Berlim	Reforma	€ 242 milhões	Governo Federal: € 196 milhões Cidade-Estado de Berlim: Empréstimo de € 46 milhões
Dortmund	Reforma	€ 45.5 milhões	Financiamento pela Empresa Privada Westfalenstadion Dortmund GmbH
Frankfurt am Main	Construção de um novo estádio	€ 126 milhões	Estado Hessen: € 20.5 milhões Prefeitura Municipal de Frankfurt: € 64 milhões Bancos: empréstimo de € 41.5 milhões
Gelsenkirchen	Construção de um novo estádio	€ 191 milhões	Prefeitura Municipal de Gelsenkirchen: € 10 milhões Bancos: empréstimos de € 122.5 milhões Patrimônio líquido de proprietário: € 40 milhões Contratante geral: empréstimo de € 6.4 milhões Arrendamento mercantil: € 5.3 milhões Fãs: € 5.1 milhões Empresa privada: € 1.7 milhões
Hamburgo	Reforma	€ 97 milhões	Cidade de Hamburgo: € 11 milhões Financiamento de terceiros: € 70 milhões Empresa privada proprietária do estádio: € 16 milhões

[*] Fonte: „WM 2006: Abschlussbericht der Bundesregierung" (relatório final da gabinete da Alemanha sobre Copa do Mundo 2006). Disponível em: http://wm2006.deutschland.de/DE/Content/SharedDocs/Publikationen/abschlussbericht-bundesregierung-wm2006,property=publicationFile.pdf. Acesso em 10 nov. 2014.

Custos e financiamento dos estádios da Copa do Mundo 2006 na Alemanha (continuação)

Estádio	Operações de construção	Custos totais	Responsáveis pelo financiamento
Hannover	Remodelação	€ 64 milhões	Prefeitura Municipal de Hannover, Estado Federal de Niedersachsen: € 24 milhões KfW (banco alemão governamental de desenvolvimento): Empréstimo de € 20 milhões (garantido pela Prefeitura Municipal de Hannover) Bancos: Empréstimo de € 20 milhões
Kaiserslautern	Expansão	€ 48.3 milhões	Estado de Rheinland-Pfalz: € 21.7 milhões Prefeitura Municipal de Kaiserslautern: € 7.7 milhões Clube de futebol FC Kaiserslautern: € 18.9 milhões
Colônia	Remodelação	€ 119 milhões	Prefeitura Municipal de Colônia: € 25.7 milhões Empresa privada Kölner Sportstätten GmbH: € 93.3 milhões
Leipzig	Construção de novo estádio	€ 90.6 milhões	Governo Federal: € 51.1 milhões Prefeitura Municipal de Leipzig: € 12.1 milhões Empresa privada EMKA GmbH: € 27.4 milhões
Munique	Construção de novo estádio	€ 280 milhões	Clube de futebol FC Bayern Munique: Cerca € 140 milhões Clube de futebol TSV Munique 1860: Cerca € 140 milhões
Nürnberg	Reforma	€ 56 milhões	Estado de Freistaat Bayern: € 28 milhões Prefeitura Municipal de Nürnberg: € 28 milhões
Stuttgart	Modernização	€ 51.5 milhões	Estado de Baden-Württemberg: cerca € 15 milhões Prefeitura Municipal de Stuttgart: € 36.2 milhões Clube de futebol VfB Stuttgart: Co-financiamento de uma das arquibancadas do estádio

Foto página oposta Munich Allianz Arena Stadium (Pikadilly/CC)

Allianz Arena

E a Fifa? O que ganhou nisso?

A Fifa é uma entidade de utilidade pública sediada na Suíca e que faz balanços de cada Copa do Mundo em períodos de quatro anos. Esses períodos costumam comecar no dia 1º de janeiro depois da realização da última Copa e vai até 31 de dezembro do ano da próxima Copa. O resultado: "No período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006, a Fifa contabilizou receitas totais no valor de 3.238 milhões de francos suícos (CHF), contra despesas totais de CHF 2.422 milhoes. Disso resulta um resultado líquido de CHF 816 milhões nos quatro anos. A Fifa fechou o período 2003–2006 com um resultado recorde de 816 milhões. O capital próprio fechou 31 de dezembro de 2006 com CHF 752 milhões, o maior valor nos 103 anos de história da Fifa."[17]

O anfitrião foi a Fifa: a Copa e o direito sobre marcas dos patrocinadores

Além disso, os direitos sobre marcas foram adaptados às necessidades da Fifa. Os estádios de futebol se tornaram territórios licenciados pela Fifa e em torno deles só podia haver publicidade e produtos dos parceiros da Fifa.

A Copa do Mundo da Fifa em 2006 contou com 16 patrocinadores internacionais, que pagaram respectivamente 40 milhões de euros para a Fifa pelos direitos exclusivos de fazer a publicidade de seus produtos ao redor do globo durante a Copa do Mundo: Adidas, Avaya, Budweiser (Anheuser-Busch), Canon, Coca-Cola, Continental, Deutsche Telekom, Emirates, Fujifilm, Gillette, Hyundai, Mastercard, McDonald's, Philips, Toshiba e Yahoo! Além deles, seis patrocinadores locais alemães, com o

Dortmund Signal Iduna Park Stadium Bandeira dos patrocinadores na porta de entrada (Tom Langston/CC)

[17] FIFA-FINANZBERICHT 2006. Disponível em: http://de.fifa.com/mm/document/affederation/administration/51/52/65/2006_fifa_ar_de_1768.pdf. Acesso em 20 set. 2013.

direito de fazer a publicidade apenas na Alemanha – mas também de maneira exclusiva – pagando respectivamente 13 milhões de euros para a Fifa. Durante a Copa de 2006, a área de exclusividade para os patrocinadores oficiais da Copa não se limitou apenas aos estádios e arredores, mas a todos os lugares no país inteiro onde houvesse comemorações de torcedores e eventos relacionados com a Copa. A Copa da Fifa virou uma máquina registradora, que transformou as áreas onde há publicidade para seus patrocinadores.[18]

E o que os torcedores acharam disso? "Em vez da marca preferida, foram obrigados a tomar Budweiser, uma marca de que ninguém gosta – e isso num país famoso pela sua cerveja", disse a estudante Caroline, que ajudou a servir cervejas no estádio de Dortmund. Quem trabalhava servindo cerveja era instruído a proferir corretamente o nome da marca. "Se alguém pedisse uma Coca, tínhamos de perguntar, já corrigindo: aceita uma Coca-Cola?", conta Caroline. "E se alguém pedisse uma cerveja, confirmávamos: uma Anheuser-Bud? Claro!"

Próximo do estádio de Dortmund, no lugar chamado Westfalenhalle, há muitos anos existe um "U" gigante em cima de um prédio fazendo propaganda para uma determinada marca de cerveja da região. Esse "U" é um símbolo popular na cidade. Para proteger o seu patrocinador de cerveja para a Copa, a Fifa mandou que o "U" fosse retirado. A cidade de Dortmund recusou-se a isso por motivos de patrimônio histórico. Em Colônia, a Fifa exigiu que o nome de uma parada de ônibus ao longo do estádio que leva o nome de uma fábrica fosse rebatizada por quatro semanas em "parada estádio da Copa". Para isso, todos os folhetos da cidade com os roteiros de ônibus teriam de ser reimpressos.[19] Mas a prefeitura não cedeu à pressão da Fifa. E a imagem negativa da Fifa na opinião pública não parava de aumentar face ao noticiário na imprensa sobre os pedidos esdrúxulos da organização. O prefeito de Munique, Christian Ude, chegou a criticar publicamente os "acordos leoninos" da Fifa. A antipatia em relação à Fifa se espalhou pelo país.

Juizados especiais nos estádios

Vários políticos se beneficiaram desse ânimo, conseguindo fazer aprovar medidas durante aquelas quatro semanas que jamais teriam sido aprovadas em circunstâncias normais. O governo acelerou os julgamentos de delitos associados à Copa do Mundo. Assim, por exemplo, foram instalados nos estádios os polêmicos – e altamente criticados – juizados especiais para acelerar o andamento desse tipo de ação. No estádio central de Leipzig, completamente novo, foram construídos blocos com celas para esses juizados e para a detenção de suspeitos. Antes da Copa, juízes críticos, advogados e associações de torcedores fizeram reclamações duras a esses juizados especiais. Segundo matérias nos jornais e declarações oficiais, eles mal chegaram a ser utilizados. O motivo: graças ao sistema de prévendas de ingressos (que inclui a investigação policial dos antecedentes dos compradores) os suspeitos potenciais nem conseguiram entrar nos jogos da Copa, ficando longe dos estádios. Nesse ponto, o plano dos organizadores, dos políticos e da polícia funcionou.

Muitas marcas na Copa de 2006 (Mitsurinho/CC)

[18] EICK, Volker. 'Secure our profit!' The FIFATM in Germany 2006. In: Colin Bennett and Kevin Haggerty (eds.), Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events. New York: Routledge: 87–102 p. Disponível em: http://www.policing-crowds.org/uploads/media/Eick-Secure_Our_Profits__2011_.pdf. Acesso em 10 out. 2013.

[19] Müllender, Bernd. Ein Land sieht rund – Essay, In: Aus Politik und Feijões-chicote, 19/2006. Disponível em: http://www.bpb.de/apuz/29761/ein-land-sieht-rund-essay. Acesso em 10 nov. 2013.

Exceções legais e medidas tomadas antes e durante a Copa do Mundo de 2006

- Subsídios para reformas, reconstruções ou novas construções de estádios: € 530,7 milhões[20] vieram de verbas federais, estaduais e municipais, para uma despesa total de € 1,4 bilhão gastos com estádios.
- Declaração de garantia para infraestrutura dos estádios. Segundo o relatório final do governo federal da Alemanha para a Copa de 2006: custos de € 3,7 bilhões (não incluídos no relatório de despesas da Fifa).
- A Fifa foi isenta do pagamento do imposto de renda e do imposto sobre sociedades, mas foi mantido o compromisso de pagar o imposto sobre valor agregado. No entanto, a Fifa teve direito de tributar as receitas de patrocinadores e de direitos de transmissão na Suíça, beneficiando-se das reduzidas taxas vigentes no país. Não foi possível coletar dados confiáveis sobre a soma total dos tributos que deixaram de ser pagos na Alemanha.
- Foram liberados do pagamento do imposto de renda e imposto sobre sociedades os participantes da Copa do Mundo de 2006 (associações futebolísticas de outros países, seus assessores, o técnico e 23 atletas). Neste caso, também só existem estimativas, uma vez que os pagamentos dos prêmios, assim como os acordos sobre publicidade, não todos foram tornados públicos.
- Exceções para a tributação de despesas com camarotes VIP em locais esportivos. Esse ponto, até agora, tampouco foi contabilizado e publicado com confiabilidade.
- Declaração de garantia à Fifa de isenção de alfândega e imposto de importação para bens levados para a Alemanha.
- Garantia explícita da não aplicabilidade de controles de tráfego de capital.
- Por solicitação da Fifa, foi elaborada uma política de segurança feita sob medida para a Copa do Mundo de 2006 ("Nationales Sicherheitskonzept FIFA WM 2006") contra "hooliganismo" e qualquer fenômeno comparável de violência advinda de grupos, criminalidade politicamente motivada, terrorismo, criminalidade geral e organizada ligada a eventos.
- Ampliação de medidas de informação, supervisão e controle nas fronteiras terrestres e marítimas, estacões ferroviárias e aeroportos pelo Serviço de Proteção às Fronteiras (Bundesgrenzschutz).
- Instalação da Agência Central de Informações sobre a Copa (Zentrale Informationsstelle WM 2006) junto à Polícia Criminal do estado da Renânia do Norte-Vestfália com o objetivo de reunir informações e elaborar um panorama internacional do "hooliganismo" na Copa do Mundo de 2006
- Elaboração de uma análise da situação de periculosidade em termos de terrorismo ou de ações criminosas por motivos políticos pela Polícia Civil (Bundeskriminalamt) nos ní-

[20] Dados somados do relatório final do governo alemão sobre a Copa: "WM 2006: Abschlussbericht der Bundesregierung", vide nota 13.

veis federal e estadual, pelo Servico Federal de Proteção à Constituição (Bundesamt für Verfassungsschutz) e o Serviço Secreto Federal (Bundesnachrichtendienst)

- Criação de um "Centro Nacional de Segurança no Espaço Aéreo", ampliando a vigilância do espaço aéreo.
- Aumento (para 500 policiais) da autorização para unidades policiais estrangeiras para apoiar a torcida e para identificar "torcedores problemáticos" já conhecidos.
- Elaboração de um "Plano-modelo de combate a catástrofes" para corpos de bombeiros e outros serviços de salvamento em níveis federal e estadual.
- Criação de um "Centro Nacional de Informação e Cooperação" e programação de um "Cenário da Copa" diário, liderado pelo Ministério do Interior e com a participação de outros ministérios federais e secretarias estaduais, bem como o Comitê de Organização da Copa, a ZIS, a Interpol, a Europol e a Eurojust.
- Aviões Awac (Airborne Early Warning and Control System) da OTAN de prontidão na base aérea de Geilenkirchen para supervisionar o espaço aéreo da Alemanha. Em seu relatório final, o governo federal alemão enfatiza explicitamente que essa despesa foi paga com orçamento da Otan, sem custo para o governo da Alemanha.
- Exceções na Lei do Silêncio (muitas vezes, os jogos passavam de 22h, fazendo com que as Leis do Silêncio tivessem que ser mudadas em todos os estados alemães, pois essa é uma questão regulada em nível estadual, não federal).
- Exceções nas regulamentações de horários de abertura e encerramento de lojas (também questão estadual).
- Mudanças nos direitos de proteção a marcas e adequação aos acordos com patrocinadores e parceiros da Fifa.
- Exceções nas leis trabalhistas.
- Exceções no regime de concessão de vistos.
- Aceleração de processos jurídicos contra criminosos no âmbito da Copa do Mundo, bem como criação de juizados especiais nos estádios.
- Aumento dos controles de turistas de países "notoriamente de imigrantes".
- Imediatamente depois do último jogo da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha, o ministro do Interior, Wolfgang Schäuble, pediu que o Exército continuasse garantindo a ordem em território alemão.

Reforço policial Uma das exigências da Fifa para a Copa de 2006 (Nicholas Babaian/CC)

Policial durante a Copa Uma das exigências da Fifa (Qabluna/CC)

Ampliação maciça da segurança e dos controles

O item segurança foi um dos primeiros da lista de prioridades dos organizadores da Copa claramente exigidas pela Fifa antes do torneio. Muitos políticos costumam ser sensíveis a esse item. Assim, houve uma ampliação da fiscalização dos cidadãos pela polícia, pelas forças de segurança e pelos serviços secretos. Até mesmo aviões Awac da OTAN, que normalmente sobrevoam o espaço aéreo em regiões de conflito, controlaram o espaço aéreo da Alemanha durante a Copa (ver detalhes no box "Exceções legais e medidas aprovadas antes e durante a Copa do Mundo de 2006").

Para coroar, depois da Copa o ministro do Interior da Alemanha propôs perenizar o uso do exército em operações de segurança interna no país. Nem mesmo o sindicato de policiais conteve a indignação: "Chega a ser grotesco que o ministro do Interior, Wolfgang Schäuble, pense em usar as forças do Exército para tarefas policiais dentro do país, mal acabou o último jogo dessa Copa maravilhosa e pacífica. Esses planos precisam ser arquivados. A ameaça latente à Alemanha pelo terrorismo islâmico […] não é motivo suficiente para flexibilizar a separação constitucional e comprovadamente acertada entre segurança externa e interna", afirmou o sindicato da polícia em uma declaração à imprensa, em que exigiu "a saída definitiva do Exército da função de garantia da ordem interna no país".[21]

O que a Copa de 2006 conseguiu em termos de "segurança e controle"? A maior mobilização de segurança depois da Segunda Guerra Mundial. Sete mil soldados do Exército alemao (Bundeswehr) de prontidão, 250 mil policiais e 20 mil segurancas particulares. Aviões de reconhecimento AWAC supervisonando o espaço aéreo. De outros países, um reforco de mais 700 policiais.[22] Além de tudo isso, os 12 mil voluntários que assumiram tarefas de seguranca nos espaços públicos temporariamente privatizados pela Fifa para festas de torcedores.[23] E a vigilância por vídeo do espaco público na Alemanha foi praticamente "oficializada" durante a Copa: se, antes do evento, só havia vigilância por vídeo em meia dúzia de cidades, esse número pulou para 30 durante a Copa.[24]

[21] Disponível em: http://www.gdp.de/gdp/gdp.nsf/id/p60702?open&l=DE&ccm=300020865. Acesso em 28 nov. 2013.

[22] Bach, Stefanie: "Die Zusammenarbeit von privaten Sicherheitsunternehmen, Polizei und Ordnungsbehörden im Rahmen einer neuen Sicherheitsarchitektur" Holzkirchen: 2008, S.152f

[23] Em 2002 durante a Copa do Japão/Coreia do Sul muitas pessoas foram para as ruas assistir as competições em locais públicos, sem o controle de alguma entidade ou vinculação com estruturas de marketing. Inspirado nessa experiência na Copa de 2006 a Fifa criou as Fan FestTM, espaços com telas gigantes com alta qualidade de imagem e acesso livre para assistir aos jogos. A FIFA Fan Fest™ é um evento de dia inteiro, com entretenimento e venda de bebidas e comidas, somente dos patrocinadores da Copa. O evento também foi repetido durante a Copa na África do Sul, inclusive em outras cidades do mundo.

[24] EICK, Volker. 'Secure our profit!' The FIFATM in Germany 2006. In: Colin Bennett and Kevin Haggerty(eds.), Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events. New York: Routledge: 87–102 p. Disponível em: http://www.policing-crowds.org/uploads/media/Eick-Secure_Our_Profits__2011_.pdf. Acesso em 10 out. 2013.

Bola em campo, cerveja aos borbotões - e os políticos aproveitam para aprovar leis controversas

Não bastaram as medidas e mudanças nas leis feitas *antes* da Copa no país. Da mesma maneira foram significativas e cheias de consequência as medidas e as leis que o governo alemão fez aprovar *durante* a Copa do Mundo.[25]

O maior aumento do imposto sobre faturamento da história da Alemanha

Em meio a toda aquela euforia, passou quase despercebido o maior aumento do imposto sobre faturamento, equivalente ao ICMS, na História da Alemanha – de 16% para 19% – aprovado em 16 de junho de 2006. Esse aumento em três pontos percentuais representou uma carga mensal mais alta que atingiu especialmente as camadas mais pobres da população, em comparação com os mais afortunados. A organização de campanhas *Campact* tentou combater – em vão – esse aumento tributário, visto como "extremamente injusto em termos sociais".[26] Justamente a lei alemã de imposto sobre o faturamento com suas duas alíquotas reduzidas de – 7% para produtos de necessidade diária[27], 19% para os supérfluos[28] – fez com que a alíquota de 7% fosse aplicada para itens como ração de cães e gatos e iguarias como ovos de codorna, carne de rã e carne de tartaruga.

Alocação generosa de direitos de emissão para a indústria

Os integrantes do Parlamento (Bundestag) alemão avançaram de maneira tão vigorosa como sua seleção nacional, àquela altura do torneio, deixando seus adversários tontos com suas ofensivas. No dia 28 de junho de 2006, o governo federal apresentou seu plano para o comércio de emissões de carbono (Plano Nacional de Alocação para a segunda fase 2008 – 2012 (NAP II), concedendo amplas vantagens à indústria intensiva em energia e poluição.[29] Apesar de protestos maciços por parte de ambientalistas, já o 1º Plano (NAP I) concedera às 1.849 empresas alemãs 499 milhões de toneladas de CO_2 por ano em créditos de emissões. Para a segunda fase, de 2008 a 2012, o governo alemão resolveu continuar concedendo às mesmas empresas alemãs 456 milhões de toneladas em créditos de emissões de CO_2 por ano e de graça.[30] Associações ambientalistas taxaram de insuficiente essa redução de 8%, mas o eco do protestos submergiu na febre da Copa do Mundo: pois a Alemanha inteira estava vidrada no jogo das quartas de final contra a Argentina na sexta-feira, 30 de junho. Assim, os "conglomerados de energia ganharam lucros extraordinários de milhões de euros à custa dos consumidores, porque os créditos de emissão foram concedidos de graça", segundo a opinião[31] das ONGs.

[25] Ver ainda em http://www.giga.de/extra/software-themen/news/passives-abseits-politische-entscheidungen-wahrend-der-wm/. Acesso em 18 nov.2013.

[26] Disponível em: https://www.campact.de/mwst/home/. Acesso em 20 set. 2013.

[27] Disponível em: http://www.gesetze-im-internet.de/ustg_1980/anlage_2_83.html . Acesso em 20 out. 2014.

[28] Disponível em: http://www.gesetze-im-internet.de/ustg_1980/anlage_1_82.html. Acesso em 20 out. 2014.

[29] Segundo várias ONGs, para a política do clima, este plano é "uma falácia". Disponível em: http://germanwatch.org/klima/et-zug06.htm. Acesso em 14 out. 2013.

[30] Mussel, Gerhard; Pätzold, Jürgen. Grundfragen der Wirtschaftspolitik (Fundamentos da economia), Stuttgart 2011.

[31] Disponível em: http://germanwatch.org/klima/et-zug06.htm. Acesso em 30 nov.2013.

Mudanças tributárias e reforma do federalismo: 25 artigos da Constituição modificados antes do início do jogo

Na véspera do clássico Alemanha x Argentina, o governo alemão aprovou uma série de leis para mudar impostos (ver box "Leis aprovadas na Alemanha durante a Copa de 2006"), que, em condições normais, teriam sido motivo de debates acirrados na imprensa e na opinião pública. Ocorre que a Alemanha estava tomada pela febre do futebol. E para aumentar a tensão, no dia do jogo das quartas-de-final contra a Argentina, o Parlamento alemão resolveu colocar em pauta nada menos do que a maior reforma da história da República Federal da Alemanha desde 1949. Todos os artigos da Constituição que tocam a relação entre governo central e estados da federação, bem como as respectivas atribuições, foram modificados: isso diz respeito a questões de finanças, à compensação financeira entre estados, à segurança interna do país e da polícia, a questões de construção e trânsito, justiça, meio ambiente, agricultura, educação, pesquisa, universidade, bem como à mídia e à cultura. Ao todo, 25 artigos da Constituição alemã foram modificados numa única sessão do Bundestag, algo inédito na Alemanha. À noite, a seleção nacional decidiu o jogo nos pênaltis por 2 a 2 contra a Argentina no estádio Olímpico de Berlim, totalmente lotado. A sessão decisiva do Bundestag terminou a tempo para que os parlamentares pudessem sair para assistir ao jogo.

Leis aprovadas na Alemanha durante a Copa de 2006

- **16/6/2006. Aumento da alíquota sobre faturamento de 16% para 19%** aprovada pelo Bundestag.[32]
- **28/6/2006. Lei sobre o comércio de emissões**: O governo alemão apresenta o Plano Nacional de Alocação para o segundo período 2008 – 2012 (NAP II), para fazer face aos compromissos assumidos na primeira fase do Protocolo de Quioto. Atendendo aos preceitos de "proteção climática", "fomento de investimentos e inovações", "transparência" e "competitividade da indústria intensiva em energia", o Bundestag resolve adotar condições generosas para a indústria alemã no que diz respeito a emissões e certificados de CO_2.[33] Para esse segundo período, 2008 – 2012, o governo alemão resolveu conceder às 1.849 plantas industriais alemãs 456 milhões de toneladas de créditos de emissão de CO_2 por ano, sendo 90% concedidos de graça e os outros 10% adquiridos pelas empresas via leiloes.[34] Nos anos seguintes, as cotações dos certificados de CO_2 caíram consideravelmente.
- **29/6/2006. Pacote de mudanças de impostos e contribuições**: Mudanças na lei de vários impostos, taxas e contribuicoes (imposto sobre a renda, taxa sobre corporações, sindicatos, imposto sobre pagamentos a mineradores, lei sobre benefícios para funcionários públicos e soldos, contribuições, bem como a lei sobre estatísticas de impostos e a lei sobre o serviço exterior.[35]
- **30/6/2006** e **7/7/2006. Reforma do federalismo**: uma das maiores mudanças constitucionais de todos os tempos, aprovadas pelo Congresso em 6/6/2006 e pelo Senado em 7/7/2006.[36]

[32] Artigo 10 da Constituição de 26 de junho de 2013 (BGBl. I S. 1809, 2013 II 1120).

[33] NAP 2008-2012 de 28/6/2006.

[34] Gerhard Mussel, Jürgen Pätzold: *Grundfragen der Wirtschaftspolitik (Fundamentos da economia)*, Stuttgart 2011.

[35] Steueränderungsgesetz 2007 (StÄndG 2007, Lei sobre Modificações de Impostos).

[36] Decreto do Congresso "Lei para modificacao da Constituicao - Gesetz zur Änderung des Grundgesetzes (Artigos 22, 23, 33, 52, 72, 73, 74, 74a, 75, 84, 85, 87c, 91a, 91b, 93, 98, 104a, 104b, 105, 107, 109, 125a, 125b, 125c, 143c) ". Impresso 180/06 "Entschließung des Bundesrates zum Entwurf eines Gesetzes zur Änderung des Grundgesetzes (artigos 22, 23, 33, 52, 72, 73, 74, 74a, 75, 84, 85, 87c, 91a, 91b, 93, 98, 104a, 104b, 105, 107, 109, 125a, 125b, 125 c, 143c ".

Copa do Mundo e prostituição

Uma das grandes manchetes antes da Copa do Mundo masculina na Alemanha, em 2006, dava conta de que o megaevento estimularia a exploração sexual e que 40 mil prostitutas seriam levadas para a Alemanha especialmente para a ocasião. Essa manchete dominou a mídia durante meses. Houve campanhas conclamando para o boicote da Copa na Alemanha, alegando que o país, com suas leis mais liberais em comparação com outros países europeus, estimularia não apenas a prostituição, como também a exploração sexual.[37]

Antes da Copa de 2006, houve 21 campanhas na Alemanha contra o tráfico de pessoas e a exploração sexual,[38] promovidas por ministérios, organizações de direitos humanos, igrejas e o sindicato da polícia. Inicialmente, a Confederação Alemã de Futebol (Deutscher Fußballbund) se recusou a participar dessas campanhas, "para não jogar uma carga negativa na Copa – mas a partir de 2006 também participou", relata a Igreja Evangélica da Alemanha em seu relatório final sobre a Copa.[39] Mas já durante estas campanhas, a maioria das instituições participantes esclareceram que "os números sobre exploração sexual no âmbito da Copa foram superestimados por instituições eclesiásticas e personalidades individuais", ou até mesmo falsificados. "Estimativas iniciais dão conta de que a taxa de prostituição, durante a Copa, caiu em vez de subir, o que é reforçado pela saída antecipada de prostitutas estrangeiras do país. Segundo a Agência Federal de Polícia Civil (BKA) a exploração sexual até decresceu."[40] Foi o que constatou também o governo alemão em seu *Relatório Final sobre a Copa de 2006*. Averiguações das autoridades de segurança nos âmbitos federal e estadual não registraram nenhum caso de tráfico de pessoas e prostituição forçada durante a Copa do Mundo. As supostas 40 mil prostitutas que teriam sido levadas para a Copa da Alemanha, como anunciou a imprensa nacional e internacional, não se confirmaram. Já antes da Copa, especialistas da Polícia Civil e de várias ONGs haviam afirmado que esse dado era inventado."[41]

Como se chegou a esse número de 40 mil prostitutas durante a Copa? O número se baseava em uma estimativa segundo a qual 10% das mulheres que trabalham na prostituição são explorados sexualmente.[42] Esse número – já contestado – de 40 mil prostitutas derivou do número (também estimado) de 400 mil profissionais do sexo na Alemanha. Acontece que não existem números confiáveis na Alemanha, porque esse tipo de dado não é levantado pelas autoridades.

Com a coalisão governamental de verdes e socialistas, a Alemanha mudou sua legislação sobre prostituição em 2002.[43] Desde então briga-se pelas conquistas ou pelos retrocessos causados por ela. Quem é a favor aponta para o avanço do status legal das prostitutas, agora protegidas por mais direitos trabalhistas e que, pela primeira vez, podem reivindicar seus direitos. Segundo

[37] Cit. cf. Departamento suíco de Justiça e Polícia EJPD/ Bundesamt für Polizei fedpol/Stab Koordinationsstelle gegen Menschenhandel und Menschenschmuggel: Zwangsprostitution und Menschenhandel anlässlich der WM 2006 und Empfehlungen für öffentliche Präventionskampagnen vor und während der UEFA EURO 2008 TM in der Schweiz, janeiro 2007

[38] Martina Schuster, Almut Sülzle: *Zwangsprostitution, Sexarbeit, Menschenhandel und die WM 2006. Gutachten zu Kampagnen zu Prostitution und Menschenhandel in Deutschland im Umfeld der Fußballweltmeisterschaft der Männer 2006 (Prostituição forçada, trabalho sexual, tráfico de pessoas e a Copa de 2006,* Viena, dezembro de 2006. p. 3.

[39] Hans-Georg Ulrichs: *Ein starkes Stück Leben – Ein hartes Stück Arbeit*. Bericht des WM-Beauftragten der Evangelischen Kirche Deutschlands (Relatório da Igreja Evangélica da Alemanha sobre a Copa)

[40] Idem

[41] Cit. cf: *WM 2006: Abschlussbericht der Bundesregierung*, p.99

[42] Ver entrevista com Stephanie Klee e Friederike Strack neste texto.

[43] De acordo com Veronika Munk, a Lei de Prostituição (LProst) de 2002 é composta de três pontos fundamentais:
1. Trabalhadores do sexo têm o amparo da lei para cobrar o pagamento por serviços prestados e não quitados;
2. Podem escolher entre trabalhar como empregados ou autônomos. Em ambos os casos com obrigações e direitos a benefícios sociais como de qualquer outra atividade laboral;
3. Foi abolida a lei que considerava como "promoção da prostituição" o fato de bordéis oferecerem boas condições de trabalho ou ter, por exemplo, preservativos à disposição dos clientes. Disponível em http://br.boell.org/

os defensores da lei de 2002, isso é importante porque, no fundo, visa a melhoria das próprias pessoas atingidas. Já os críticos apontam para o aumento da prostituição na Alemanha desde a lei, estimulado principalmente pelo turismo sexual de países vizinhos com leis mais rígidas contra a prostituição. A Suécia, por exemplo, proibiu a compra de serviços de natureza sexual já em 1999, com pena de até dois anos de prisão para os infratores. Esta lei foi exitosa, como acredita o governo sueco, ou foi um retrocesso? Até hoje, nenhum cliente de serviços sexuais foi punido com prisão, porque é muito mais difícil provar o delito do que imaginavam os legisladores. Segundo informações da imprensa, a polícia espiona pessoas com infravermelho e câmeras de raio-X para evidenciar que se trata de um ato sexual comercial. Mas isso ainda não pôde ser provado em termos judiciais.[44]

Um dos argumentos mais usados para a "via sueca"[45] é a alegação de que a prostituição desapareceu das ruas. Continuam sem resposta as perguntas sobre se a abordagem às prostitutas se deslocou para a Internet ou outras formas de comunicação digital ou se os usuários suecos – como acreditam os críticos da "via alemã" – passaram a viajar para a Alemanha mais liberal, comprando serviços sexuais nos bordéis a preços módicos.

Os defensores e defensoras da lei alemã sobre prostituição de 2002 sustentam que não existem dados que comprovem o aumento da prostituição no país, porque não existe uma base de dados e porque a zona cinzenta ainda é muito extensa. Alegam ainda que a nova lei conseguiu reduzir precisamente esta zona cinzenta, uma vez que as mulheres têm mais direitos do que antes – e é para elas que a lei mudou. Os críticos, por sua vez, apontam para o número reduzido de prostitutas registradas legalmente nos serviços sociais, apesar de terem esses direitos por lei. Os defensores contestam dizendo que as prostitutas preferem se registrar na categoria de *personal trainer* para evitar o estigma social. Enquanto os críticos – utilizando os argumentos mais diversos, como o de que não pode existir nada de certo no errado – preferem eliminar totalmente a prostituição. Mas os defensores da atual legislação insistem em afirmar que a prostituição é uma realidade, que a lei deve servir para proteger as mulheres, e que as mudanças na lei destinadas a barrar a prostituição apenas lançam as mulheres na ilegalidade, aumentando sua miséria.

O debate sobre a prostituição e a exploração sexual ganhou corpo antes da Copa do Mundo de 2006 e continua até hoje, tendo se reaquecido recentemente. Se na França a questão está sendo debatida no Senado, sendo que naquele país a proibição visa atingir os usuários através de punições, como no modelo sueco, na mídia alemã a discussão gira em torno das questões sobre êxitos ou fracassos da Lei de Prostituição de 2002. A proposta mais recente nesta novela jurídica prevê também a punição de usuários detidos em companhia de mulheres em situação de exploração sexual. Mas o modelo sueco evidencia que é muito difícil reunir provas legalmente sustentáveis.

O que geralmente não entra no debate

[44] Disponível em: http://www.linksnet.de/de/artikel/30222. Acesso em 20 out. 2013.

[45] De lá para cá, Finlândia, Noruega e Islândia também escolheram a "via sueca". A França ainda está debatendo o assunto. O Canadá está indo na direção contrária, depois que a Suprema Corte julgou as leis anti-prostituição como inconstitucionais. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131219_canada_prostituicao_lk.shtml. Acesso em 19 out. 2013.

é o direito alemão para estrangeiros – que só nos casos mais raros permite a imigração por motivos de trabalho – e suas consequências fatais. Mulheres vítimas de tráfico de pessoas são consideradas criminosas pelo Estado alemão e devolvidas para seus países de origem, uma vez que, segundo a lei, entraram ilegalmente no país. Dessa maneira, a legislação em vigor na Alemanha transforma as vítimas em criminosos.

"A Copa do Mundo foi usada para jogar o foco no tema do tráfico de pessoas"

Entrevista com Stephanie Klee, profissional do sexo de Berlim, e Friederike Strack, defensora dos direitos dos profissionais do sexo sobre a Copa do Mundo e a prostituição. Entrevista concedida em outubro de 2013.

Como foi a sua experiência durante a Copa do Mundo em 2006 na Alemanha?

Stephanie Klee: Quando soube que a Copa do Mundo ia acontecer na Alemanha, achei inspirador, embora não entenda nada de futebol. Pensei em dimensões econômicas e comecei a imaginar: muitos torcedores virão para a Alemanha e todos eles vão para a zona de prostituição, e assim nós simbolizamos a nossa dimensão internacional! Futebol é alegria e energia de vida, isso combina com prostituição. Por isso, achei que poderíamos nos beneficiar e contribuir.

As entrevistadas
(Crédito: Isaumir Nascimento)

Mas tenho recordações negativas, pois logo me dei conta de que a Copa seria utilizada para colocar em foco o tema do tráfico de pessoas. Lançou-se uma informação equivocada na mídia, ao dizer que 40 mil prostitutas seriam levadas para a Alemanha durante a Copa. A polícia fez operações para achar essas 40 mil prostitutas. Mas elas não foram encontradas. O noticiário de imprensa abordou de maneira negativa o tema prostituição, o que fez com que as campanhas dificultassem a nossa vida. E a Copa nem foi um bom negócio para nós.

Você diz que a mídia e a política misturaram prostituição com tráfico de pessoas.

Friederike Strack: A estratégia subjacente é que, com o tema comércio de pessoas, geralmente se tenta fortalecer políticas mais restritivas em relação a estrangeiros. Isso ficou evidente quando o então Comissário Europeu para Justiça, Liberdade e Segurança, Franco Frattini, sugeriu nem deixar entrar as mulheres oriundas de países suspeitos de comercializar pessoas. A proposta causou tanta comoção que nem foi para frente. Mas mostra o pensamento de: "vamos fechar as fronteiras, vamos erguer muros mais altos". De acordo com essa lógica, nada poderia acontecer, porque as vítimas potenciais nem entraram. Acontece que esse número de 40 mil prostitutas forçadas sequer ficou provado. O dado ressurgiu em outros eventos e me-

Policiamento rigoroso
(Spinnerin/CC)

gaeventos, tanto na África do Sul quanto nos Jogos Olímpicos de Londres. No caso dos Jogos Olímpicos do Brasil, ainda não se mencionou esse número, mas é questão de tempo. Ainda haverá de surgir.

Nós criticamos a expressão "prostituição forçada" porque consideramos prostituição uma forma de trabalho. É claro que existe trabalho forçado, mas nesse caso precisamos separar as coisas. A escolha das palavras é significativa no detalhe: se todo mundo fala apenas de prostituição forçada, parece que todas são obrigadas a se prostituir.

Vocês foram até os estádios com sua campanha "Freier-Sein" ? Como foi isso?

Stephanie Klee: Em cada cidade que sediou jogos foi constituído um grupo composto por consultores, prostitutas, Pro-Família, organizações de gays e lésbicas, e esse grupo decidia em nível local como realizar as ações. Muitos foram diretamente até os estádios e aos locais de encontro de torcedores, às vezes também para as estações ferroviárias. Se me lembro bem, o clima foi alegre. Havia quiosques que vendiam cerveja e outras coisas, as pessoas chegavam com duas a três horas de antecedência, o tempo estava maravilhoso, havia vários grupos que queriam se conhecer. As pessoas conversaram conosco e não houve nada de negativo, nenhuma baderna, nenhuma pegação boba, ninguém alcoolizado, todos estavam bem, e acho que foi também porque o clima no país era tão bom.

Houve uma mudança na lei aqui na Alemanha em 2002. Ela teve resultados?

Stephanie Klee: Em primeiro lugar, a lei fez com que nós, putas, tivéssemos direito à nossa remuneração. Na Alemanha, a prostituição é legal há um bom tempo, mas tem sido punida e discriminada por leis diferentes com normas contra os comportamentos, e desde a Lei para as Prostitutas eu, como puta, tenho direito a ser remunerada se eu trabalhei ou passei algum tempo com o cliente. Os bordéis são aceitos como local de trabalho e um dono de bordel pode decidir junto com a prostituta se ela quer trabalhar com direito a assistência social num regime de trabalho dependente ou se prefere ser autônoma.

Friederike Strack: Gostaria de enfatizar mais uma vez que as leis de combate ao tráfico de pessoas muitas vezes são prejudiciais às trabalhadoras do sexo, que costumam ser criminalizadas. Segundo essas leis, sempre só há vítimas e criminosas. Umas são criminalizadas e as outras são vítimas inocentes. Aquelas que são criminalizadas logo ganham um carimbo no passaporte e são extraditadas. É preciso adotar uma nova política de direitos para as mulheres que imigraram, para que elas também possam trabalhar aqui.

Megaevento e cultura de torcida

Na Alemanha e em outros países, o futebol vive em grande medida da sua torcida. A primeira divisão é uma das mais bem-sucedidas, a Confederação Alemã de Futebol congrega 25 mil clubes com 6.8 milhões de membros.[46] Em 13 divisões – da primeira até a mais baixa – existem 170 mil jogadores ativos. Só a primeira divisão contou 12.5 milhões de visitantes nos estádios na temporada 2005/2006, o que significa uma média de 40 mil torcedores por jogo.[47]

A cada nova temporada, os políticos, a polícia e os meios de comunicação declaram que a violência e os excessos no futebol alemão continuam "em alto grau". É o que afirma o relatório anual da Agência Central de Informações sobre Ações Esportivas (ZIS - Zentrale Informationsstelle Sporteinsätze). Essa agência reúne todas as informações sobre torcedores que a polícia considera relevantes. Além de arquivar, também analisa os dados. Da mesma forma, desde 1994 a ZIS reúne ainda todas as informações sobre torcedores também do exterior que interessam à polícia num arquivo central chamado "Criminosos do Esporte". Esse arquivo recebe dados de todas as autoridades policiais da Alemanha, as quais também, por sua vez, têm acesso aos dados.[48] Nesse arquivo havia, até março de 2012, um total de 13.032 pessoas fichadas.[49]

As autoridades policiais estimam que exista, nas diversas ligas na Alemanha, um potencial de violência entre os torcedores de cerca de "10.500 pessoas". Desde 1991, a polícia alemã divide os torcedores de futebol em três categorias: categoria A, os torcedores pacíficos; categoria B, os torcedores inclinados a usar violência e categoria C, com os torcedores que procuram a violência.[50]

A ZIS foca especialmente os chamados "ultras": "as categorias A, B e C, cujo único critério de diferenciação é o diferente grau de inclinação para a violência, também podem ser aplicadas aos ultras", mas, como diz pouco adiante, "parte dos grupos denominados ultra […] podem ser classificados sem restrição nas categorias B e C".[51]

Os próprios ultras veem isso de outra forma e criticam a generalização de sua cultura de torcida, vista como "prontos para exercer violência" ou "buscando violência". Os críticos afirmam que às vezes basta "estar no momento errado, no lugar errado" para que um simples torcedor seja fichado no arquivo de Criminosos do Esporte. Na entrevista a seguir, um "ultra" fala a partir da sua perspectiva.

Fifa Fan Fest 2006 em Dortmund (Malcolm Surgenor/CC)

[46] Disponível em: http://www.dfb.de/?id=11015. Acesso 12 out. 2013.

[47] Disponível em: http://www.weltfussball.de/zuschauer/bundesliga-2005-2006/1/. Acesso 12 set. 2013.

[48] Disponível em: http://www.polizei-nrw.de/artikel__4596.html. Acesso 12 out. 2013.

[49] Governo da Alemanha: publicação 17/9003. Disponível em: http://dipbt.bundestag.de/dip21/btd/17/090/1709003.pdf. Acesso 07 out. 2013.

[50] Dados completos disponíveis em: http://www.polizei-nrw.de/media/Dokumente/05-06_Jahresbericht.pdf. Acesso 19 out. 2013.

[51] Relatório sobre futebol, temporada 2005/06. Landeskriminalamt NRW. Dezernat 43 (ZIS), p.6. Disponível em: http://www.polizei-nrw.de/media/Dokumente/05-06_Jahresbericht.pdf. Acesso 06 nov. 2013.

No Police (Crédito: Christian Russau)

"A repressão à cultura de torcedores aumentou muito antes da Copa". Entrevista com um "ultra", concedida em outubro de 2013.

Entrevista com Bernd (nome fictício) sobre repressão e controle dentro e em torno dos estádios, sobre cultura de torcida dos ultras e as consequências da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha.

Quais foram suas experiências na Copa de 2006?

Bernd: Não fui a jogo algum. Era preciso comprar os ingressos com um ano de antecedência. Eu curti a torcida nas ruas aqui em Berlim. Foi bacana, porque foi algo novo e especial ver de repente um milhão de pessoas na rua numa comemoração conjunta.

Foi a primeira vez que a torcida se encontrou nas ruas...

Bernd: Sim. Antes eu sempre ia torcer num botequim. Para quem é torcedor de verdade – aquele torcedor que segue seu time em cada partida – a seleção nacional da Alemanha não é tão importante assim. Conheço muita gente que nem considera tanto assim a seleção nacional a ponto de que tenha de vencer de qualquer maneira. Afinal, ali tem jogadores de todos os times, e não só os jogadores do time pelo qual eu torço. E tudo isso virou megaevento, principalmente antes da Copa de 2006. Por exemplo, a distribuição de artefatos de cartolina para bater palmas.

Como assim?

Bernd: É uma espécie de cartolina em formato A4 dobrada para fazer barulho. Para os torcedores, significa uma bobagem completa. Você já tem uma bandeirola, você tem as suas próprias mãos para bater palmas e tem a sua voz. Em muitos estádios acontece o seguinte: distribuem-se essas cartolinas, e daqui a pouco tudo vira um mingau sonoro. Não é mais aquela cantoria bonita da torcida, mas uma barulheira infernal nos estádios. Isso não corresponde à imagem que o bom torcedor tem de uma boa torcida.

Muitas torcidas de times têm umas coreografias bem criativas. Isso também acontece com os fãs que vão aos jogos da seleção?

Bernd: É diferente. As coreografias feitas nos clubes geralmente são quase 100% feitas e financiadas pela própria torcida. Os próprios torcedores fazem as bandeiras, distribuem panfletos antes do jogo, tudo por amor ao clube, simplesmente. É bom ter seus cinco minutinhos antes da partida e fazer a coreografia e fazer tudo ficar bonito, e saber que você talvez tenha ajudado a dar um empurrãozinho ao seu time.

No caso da seleção nacional, houve certa vez um grupo que cuidava desse tipo de coisas. Em determinado momento, alguém disse: "Vou transformar isso num negócio". Por isso, as coreografias da seleção nacional são todas pagas pelo fã-clube oficial da seleção. Tudo artificial – você pode encontrar o símbolo da Coca-Cola. Não tem ninguém muito responsável por isso. É algo oficial da Confederação Alemã de Futebol.

Como são as coreografias de vocês?

Bernd: Só fazemos para determinadas partidas, não para qualquer jogo. Vai da simples distribuição de panfletos até aquelas bandeiras gigantescas que dominam toda a torcida.

E eles permitem a entrada dessas bandeiras?

Bernd: É tudo autorizado. Nós anunciamos o que pretendemos fazer, que tipo de cartaz levamos, e há alguns anos tomamos cuidados especiais para não usar material inflamável, esse tipo de coisas. Quer dizer: você não pode usar qualquer papel, precisa usar um tipo determinado, o que encarece tudo, claro. Mas de maneira geral o clube e a segurança do clube conhecem tudo de antemão. Às vezes contrabandeamos coisas para dentro que são proibidas, como faixas que não podem ser presas no alambrado. Se conseguir levar para dentro, ótimo. Caso contrário, você não teve sorte.

Você disse que pouco antes da Copa na Alemanha mudou tudo.

Bernd: Sim. Antes da Copa, por volta de 2004/2005, tudo se tornou bem mais difícil. Mas a partir de então sempre houve uma grande grita na mídia, só porque alguém acendeu um sinalizador na frente do estádio. O maior tablóide alemão BILD transformou isso num enorme cenário de violência, mancheteando: "O que fazer com todos aqueles vândalos?!" Claro que a mídia e os políticos pularam em cima daquilo. E o sindicato dos policiais sempre participa bastante, superando-se a cada semana com declarações populistas. "Tudo anarquistas!" E isso não tem nenhuma relação com os fatos. Assim, tudo se tornou difícil.

De maneira geral, a repressão à cultura de torcida aumentou muito antes da Copa, porque o assunto estava em foco e os políticos perceberam que assim poderiam aparecer. Foi quando a Polícia também instituiu o arquivo central chamado "Esporte violento" onde ficam os dossiês de suspeitos. É um arquivo semelhante aos que ficham "criminosos de esquerda" ou "criminosos de direita". O problema é que, durante uma simples *razzia* policial, você pode ser fichado sem saber. Basta estar no momento errado no grupo errado. Ou quando ao seu lado alguém quebra uma garrafa, todos os que estão à volta são registrados como suspeitos. Existem casos em que pessoas quiseram sair de férias e não conseguiram sair do país porque no país de destino seria realizado algum jogo, o que significaria um risco. E isso apenas porque você estava no lugar errado no momento errado. Esses casos aumentaram muito. Ou, então, quando nós, na nossa torcida, expulsamos neonazistas aos socos – e vem a polícia e nós somos proibidos de frequentar o estádio por causa da pancadaria.

Vamos falar sobre lugares sentados versos geral. Como vê isso?

Bernd: Bem, se eu falo de clubes como Berlin, não faz diferença, porque antes também eram lugares sentados. Mas nós simplesmente ficamos em pé nos bancos. Agora, são assentos que podem ser dobrados, você pode sentar ou ficar em pé. No estádio inteiro é assim. Na nossa torcida, todo mundo fica em pé, não há ninguém que sente. Já na arquibancada é diferente, onde estão os lugares mais caros. Mas aqui na Alemanha nos jogos de divisão, não há a obrigatoriedade de ficar sentado, como, por exemplo, na Inglaterra.

Você mencionou brevemente a diferença entre "ultras" e "hooligans". Poderia explicitar?

Bernd: Os hooligans pensam exclusivamente em agredir seus adversários. Viajam para algum lugar para se bater com os inimigos. Pode até ser que gostem do clube, mas em primeiro lugar está o lema: "Vamos para a pancadaria". Como hoje são bastante perseguidos – em todo lugar há câmeras nos estádios – esses embates se deslocaram para a periferia. Assim, independentemente de jogos, os hooligans muitas vezes se encontram num campo ou na floresta, ficam se enfrentando, 50 contra 50 – e voltam para casa felizes. Isso são os hooligans. Ser um ultra é uma forma extrema de ser torcedor. Busca-se estar presente a cada jogo, em casa e fora, treinos, jogos amistosos, qualquer coisa. É por prazer, é uma postura de vida. Você tenta estar sempre presente para torcer de várias maneiras, com cantorias, você tenta ser uma espécie de motor da geral. Bandeiras, bandeirolas, banners, coreografias, jogar confete, pirotecnia, tudo faz parte, mesmo quando é proibido – tudo. Isso é que é ser ultra. É praticamente um fã exagerado, não um torcedor melhor, não é a mesma coisa.

No ano passado houve grandes protestos de torcedores nos estádios do campeonato alemão...

Bernd: Aquilo foi uma ação em todo o território nacional. O estopim foi a decisão do governo de colocar em vigor uma política de segurança – todos aqueles controles dentro dos estádios, as chicanas quando você quer viajar para uma partida fora. E aquela operação "12:12": os políticos e a Confederação Alemã de Futebol aprovaram essa política no dia 12/12/2012. E os torcedores imaginaram o seguinte: vamos fazer silêncio durante os primeiros 12 minutos de cada jogo. E isso em cada estádio, até conseguirmos deixar claro para a Confederação Alemã de Futebol e aos políticos que, dessa maneira, não se cria um clima bom no estádio. Você poderia ouvir um alfinete caindo. Foi um protesto bem extremado.

De bandeirolas e chinelos: a volta dos símbolos nacionais desde a Copa de 2006

Na sexta-feira, 9 de junho de 2006, a Copa do Mundo começou com o jogo da Alemanha contra a Costa Rica. De uma hora para a outra, como por milagre, as ruas e as praças, as aleias e os bulevares estavam cheias de pequenas bandeirolas da Alemanha, como nunca acontecera antes de 1945.

Para muitos alemães e observadores de fora, aquilo foi uma surpresa, para alguns chegou a ser um choque. Pois desde o final da Segunda Guerra Mundial e da libertação da Alemanha do fascismo, qualquer insinuação de nacionalismo, patriotismo ou demonstração de orgulho nacional dos alemães era tida como vergonhosa, especialmente para a primeira e a segunda gerações de sucessores da geração de "criminosos" responsáveis pelo fascismo e pelo holocausto, em que qualquer gesto neste sentido era visto como suspeito. Nas escolas, o hino nacional fazia parte do programa, mas quase nunca era

Bandeiras Prédio decorado na fase preliminar da Copa de 2006 (Crédito: Christian Russau)

Clima de festa Fifa Fan Fest em Munique (Stewart/CC)

cantado. Até os anos 1990, nem os jogadores da seleção cantavam o hino nacional antes do jogo. Bandeiras da Alemanha podiam ser observadas aqui e acolá durante os jogos da seleção nos estádios, mas muito raramente eram vistas nas ruas. O patriotismo alemão tinha praticamente desaparecido da Alemanha depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

Na Copa de 2006, de repente tornou-se aparentemente normal ter uma relação "menos tensa" com a Alemanha. No ano da Copa de 2006, uma pesquisa[52] feita com alunos e alunas revelou que, por causa dos jogos, "passou a ser normal usar as cores nacionais para a maioria dos jovens".

No verão de 2006, aparentemente voltou tudo aquilo que, durante quase 60 anos, ninguém na Alemanha parecia ter sentido falta: bandeirinhas nacionais nos carros e caminhões, nas sacadas e janelas, canecas, chinelos de dedo e até roupa de cama com as cores nacionais – ainda que apenas na categoria de "presentes criativos". O "patriotismo festeiro" (*party patriotismus*) foi um conceito cunhado naquela época da Copa.[53]

A mídia internacional foi unânime. "A Alemanha ostentando bandeiras foi o acontecimento dominante da Copa", estampou o *The New York Times*. Outra pesquisa revelou que o tema "cores nacionais" dominou metade do noticiário internacional sobre a Copa.[54]

Durante o período do "verão de conto de fadas", a imprensa nacional também destacou os relatos dos milhares de fãs da seleção que gritavam "Almanya!" pelas ruas – assim mesmo, em turco. A seleção da Turquia não havia se classificado para a Copa de 2006. Assim, os turcos que há gerações vivem no país torceram pela seleção alemã, usando a camisa oficial, portando bandeiras da Alemanha e celebrando a festa do futebol junto com os torcedores do mundo inteiro. "A Copa é o Woodstock dos Esportes", sentenciou a revista francesa *L'Express* diante das imagens de jovens turcos trajando o uniforme da seleção alemã. Da França, Daniel Cohn-Bendit, deputado franco-alemão no Parlamento Europeu pelo Partido dos Verdes, escreveu: "Para muitos franceses, a Copa do Mundo parece um choque cultural. Eles não esperavam por aquela mistura alegre e colorida de vários povos nas cidades da Copa".[55] Nesse ponto, a análise do governo alemão está correta: "Desde a queda do Muro de Berlim, não houve outro evento que tenha influenciado de maneira tão positiva e intensa a imagem da Alemanha no exterior", diz o relatório final.

Ainda que, naquelas quatro semanas entre junho e julho de 2006 a Alemanha fosse um país do futebol, da paz e da alegria, há duas questões que precisam ser mencionadas.

Primeiro: desde a Copa de 1974, grupos de esquerda vinham reivindicando que a Confederação Alemã de Futebol (Deutscher Fußball Bund, DFB) finalmente investigasse a história da sua ligação com o nazifascismo. Mas em 1974, o discurso social e político ainda não estava suficientemente avançado para entender a urgência dessa demanda. Quando, no final dos anos 1980, empresas alemãs se viram crescentemente obrigadas pela pressão da opinião pú-

[52] Julia Behr: "*Was meint die Jugend? - Auswertung und Daten der Befragung „Fußball und Nation" zur WM 2006*". Disponível em: http://www.bpb.de/lernen/unterrichten/grafstat/131000/was-meint-die-jugend. Acesso em 12 set. 2013.

[53] Disponível em: http://www.sueddeutsche.de/wissen/fahnenmeere-zur-em-party-patriotismus-ist-nationalismus-1.1394854. Acesso em 12 set. 2013.

[54] Saskia Brauer und Gernot Brauer: *Was ist bloß los mit den Deutschen? Die Fußball-WM 2006 und das Deutschlandbild in der Welt. [O que aconteceu com os alemães? A Copa do Mundo de 2006 e a imagem da Alemanha no exterior]* Disponível em: http://de.fifa.com/mm/document/afmarketing/marketing/sport3_57408.pdf. Acesso em 12 set. 2013.

[55] Idem.

blica a investigar o seu enredamento histórico com o nacional-socialismo, a pressão sobre o DFB aumentou. Só em 2005 – um ano antes da segunda Copa na Alemanha – um historiador, por encomenda do DFB, apresentou uma análise[56] sobre o papel e a mudança estrutural do DFB durante a época do nazismo e sobre a ligação de seus funcionários com líderes do partido – um pouco tarde, como julgaram muitos observadores.

Em segundo lugar, é preciso lembrar as vítimas dos atos de violência da direita na Alemanha, que foram assassinados e mortos desde a reunificação da Alemanha em 1990. Segundo dados oficiais de fevereiro de 2012, foram 58 pessoas assassinadas na Alemanha por criminosos de direita. Mas antes, já em 2000 os jornais *Berliner Tagesspiegel* e *Frankfurter Rundschau* haviam publicado outros números, atualizados depois pelo grupo *Mut gegen rechte Gewalt (Coragem contra a violência de direita)*: 184 vítimas da violência de direita na Alemanha entre 1990 e 2013.[57]

No entanto, esses números ainda não condizem com a realidade, como se verificou recentemente. Por causa do escândalo do NSU (Subterrâneo Nacional Socialista), as autoridades alemãs, pressionadas pela opinião pública, voltaram a investigar todos os assassinatos e tentativas de assassinatos não solucionados entre 1990 e 2011. O resultado é assustador: "Em 746 casos há indícios de uma possível motivação de direita", informou o Ministério do Interior alemão em dezembro de 2013. Extremistas alemães de direita, portanto, podem ter vitimado muito mais gente. O Ministério do Interior, a Polícia Civil e as polícias regionais, ao investigar um total de 3.300 assassinatos e tentativas de assassinatos, descobriram indícios de motivação direitista em 746 casos.[58]

Em 2006, ainda antes da Copa do Mundo, o Conselho da África divulgou uma nota à imprensa intitulada "Em casa com inimigos", alusão ao lema da Copa, "O mundo entre amigos". O Conselho advertia os negros sobre áreas a serem evitadas na Alemanha. Durante muitos dias, essa questão das "no-go areas" dominou o noticiário de imprensa.

Lema Apesar do lema da Copa, o escândalo sobre racismo e assassinatos cometidos por radicais de direita tomaram conta dos noticiários (Jens Matheuszik/CC)

[56] Nils Havemann: *Fußball unterm Hakenkreuz. Der DFB zwischen Sport, Politik und Kommerz [O futebol e a suástica. A Confederação Alema de Futebol entre esporte, política e comércio]*. Campus, Frankfurt a. M., 2005.

[57] Disponível em: http://www.mut-gegen-rechte-gewalt.de/news/chronik-der-gewalt/todesopfer-rechtsextremer-und-rassistischer-gewalt-seit-1990/. Acesso em 12 out. 2013.

[58] Disponível em: http://www.welt.de/politik/deutschland/article122531604/Rechtsextreme-Motive-bei-746-Toetungsdelikten.html. Acesso em 12 out. 2013.

Crédito: Christian Russau

"Em casa com inimigos?" – Copa do Mundo e no-go-areas na Alemanha.

Entrevista com Moctar Kamara do Conselho da África da região de Berlim-Brandenburg sobre violência racial contra negros na Alemanha, e sobre os efeitos da campanha sobre "no-go areas" antes da Copa do Mundo na Alemanha. Entrevista concedida em outubro de 2013.

Antes ainda da Copa do Mundo de 2006, você advertiu contra "no-go-areas" na Alemanha. De que se trata exatamente?

Moctar Kamara: *No-go-areas* são determinados locais onde nós, como negros, não nos sentimos seguros, porque podemos ser agredidos, por exemplo, por neonazistas que andam por ali prontos para usar de violência.

E esse alerta você já fez antes da Copa...

Moctar Kamara: Em março de 2006, alguns meses antes da Copa, o etíope Ermyas M. foi agredido com tanta brutalidade em Potsdam numa parada de ônibus que ficou em coma. Foi a famosa gota que fez transbordar o copo d'água. Agressões a negros acontecem com alguma frequência. Quando houve o ataque a Ermyas quisemos marcar posição e divulgamos uma nota à imprensa. Àquela altura, a Copa ainda ia acontecer, e na Alemanha inteira havia o slogan "Em casa com amigos". Na nossa nota à imprensa, usamos a seguinte provocação como título: "Em casa com inimigos?" Com essa manchete divulgamos a nota através do Conselho da África (Afrika-Rat Berlin Brandenburg).

Poderia explicar o que faz este Conselho?

Moctar Kamara: O Conselho da África foi fundado em maio de 2005 para congregar associações e iniciativas africanas da região de Berlim e Brandemburgo. Fomos pioneiros nisso, razão pela qual, na época, falamos por todos os africanos na Alemanha, pois éramos a única organização deste tipo no país.

Qual foi a reação a essa nota de imprensa?

Moctar Kamara: O aspecto interessante foi que apenas um ou dois jornalistas foram à coletiva de imprensa. Apesar disso, depois da primeira notícia começou uma turbulência inédita no site da revista *Spiegel (Spiegel Online)*. A grita geral era: "O Conselho da África quer fazer um mapa, um atlas de territórios proibidos para negros na África". Sequer havíamos dito isso na nota, mas eles escreveram assim. E todos foram na onda.

Vocês nunca pretenderam fazer esse mapeamento?

Moctar Kamara: Na verdade, não em forma de mapa. Pensamos em uma lista de medidas de precaução, foi o que dissemos na nota. Ou seja: se um negro chega na Alemanha, seja da África ou da América, precisa saber no que prestar atenção, como se comportar, por exemplo no metrô, que locais frequentar e quais evitar etc.

As autoridades reagiram?

Moctar Kamara: Sim. E foi interessante notar que reagiram muito tarde. E muito mal. Foi incrível. Por causa do bafafá na mídia, todos só falavam disso, mas claro, as autoridades contestaram. Acusaram-nos de semear o pânico. Mas quando a imprensa internacional passou a falar disso, a BBC, a televisão coreana, o mundo todo, as autoridades começaram a se ocupar com o tema. O governador do estado de Brandenburgo, Mathias Platzeck, chamou-nos para uma reunião. Conversamos com ele e nos encontramos também com todos os presidentes de polícia do estado. Em Berlim, inicialmente nem houve reação. Só quando a oposição desafiou o Senado a contatar os africanos a encontrar uma solução para o problema das *no-go-areas*, o secretário do Interior se reuniu conosco. E a conversa foi bem construtiva. Conseguimos nos fazer ouvir com o intuito de tematizar o

racismo contra negros, nosso principal objetivo.

O que significa ser negro na Alemanha?

Moctar Kamara: Ser negro na Alemanha significa ser vítima de controles policiais racistas, algo chamado de *racial profiling*, ou seja: sem motivo aparente, alguém tem seus documentos controlados só pelo fato de ser negro. É parte do problema, e nas diferentes instâncias você percebe que é discriminado. Ou no mercado de trabalho, onde também existe discriminação contra negros. Isso é duro. É duro você encontrar o seu espaço como pessoa negra. Mas também existe aquele racismo estrutural. A Alemanha ainda não processou a sua história colonial. E nos livros os negros sempre são pintados como gente ruim. As crianças já crescem com preconceito contra negros. Existem livros na Alemanha com uma linguagem discriminatória, e existe um jogo infantil popular chamado: "Quem tem medo do homem preto?"[59]

Na sua opinião, algo mudou desde 2006?

Moctar Kamara: Muito pouco. Não seria justo se eu dissesse que nada aconteceu. Pequenos passos vêm sendo feitos. Passos minúsculos. Enquanto isso, outras associações foram criadas em outros estados. E já existem algumas confederações, como o Conselho Central da Comunidade Africana na Alemanha. Alguma coisa se mexeu. Os contatos com os políticos existem. De um lado, a política se movimentou, mas o racismo ainda existe.

Retrospecto: megaeventos e protestos

É opinião unânime que a Copa do Mundo de 2006 na Alemanha foi vista como festa. Mesmo assim, houve muita coisa que poderia ter sido motivo para crítica e protesto. Por que quase não houve protestos?

Comparando com a França, onde os sindicatos apostam muito mais em protestos de rua, a Alemanha é vista como "preguiçosa" nesse aspecto. Mesmo assim, as autoridades alemãs registram entre 2 mil e 3 mil manifestações por ano nos anos 2000.[60] Ou seja: diariamente acontecerem em média até oito manifestações na Alemanha.[61] Por que, então, ninguém foi para as ruas protestar, e sim para beber? Para entender isso, vale olhar para trás e lembrar a Copa do Mundo de 1971 na Alemanha e a candidatura fracassada de Berlim para sediar as Olimpíadas, nos anos 1991 a 1993.

Futebol e direitos humanos: retrospectiva sobre a Copa de 1974 na Alemanha

Nove homens fazendo a barreira. Seis de uniforme azul-escuro e três de amarelo. Sai o tiro, dois homens de amarelo se jogam no chão – e na barreira azul surge um buraco, pelo qual a bola passa com a velocidade de uma flecha até bater na rede. O artilheiro Rivelino mar-

[59] No original: "Wer hat Angst vor dem schwarzen Mann?"

[60] Swen Hutter, Simon Teune: *Politik auf der Straße: Deutschlands Protestprofil im Wandel [Política feita nas ruas, mudanca no perfil das manifestacoes na Alemanha]*, 11/6/2012, Disponível em: http://www.bpb.de/apuz/138276/deutschlands-protestprofil-im-wandel?p=all. Acesso em 07 out. 2013.

[61] Dados mais recentes são bem mais elevados. Só em 2013 a capital, Berlim, contabilizou 4.200 manifestaçõees. Ver *Berliner Morgenpost*, edição de 26/12/2013

cou um gol para o Brasil, vencendo a seleção da República Democrática da Alemanha Copa do Mundo de 1974 na Alemanha! Pela vitória na Copa de 1970 no México, o Brasil era o campeão atual, e quem não queria ver o toque de magia da sua seleção? Principalmente os brasileiros e as brasileiras que tinham viajado de tão longe. Mas nem todos puderam fazê-lo.

Chicana em vez de alegria futebolística

A seleção do Brasil jogou em Frankfurt, Hannover, Gelsenkirchen e Dortmund. Bochum fica entre Gelsenkirchen e Dortmund, numa espécie de conurbação. Em junho de 1974, um grupo de brasileiros e brasileiras - apoiados pela Igreja Luterana da Alemanha (EKD) - morava em Bochum, frequentando cursos de alemão. Haviam chegado em Colônia em fevereiro de 1974, depois de uma odisseia que os levara em 1971 do Brasil para o Chile, depois do dia 11 de setembro de 1973 do Chile para o México e no final de 1973 para Colônia, passando pela Bélgica. O Brasil era governado por uma ditadura militar desde 1964. A partir do fim de 1968, a repressão endureceu com torturas, assassinatos e desaparecimentos sancionados e geridos pelo Estado. Aos refugiados de vários países restava a esperança por asilo na República Federal da Alemanha. A seção de Colônia da Anistia Internacional ajudou no caso dos brasileiros de Bochum. Os pedidos de asilo se estenderam por vários meses, mas mesmo assim as autoridades policiais agiram de forma enérgica.

"Em junho de 1974 fui convocada a me apresentar na Polícia para Estrangeiros em Bochum junto com dois companheiros. Informaram-nos de que os três éramos obrigados a nos apresentar três vezes por dia na delegacia mais próxima para fins de controle, e isso durante os 21 dias da Copa do Mundo, que acontecia na Alemanha. Quem não se apresentasse seria banido do território alemão. Tentamos descobrir a origem desta ordem, mas não recebemos explicações. Nós questionamos judicialmente a ordem, sendo que os custos advocatícios foram assumidos pela Igreja. Perdemos. Essa ordem nos prejudicou muito nos nossos estudos, porque éramos obrigados a nos apresentar exatamente numa época de exames. Além disso, não conseguimos ver um só jogo, tínhamos de andar três horas por dia para nos apresentar, uma vez antes do almoço e duas vezes à tarde", narra Maria Auxiliadora Barcellos Lara em um relato que resiste à poeira da história no arquivo do FDCL (Forschungs-u.Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika) em Berlim. A ditadura militar comemorava dez anos no Brasil, enquanto a Copa do Mundo de 1974 acontecia na Alemanha.

Exilada – e sem o direito de ter direitos

A autoridade alemã para os estrangeiros continuou com as chicanas contra os exilados. Em outubro de 1974, Dora, como era chamada, tentou se inscrever na Universidade Livre de Berlim, mas a autoridade informou que ela havia ingressado ilegalmente no país e que haveria um processo contra ela. A partir de maio de 1975, Dora foi proibida de deixar Berlim Ocidental. Seu último passaporte, emitido no Chile, caducou em julho de 1975, e as autoridades alemãs se recusaram a emitir um novo passaporte. Assim, Dora se tornou apátrida, como muitos brasileiros e muitas brasileiras naquela época.

A filósofa Hannah Arendt definiu a posse de uma cidadania como "o direito de ter direitos". Ser apátrida significa, portanto, não ter direitos. Segundo relatos de amigos dos tempos de Berlim Ocidental, Dora estava marcada pela tortura sofrida no Brasil. A depressão e problemas psíquicos a levaram a fazer um tratamento. No dia 1º de junho de 1976, ela morreu em uma estação de Charlottenburg. Para a Polícia, a morte de Dora foi um caso óbvio de suicídio. "Na verdade, Maria Auxiliadora foi assassinada por aqueles que, sete anos antes, a torturaram barbaramente nas prisões brasileiras", escreveu Heinz F. Dressel, que a conhecera em Bochum. "A doença psíquica sem dúvida foi uma consequência dos sofrimentos físicos e psíquicos que Dora, então aos 25 anos, suportara durante o tempo de sua prisão." A família quis enterrar Dora no Brasil. O governo militar brasileiro se recusou, num primeiro momento, a autorizar o traslado, já que Dora fora banida anos antes por um decreto do general Médici. Mas com ajuda de intervenções externas, pressão e negociação, foi possível fazer o Ministério das Relações Exteriores mudar de opinião.

Solidariedade – e a batalha pela opinião pública

As molas mestras do trabalho solidário com o Brasil e os brasileiros exilados na Alemanha foram o humanitarismo e a solidariedade. Isso incluiu o apoio a brasileiros nas idas às autoridades, como quanto à divulgação dos atos cometidos pelos militares no Brasil. Mas era importante dar nome aos responsáveis. Assim, a tortura e o desaparecimento de opositores políticos no Brasil foram objeto da disseminação de informações sobre o Brasil na Alemanha de então. Mas também foi muito forte a solidariedade com o Chile.

"Chile sí! Junta no!"

14 de junho de 1974, Estádio de Olímpico de Berlim. A seleção alemã vai enfrentar a seleção chilena no primeiro jogo do grupo 1. Às 16h45, pouco antes do fim do primeiro tempo, o placar marca 1 x 0 para a Alemanha desde os 18 minutos, graças a um gol de Paul Breitner. De repente várias pessoas saem de vários blocos da arquibancada e correm até as paredes de acrílico que separam as arquibancadas do campo, ultrapassam essa barricada e, apesar dos seguranças que os seguem, conseguem chegar no meio do campo para desenrolar uma bandeira gingantesca com os dizeres: "Chile Sí! Junta No!" A direção do estúdio de TV precisou de alguns segundos para trocar de câmera. Tarde demais. As imagens do protesto contra a ditadura militar chilena que no dia 11 de setembro de 1973 havia derrubado o presidente Salvador Allende, eleito democraticamente, deram a volta ao mundo. Até no Chile os telespectadores viram a ação, pois a censura não cortou a tempo para evitar essa "perturbação" não prevista da transmissão do jogo.

Eles haviam planejado, discutido e treinado aquela operação ao longo de semanas e meses, ensaiando o "pulo da barricada" em um pequeno jardinzinho da periferia. "Quisemos atingir vários objetivos: deixar claro que o nosso protesto não era dirigido contra o Chile, mas contra a junta militar – e que essa mensagem chegasse ao Chile e a toda a América Latina. Quisemos dar um sinal público de solidariedade contra a ditadura. Depois soubemos que deu certo", lembra um dos ativistas. Foi um "momento que não tinha nada a ver com futebol. Em meio às piores trevas da história chilena, um minutinho de solidariedade internacional com o Chile", descreveu a advogada Petra Schlagenhauf em um artigo sobre as ações de solidariedade na Copa de 1974 na Alemanha.[62]

O protesto que ligava os temas do futebol e da tortura tornou a ocorrer quatro anos mais tarde, durante a Copa na Argentina. Na Alemanha, havia se formado uma ampla coalisão de grupos de defesa dos direitos humanos para liderar a campanha contra os torturadores da ditadura militar argentina e chamar a atenção da opinião pública para as violações de direitos humanos naquele país.[63]

Solidaritätspreis 1,00 DM

CHILE-NACHRICHTEN

NUMMER 17 19.6.74 WESTBERLIN

INHALT:

ZU DEN EREIGNISSEN IN CHILE
- Die Generäle ruinieren Chile 2
- Ein Bourgeois wird kritisch 7
REPRESSION
- Die DINA: Eine chilenische Gestapo 9
- Überfälle auf Arbeiter 11
- Brief aus dem Gefängnis 12
ZUR SITUATION DER POLITISCHEN GEFANGENEN
- Gewerkschafter 14
- Juristen 16
BERICHTE ÜBER WIDERSTANDSAKTIONEN 19
BERICHT: INTERNATIONALE JURISTENKOMMISSION 21
WM 74
- Chile sí! Junta no! 25
- Anweisungen der Junta an die Fußballspieler 29
CHILE - BRD
- Sang- und klanglos abgezogen 31
- Amnesty protestiert 32
CHILE UND LATEINAMERIKA
- Solidarität und Diplomatie 36
DISKUSSIONSFORUM 40
-Zum Widerstand in Chile 42
BIBLIOGRAPHIE 44
INFORMATIONEN 45
BUCHBESPRECHUNGEN 46
REDAKTIONSNACHRICHTEN 48

[62] Petra Schlagenhauf: "¡Chile Sí, Junta No! Spektakuläre Solidaritätsbekundung während der Fußball WM 1974". In: Lateinamerika Nachrichten 382, Abril 2006

[63] Disponível em http://fdcl-berlin.de/de/publikationen/fdcl-veroeffentlichungen/fdcl-1978-fussball-und-folter-eine-dokumentation-zur-argentinischen-realitaet-vor-dem-hintergrund-der-wm-78/. Acesso 10 out. 2013.

A campanha contra as Olimpíadas de 1991-1993 em Berlim: "Berlin 2000 - NOlympic City"

No início dos anos 1990, Berlim se candidatou para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2000. Um ano antes, em 1989, surgira a ideia de que Berlim Oriental e Ocidental poderiam sediar as Olimpíadas. Depois da queda do Muro, a ideia tomou vulto e desembocou na campanha de candidatura junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Mas nem todos na cidade gostaram da ideia.

Tinha algum cabimento que, depois da Olimpíada de 1936 na Alemanha fascista, Berlim voltasse a sediar esse evento esportivo?

"Fomos sempre aos locais onde eles iam, sinalizando via imprensa: aqui existe resistência!"

Entrevista com Hauke, um dos ativistas que lideraram a campanha contra as Olimpíadas em Berlim durante os anos 1991-1993. Nesta entrevista, ele fala dos bastidores do protesto, das ações, das reações dos políticos e do COI, e do sucesso do movimento.

Entre 1991 e 1993 houve amplos protestos em Berlim contra a candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2000. O que você nos conta sobre os bastidores dessas manifestações?

Hauke: Depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, houve a reunificação das Repúblicas Federal e Democrática da Alemanha em 1990. Fomos contra a mudança da capital de Bonn para Berlim. Temíamos que logo teríamos déficit de moradias e especulação imobiliária e que tudo ia ficar mais caro. Essa guerra nós perdemos.

Logo em seguida veio a candidatura de Berlim para os Jogos Olímpicos de 2000. Muita gente da esquerda, dos verdes e do partido socialista temeu um novo surto de valorização da cidade e a reurbanização de bairros inteiros, expulsando gente, principalmente no centro. E, claro, aumento dos preços dos aluguéis.

Mas não houve muitas construções novas para a Copa do Mundo de 2006...

Hauke: Não, porque já havia estádios. Em Berlim havia. Poucos estádios foram construídos na Alemanha especialmente para a Copa. No caso das Olimpíadas, é diferente, por causa das diversas modalidades esportivas.

Quando soubemos da intenção de Berlim de se candidatar, em 1991, logo nos reunimos e nos inspiramos na campanha bem-sucedida de Amsterdã, cidade que fracassara poucos anos antes como cidade-sede para os Jogos Olímpicos, por causa dos movimentos de ocupação de casas. Eles usaram a estratégia que nós também adotamos: sujar a imagem.

Em Amsterdã, os manifestantes usaram dois objetivos: tentaram desacreditar a cidade para a opinião pública e desacreditar o COI. Adotamos essa estratégia. Inicialmente, éramos um grupo muito pequeno. Em 1991, pela primeira vez uma delegação do COI visitou Berlim. Mais de 1.500 foram para as ruas no movimento "Berlin No Olympic City". E a imprensa noticiou. Obviamente, os chefões do COI entenderam que havia resistência. Isso nós fomos forçando pouco a pouco. Conseguimos desmascarar, de um lado, a corrupção no nível da Prefeitura e no âmbito da empresa chamada Olympia Ltda, responsável pelos preparativos da candidatura.

Somos contra as Olimpíadas, não contra o esporte em si. Somos a favor da promoção de esportes para largos segmentos da população. Muita gente, principalmente jovens, foram nessa onda e passaram a divulgar sua postura contra as Olimpíadas através de atividades esportivas. Quando o presidente do Comitê Olímpico veio para a sua residência no lago Kleiner Wannsee, já estávamos na água com dezenas de barquinhos e faixas com os dizeres "Berlin No Olympic City". E logo veio a polícia! Fomos sempre aos locais aonde eles iam, sinalizando via imprensa: aqui existe resistência!

Tentamos estar presentes na cidade, em todos os bairros. E conseguimos. Naquela época, o COI era presidido por Juan Antonio Samaranch, que foi o último ministro de Esportes de Franco [ditador espanhol], um fascista. Fomos duas vezes até a sede do COI em Lausanne. Na segunda vez, conseguimos nos antecipar à entrega do vídeo oficial da candidatura com um vídeo falso. Quando o prefeito de Berlim chegou, já estávamos lá dentro, trajados a rigor, e entregamos um "vídeo oficial" em nome de

Berlim, que obviamente atacava o COI e a cidade de Berlim.

Isso deu uma grande confusão, porque o COI achou que de fato éramos da Prefeitura. Só conseguiram descobrir depois de algum tempo. Ainda tivemos a ousadia de tentar jogar ovos em Samaranch durante a recepção oficial. Infelizmente, fomos presos...

As Olimpíadas no Rio de Janeiro já foram decididas, mas acho que o COI ainda fica muito irritado quando percebe que não é bem-vindo. Isso você ainda pode fazer hoje. Os Jogos Olímpicos vão acontecer somente daqui a três (sic) anos. E ainda hoje você pode documentar que nem todos estão de acordo com aquilo que o COI está fazendo, até porque o dinheiro que está sendo investido não fica para a cidade, mas vai para as emissoras de TV e para o COI. Bilhões foram investidos em quase todas as sedes olímpicas e as comunidades até hoje sofrem pagando juros. Isso também vai acontecer no Rio. Se jogarmos o foco nisso, podemos ainda pelo menos salgar a sopa deles...

Por que houve tantos protestos contra as Olimpíadas, ao passo que quase não houve manifestações contra a Copa do Mundo de 2006 na Alemanha?

Hauke: Por um lado, a Copa do Mundo foi decentralizada. Por outro, investiu-se pouco em novos estádios, porque a maioria das cidades já tinha estádios. Não houve ameaça de expulsão e restruturação urbana. E, embora a imagem da Fifa na Alemanha também não seja exatamente das melhores, e a Fifa também é corrupta até os ossos, nós chamamos o COI sob a presidência de Samaranch de associação internacional de mafiosos corruptos.

Ao se candidatar, a Prefeitura de Berlim se referiu às Olimpíadas durante a época do nazismo, em 1936. Pois iriam ser utilizados os mesmos locais – o estádio Olímpico e o Campo de Maio. E ali ainda estão todas aquelas estátuas daquela época, uma espécie de culto à arquitetura nazifascista e ao racismo. Referiram-se a isso positivamente, mas mesmo assim muita gente não gostou.

Tiveram consciência pesada, mas se referiram à História. Acontece que você não pode omitir o que aconteceu há 60 anos, uma encenação feita pelo próprio ministro da Propaganda, Goebbels... Eles dificultaram sua própria vida e sujaram a imagem de "cidade limpa e moderna" ao se referir ao seu passado nazista, embora de forma algo transversa.

Qual é a sua conclusão sobre esse movimento de protesto em Berlim de 1991-1993?

Hauke: Foi a única campanha bem-sucedida que os radicais de esquerda ganharam na cidade nos anos 1990. É verdade que tivemos um adversário fácil, bobalhão como o urso de Berlim. Conseguimos interligar os vários temas: o escândalo do passado nazista com os Jogos Olímpicos e o fato de ele ter sido varrido para debaixo do tapete pela administração da cidade; a ameaça da reestruturação urbana e da especulação imobiliária; e essa estultice das construções faraônicas para as Olimpíadas.

Mobilização popular para a campanha (Do livro 'Volxsport statt Olympia". Ed. pelo movimento Berlin Nolympic City, Berlim 1993.)

Retrospectiva da campanha contra as Olimpíadas de 1991-1993 em Berlim: "Berlin 2000 - NOlympic City". Uma breve cronologia dos fatos.[64]

- **7 de março de 1991:** Berlim se candidata junto ao Comitê Olímpico Alemão para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2000.
- **16 a 18 de setembro de 1991:** O Comitê Executivo do COI se reúne em Berlim, protegido por 1.500 policiais. O comitê contra as Olimpíadas conclama para manifestações, que resultam em feridos e 41 detidos. 600 ciclistas fazem manifestação no centro com o lema 'No Olympic-City!".
- **13 de abril 1992:** Entrega oficial da candidatura de Berlim ao presidente do COI, Juan Antonio Samaranch, em Lausanne, pelo prefeito de Berlim.
- **Julho de 1992:** Bandeirolas olímpicas com o mascote estão penduradas por toda parte em Berlim. Os adversários roubam as bandeirolas durante ações noturnas.
- **27 de junho de 1992:** O Comitê contra as Olimpíadas manda carta aos membros do COI:

"Prezadas senhoras e prezados senhores do COI,

Vocês devem estar de saco cheio, da correspondência unilateral com políticos corruptos, funcionários da área esportiva e com a máfia da construção civil. Através dessa carta, outra Berlim se manifesta: a Berlim do protesto e da resistência contra as Olimpíadas de 2000 na capital do Reich: os caóticos, os marginais, os punks, gays, lésbicas, alternativos, atiradores de pedras, os trabalhadores que ralam, os pobres bêbados e loucos."

- **A partir de outubro de 1992:** Desconhecidos cometem vários ataques a bancos, empresas e conglomerados que patrocinam a candidatura olímpica de Berlim.
- **27 de janeiro de 1993:** Em Lausanne, na Suíça, Berlim entrega ao Comitê Olímpico Internacional o vídeo da candidatura olímpica. Quase. A delegação, elegantemente trajada, já estava com o vídeo em baixo do braço com a mão na maçaneta da sala de reuniões do Comitê Executivo do COI. Mas a delegação era falsa, o vídeo era uma "candidatura anti-Olimpíadas", declarando a saída de Berlim. No final do vídeo, um punk, armado de uma pedra, adverte sobre as consequências de uma decisão do COI em favor de Berlim, com as palavras: "We will wait for you" (Vamos esperar por vocês). Só então chegou a outra delegação com o vídeo oficial da candidatura, e os chefes do COI se deram conta do "mal-entendido". Ambas as versões do vídeo ficaram no prédio do COI. A imprensa não conta como o COI reagiu ao vídeo "punk".
- **Março de 1993:** A polícia constitui um grupo especial de investigação sobre os frequentes incêndios intencionais em lojas de departamento na cidade.
- **18 de abril de 1993:** 10 mil pessoas protestam em Berlim contra os planos de sediar os Jogos Olímipicos de verão de 2000 na cidade. Os membros do COI visitam a cidade durante três dias.
- **18 a 20 de april de 1993:** Manifestantes contra as Olimíadas acompanham a pé e de bicicleta as visitas dos membros do COI, paralisando o trânsito no centro. Durante os três dias de protestos, houve feridos e detidos. A grande marcha 'Nolympia" passa pelo Grand Hotel

[64] Com base nos links http://autox.nadir.org/archiv/chrono/olymp_chro.html, http://www.morgenpost.de/printarchiv/berlin/article184224/Wie-dem-Berliner-Olympia-Baerchen-das-Grinsen-verging.html, http://www.tagesspiegel.de/berlin/gelb-geaergert/8826084.html, http://www.taz.de/!21215/. Acesso em 08 out. 2013.

da Friedrichstrasse, onde se reúne o COI, cantando em alto e bom som palavras de ordem antiolímpicas. O jornal Berliner Morgenpost relatou: "Com medo, os membros do COI olharam pelas janelas do Grand Hotel e viram aqueles manifestantes trajados em couro e roupas negras. 'Vai ser lindo', disse um deles. 'Nunca vi nada igual', disse outro."[65]

- **15 de setembro de 1993:** Os adversários mandam para o comitê executivo do COI a brochura "Berlin 2000 - NOlympic City", de 42 páginas, em papel brilhante. A publicação tem ilustrações de barricadas em chamas no combate por casas ocupadas em Berlim e de black blocks e adverte mais uma vez sobre as consequências de uma decisão favorável a Berlim. Novos episódios de incêncios acontecem na cidade naqueles dias.
- **23 de setembro de 1993**: A decisão é anunciada no hall esportivo do estádio Louis II de Monte Carlo em Mônaco: "The winner is: Sydney!". Berlim obtém apenas nove dos 88 votos do COI. No bairro de Kreuzberg, em Berlim, espoucam os champanhes, e algumas bandeiras olímpicas são queimadas. Cerca de mil manifestantes contra as Olimpíadas estão reunidos para acompanhar a votação pelo telão. Outras centenas comemoram no Tränenpalast da Friedrichstrasse.

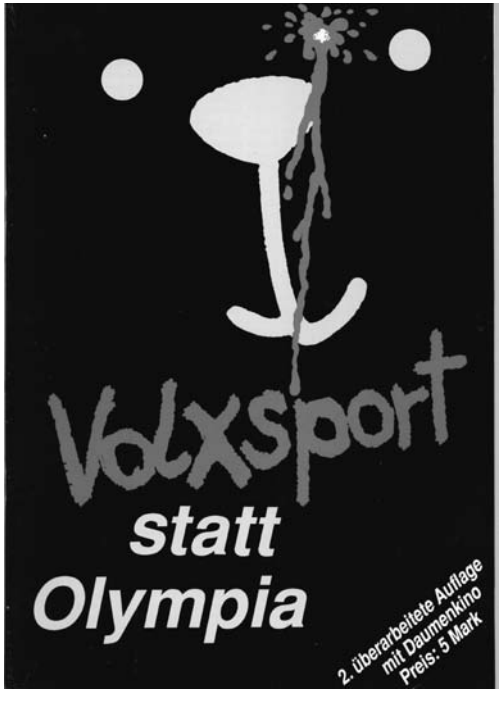
Retrospectiva da candidatura fracassada de Berlim para as Olimpíadas

O jornal *Berliner Tagesspiegel* escreveu sobre a candidatura fracassada de Berlim:

> *"O fracasso da candidatura pelo maior evento esportivo do mundo logo fez manchetes. Os responsáveis pelas Olimpíadas revelaram uma mentalidade excessivamente confiante. Os membros do COI foram convidados e recepcionados com uma generosidade algo exagerada. O maior escândalo aconteceu quando se soube que estavam sendo preparados dossiês sobre os líderes do COI, inclusive sobre suas preferências sexuais. A questão das Olimpíadas dividiu a cidade. Afinal, o difícil processo de reunificação e os problemas dali resultantes – como déficit habitacional e desemprego – contribuíram para o estresse."*[66]

O jornal *Berliner Morgenpost* – que também normalmente não conta entre os críticos do governo – teve uma posição semelhante: "No fim, não dá para saber se a candidatura de Berlim devorou o número oficial de 60 milhões de marcos ou se foram 250 milhões de marcos, como dizem os críticos. Quando, anos depois, uma comissão parlamentar de inquérito tentou investigar o caso, os principais documentos já tinham sido triturados."[67]

Com isso, não foi possível apurar a denúncia dos dossiês secretos em torno das intimidades dos membros do COI, tornada pública pela revista de TV *Monitor*.



Cartaz da campanha/divulgação

[65] Joachim Fahrun: "Wie dem Berliner Olympia-Bärchen das Grinsen verging". In: *Berliner Morgenpost* 4/2/2007.

[66] Sigrid Kneist: "Gelb geärgert". In: *Berliner Morgenpost* 22/9/2013.

[67] Joachim Fahrun: "Wie dem Berliner Olympia-Bärchen das Grinsen verging". In: *Berliner Morgenpost* 4/2/2007.

(Do livro 'Volxsport statt Olympia". Ed. pelo movimento Berlin Nolympic City, Berlim 1993.)

Munique quer os Jogos Olímpicos de Inverno. Mas, todos querem?

"Munique dá tudo – e fracassa" – sentenciou o jornal *Süddeutsche Zeitung* no dia 6 de julho de 2011. No Centro de Congressos de Durban, na África do Sul, os membros do COI só precisaram de um turno para decidir em 30 segundos: a capital da Coreia do Sul, Pyongiang será a sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2018. Nem a fala desajeitada do ex-jogador Franz Beckenbauer ajudou. "As pessoas me chamam de *Kaiser* (imperador)!", foi a cartada que ele tentou dar – em vão!

A candidatura brilhante de Munique se enredou em armadilhas inesperadas. Elas vieram sobretudo de uma pequena cidade a cerca de 90 quilômetros a sul, Garmisch-Partenkirchen, com 25.901 habitantes, segundo o último censo de 2011, uma das estações de esqui mais famosas da Alemanha, bem próxima do maior pico do país, a Zugspitze. Ali aconteceram os Jogos Olímpicos de Inverno de 1936. E deveriam acontecer de novo em 2018, como pretendiam as cidades de Munique e Garmisch-Partenkirchen, com campeonatos de esqui e *snowboard*.

Mas os habitantes não gostaram da ideia. "Camponeses e moradores da cidade resistem", escreveu a revista *Stern*, em 10 de agosto de 2010. Ninguém gostou de saber que deveria ceder seus terrenos temporariamente – ou até em caráter definitivo – à realização dos jogos, mesmo recebendo indenizações. A irritação cresceu. Os cidadãos se juntaram em movimentos e campanhas de abaixo-assinados – e acabaram com as intenções dos planejadores olímpicos da capital da Bavária ao se recusar a ceder seus terrenos.

No entanto, Munique poderia ter imaginado que aquelas pequenas e prósperas aldeias fariam jogo duro. De postura mais conservadora, os camponeses e fazendeiros locais não gostam que alguém se meta em suas relações de propriedade. Antes, a cidade de Oberammergau já se recusara a sediar a realização de campeonatos de biatlo e corrida a distância. Foi quando o centro de planejamento olímpico escolheu Garmisch, com o resultado de que também ali os moradores foram contra. Assim, "Munique 2018" fracassou em Durban.

"Munique 2022!", insistiram os planejadores olímpicos em 2013, tirando do bolso do colete um conceito decentralizado, com os jogos espalhados por Munique, Ruhpolding, Schönau am Königssee e Garmisch-Partenkirchen.

Assim, mais uma vez os planejadores tentaram fazer seus planos sem consulta aos moradores. Nas quatro cidades mencionadas, em todos seus municípios voltaram a se formar movimentos para obrigar o governo a realizar um plebiscito, o que ocorreu em 10 de novembro de 2013. O resultado foi claro: em Munique, 52% dos cidadãos com direito a voto disseram "não". Em Ruhpolding foram 59%, em Berchtesgaden, 54% e em Garmisch-Partenkirchen, 51%.[68] Quase todos os jornais diários estamparam: "Sinal contra a cobiça do COI".

[68] Ver, entre outros http://www.tagesspiegel.de/sport/abstimmung-zu-winterspielen-2022-muenchens-olympia-projekt-geplatzt-buerger-sagen-deutlich-nein/9055808.html. Acesso em 10 nov. 2013.

Olhando para frente: Megaevento, protestos e democracia

Provavelmente, houve muita coisa que poderia ter ensejado protestos na Copa do Mundo de 2006 na Alemanha. Mas como muitos dos problemas devidos à Copa ou causados pela Copa não tiveram consequências graves no nível local, como durante os Jogos Olímpicos em Berlim ou em Munique – ao contrário, pareciam decentralizados e disseminados pelo país inteiro, sem visibilidade direta – esses protestos não aconteceram durante a Copa. Diferentemente do que ocorre neste momento no Brasil, onde, segundo dados dos Comitês Populares da Copa, mais de 250 mil pessoas são ameaçadas de expulsão, evacuação e exclusão por inúmeras medidas de construção para estádios, infraestrutura e hotéis,[69] na Alemanha não houve esse tipo de consequências sociais severas antes e durante a Copa. De um total de 12 estádios na Alemanha, cinco foram construídos especialmente, mas, em parte, já antes da Copa, e no mesmo terreno, os outros foram modernizados. E como a infraestrutura de estradas. Acessos, trens de subúrbio, metrôs e ônibus já existiam, as medidas de construção tiveram menos impacto do que em outros países e não houve processos de expulsão social, como, por exemplo, agora no Brasil.

Tampouco houve, no contexto da Copa de 2006 na Alemanha, os processos de restruturação e gentrificação de bairros inteiros, como agora se teme no Brasil, pois processos de valorização urbana tiveram início alguns anos antes nas cidades alemãs, continuando até agora, mas sem relação direta com a realização da Copa de 2006. Mas no caso da realização de Jogos Olímpicos – como Berlim e Munique esperavam – é muito provável que tenha havido efeitos diretamente mensuráveis entre o evento e a restruturação urbana. Foram esses os motivos explícitos dos cidadãos de Munique e Berlim que se declararam contra os Jogos Olímpicos – em Berlim, no início dos anos 1990, e em Berlim, em 2013. Pois a realização de Jogos Olímpicos como evento central em uma cidade, os efeitos urbanos são nitidamente mais graves do que num evento decentralizado como foi a Copa do Mundo de 2006 na Alemanha, com jogos no país inteiro e onde não houve processos de expulsão social.

Além disso, existem experiências positivas de fenômenos políticos mais recentes na Alemanha. O plebiscito em Munique contra os Jogos Olímpicos de 2022, os protestos de multidões contra megaprojetos como a estação ferroviária subterrânea "Stuttgart 21" ou os protestos antinucleares mostram que existe potencial de protesto na Alemanha e que os cidadãos e as cidadãs não engolem mais qualquer coisa. Querem participar dos debates e das decisões, principalmente quando se trata de seus assuntos concretos e locais, e não aceitam imposições das capitais regionais ou da capital do país, Berlim. Foi o que mostraram os cidadãos e as cidadãs de Munique no final de 2013, votando contra os Jogos Olímpicos e a ganância do COI.

Bandeiras para a Copa de 2006 (Russel C/CC)

[69] Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos. Acesso em 03 out. 2013.

Conclusão

Para que serve uma Copa do Mundo?
Brasil, África do Sul e Alemanha

Marilene de Paula

Conclusão

Os processos envolvendo a realização da Copa do Mundo de Futebol da Fifa[1] se deram da mesma forma em países em desenvolvimento e aqueles desenvolvidos? Quais as similaridades e diferenças em relação as suas aspirações? Violações de direito aconteceram da mesma forma nesses países? Essas foram perguntas chave que nos levaram a realizar esse livro. Respondê-las não é tarefa simples. No entanto, nas análises dos autores Christian Russau, que escreveu sobre as Copas na Alemanha (2006), Laura Burocco, na África do Sul (2010) e Glaucia Marinho, Mario Campagnani e Renato Cosentino, no Brasil (2014) pudemos perceber os interesses dos atores envolvidos, as complexas e diversificadas violações de direito envolvendo os países do Sul e principalmente foi possível perceber como as ambições da Fifa, dos governos e das empresas patrocinadoras se coadunaram completamente para criar um quadro crescente de mercantilização do espaço urbano, tendo a cidade como um empreendimento.

A cidade-empresa é o novo paradigma de desenvolvimento urbano. A cidade vira produto e entra no roll de competição com outras cidades do mundo tornando-se assim vendável ao maior número possível de atores financeiros. As grandes corporações, da construção civil e do mercado imobiliário, determinam o reordenamento urbano. Assim, o grande capital, aliado aos governos, cada vez mais exerce poder sobre as mudanças e decisões que afetam as cidades. As decisões não são tomadas em nível local, levando em consideração o direito à cidade, mas sim, decididas pelos interesses do capital, representado por um grupo seleto de empresas nacionais e internacionais.

Assim, para os três países abriu-se a oportunidade de congregar diferentes atores da iniciativa privada e dos governos para cooperarem a partir de interesses comuns. No entanto, para Brasil e África do Sul houve um adensamento das violações de direitos em vários níveis, em especial para a população mais pobre. Assim, para uma comparação com a Alemanha, um país do Norte, primeira economia da Europa, com um Estado de bem-estar social consolidado, uma infraestrutura de transporte eficiente, estádios dentro dos padrões exigidos pelo futebol internacional, qualquer análise terá de ser feita sob outra ótica. Porém, os três países possuem uma motivação comum: a possibilidade de se obter enormes lucros, sejam políticos e/ou econômicos, a partir da utilização da fórmula exitosa da Fifa: a Copa do Mundo de Futebol.

Expectativas simbólicas

A grande festa de torcedores e público em geral mascara motivações bastante concretas da parceria governos-iniciativa privada. Um megaevento não se tornaria viável sem essa aliança de atores. No entanto, houve também motivações simbólicas ligadas a possibilidade de mudança da imagem de cada país, ou pelo menos foi esse o discurso dos governantes.

[1] A Fédération Internationale de Football Association (FIFA) é uma associação regida pela legislação suíça, fundada em 1904 e sediada em Zurique. É composta por 208 federações nacionais e tem como objetivo, de acordo com os seus Estatutos, a melhora contínua do futebol. A FIFA conta com aproximadamente 310 colaboradores procedentes de 35 países e é formada pelo Congresso (órgão legislativo), pelo Comitê Executivo (órgão executivo), pela Secretaria Geral (órgão administrativo) e pelos comitês (que auxiliam o Comitê Executivo). Disponível em http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/. Acesso em 10 fev. 2014.

Christian Russau nos narra o "verão de conto de fadas", assim descrita as quatro semanas de realização da Copa na Alemanha. As manifestações patrióticas dos alemães surpreenderam até a eles mesmos e foi o tema mais discutido na mídia alemã. O patriotismo, visto como negativo devido ao passado que inevitavelmente liga o povo alemão ao Terceiro Reich e às terríveis imagens do holocausto, mudou completamente com a Copa, tornando-se um pretexto importante para amalgamar a euforia nacional em torno de uma nova consciência despertada pelo momento. Naquela ocasião na Alemanha, identidade nacional, orgulho, patriotismo eram vistos como conceitos negativos, até mesmo uma espécie de tabu, aliado a um sentimento de culpa coletiva da sociedade pós-guerra.

Mas o que estava por trás desse momento eram também fatos importante ocorridos há 10 anos. A queda do Muro de Berlim em 1989 marcava o fim da Guerra Fria e sinalizou uma onda de democratização em várias partes do mundo, seguida da reunificação das duas alemanhas em 1990. Em 2000, quando a Alemanha foi eleita para sediar a Copa fazia 10 anos da reunificação. Para o especialista em política alemã Christian Lohbauer, os custos da reunificação foram altos: "logo após a reunificação, o governo de Helmut Kohl [1982-1998, democrata-cristão] criou o imposto da solidariedade, que arrecadou US$ 1 trilhão em uma década, valor que foi revertido para a transformação da Alemanha Oriental em Ocidental".[2] Um dos maiores problemas foi transformar em produtiva a obsoleta indústria da antiga Alemanha Oriental. Em nível simbólico estava em jogo transformar sua imagem tanto interna quanto externamente. O ministro do Interior Otto Schily afirmou que a Copa era uma "*tremenda oportunidade para mostrar o melhor lado do nosso país*", e o chancelar alemão Gerhard Schröder (1998-2005) arrematou dizendo que "*nós queremos mostrar que a Alemanha é um país aberto e cordial com visitantes*". O slogan da Copa foi "O mundo inteiro entre amigos" (Die Welt zu Gast bei Freunden, em tradução livre), numa alusão à determinação de mostrar uma outra face do cidadão/a alemã/o para o mundo. A bola da Copa também simbolizava essa ideia e foi chamada de *Teamgeist* (espírito de equipe, em tradução livre).

Também estava em jogo mostrar sua superioridade econômica, educacional e intelectual. O slogan do governo, em parceria com a Federação das Indústrias Alemãs, era: "Bem vindo a Alemanha, uma terra de ideias" (Welcome to Germany, land of ideas), incorporado por campanha publicitária das empresas na frase "Invista na Alemanha, uma terra de ideias" (Invest in Germany, land of ideas, em tradução livre), com a supermodel alemã, Claudia Schiffer.

Por fim, os custos da reunificação contribuíram para um momento de austeridade com várias medidas de redução dos benefícios sociais da população. A euforia da reunificação tinha desaparecido e era necessário desfazer definitivamente a tensão advinda desse processo.

No cenário descrito por Laura Burocco para África do Sul o que estava em jogo em nível simbólico era desfazer a imagem negativa do passado e mostrar que as desigualdades so-

[2] Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u88291.shtml. Acesso em 15 fev. 2014.

ciais e econômicas poderiam ser superadas. Em maio de 2004, quando foi anunciada a África do Sul como país sede da Copa de 2010 seriam completados 10 anos do fim do apartheid. Como propaganda o governo ressaltou a oportunidade única de mostrar ao mundo os avanços do processo de transição do país para uma democracia e também de se legitimar enquanto governo e não ser visto apenas como um movimento de libertação nacional. Nas declarações do presidente Jacob Zuma fica ressaltado também o desejo de fortalecer a África do Sul como uma liderança na região: *"a África agora será o palco, com a África do Sul como representante do continente… tragam a Copa do Mundo para nosso país… isso irá restaurar o lugar de direito da África no palco global"*.[3] Outro aspecto importante da fala do presidente era o desejo de reposicionar o continente como um todo, representado pela África do Sul, num movimento de retomada da autoestima dos africanos, fortalecendo uma identidade coletiva que os associava ao evento.

Para o Brasil, quando foi eleito em 2007, em nível simbólico estava em jogo mostrar outra face do país; não aquela ligado aos altos índices de violência e desigualdades socioeconômicas, mas um país que já era "grande" o suficiente para fazer um dos dois maiores eventos do mundo. Ser o país anfitrião da Copa tinha relação com projetar uma imagem de líder na região, um país seguro para se fazer negócios e conseguir a atenção da mídia internacional. Em 30 de outubro de 2007 nas palavras do presidente Luis Inácio Lula da Silva[4] em seu discurso na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, em Zurique, na Suíça, estava clara essa perspectiva:

> "estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada. Somos um país que tem muitos problemas, sim, mas somos um país com homens determinados a resolver esses problemas".

Tudo parecia dar certo, pois a cidade do Rio de Janeiro foi eleita em 2010, anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2016. Mas ao longo do processo descrito no capítulo Brasil nota-se que a conta viria mais tarde para os setores mais pobres.

Um aspecto importante na análise dos três artigos é perceber que a África do Sul exerce liderança na região e compartilha uma certa identidade coletiva outorgada pelo Pan Africanismo (somos africanos!); ao contrário do Brasil que apesar de sua liderança econômica e política na América do Sul esse fato não cria elementos para compartilhamento de uma identidade comum de "latino-americano" dada a complexidade dos processos históricos que envolveram a região e mais ainda o Brasil, em relação a seus vizinhos. Assim, a Copa no Brasil não significa uma vitória da região. O mesmo pode ser dito em relação à Alemanha dado o protagonismo de diversos países na Europa, além das disputas internas. A Alemanha representava a si mesma, fortalecendo seu papel na arena de investimento global.

[3] Dawse, Suzanne. Power Play: International Politics, Germany, South Africa and the FIFA World Cup Occasional paper n. 82. SAIIA, maio 2011, 11p. Disponível em http://www.saiia.org.za/occasional-papers/power-play-international-politics-germany-south-africa-and-the-fifa-world-cup. Acesso 10 fev. 2014.

[4] Discurso na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, em Zurique, na Suíça, 30 de outubro de 2007. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semestre/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014/. Acesso em 14 fev. 2014.

A capa da *Advertising Age*
(Divulgação)

[5] Disponível em http://adage.coverleaf.com/advertisingage/20130722#pg1. Acesso em 15 fev. 2014.

[6] Disponível em http://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/fifa-anuncia-que-teve-lucro-recorde-no-ano-de-2013-11946658. Acesso 10 mar. 2014.

[7] Idem.

As motivações econômicas: Megaevento = Meganegócio

Os três artigos demonstram que não é apenas em nível simbólico que está o grande atrativo de receber a Copa do Mundo da Fifa, apesar dos discursos oficiais trazerem esse elemento como destaque, mas supostas vantagens econômicas e midiáticas. Nesse sentido, os resultados para o conjunto da sociedade como aumento do PIB e do número de empregos ficaram aquém das previsões.

Se a Copa do Mundo é uma marca - uma peça de marketing que um país apresenta ao mundo durante quatro semanas - é necessária a limpeza da cidade, retirando os indesejáveis ou elementos perigosos, como população de rua, pedintes, prostitutas, trabalhadores informais etc., ou seja, todos aqueles que podem trazer perigo para a imagem do evento. Foi o que aconteceu na África do Sul e está acontecendo no Brasil. Além disso, deter as manifestações, greves, mortes de operários, brigas dentro dos estádios etc.

Em 2013 a capa da *Advertising Age*,[5] uma das mais importantes revistas do marketing mundial, mostrava uma imagem de caos e violência nos protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013 e fazia a pergunta sugestiva: "Imagine sua marca no meio disto?" (I*magine your brand in the middle of this?* em tradução livre). A reportagem discute a preocupação das marcas que irão patrocinar a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil, já que os anunciantes deverão gastar US$ 1,6 bilhão de patrocínio e três vezes essa quantia em marketing.

Apesar dessas preocupações, ao longo das Copas o volume de arrecadação da Fifa continua subindo. Só em 2013 houve um recorde nas receitas da Fifa num total de US$ 1,386 bilhão (R$ 3,2 bilhões). Reduzidas as despesas seu lucro líquido foi de US$ 72 milhões (R$ 163 milhões). Mais de 20% em relação a 2012 quando a arrecadação foi de US$ 1,077 bilhão. A maior parte dessa receita diz respeito a venda de direitos de transmissão de TV (US$ 601 milhões) e de marketing (US$ 404 milhões). Segundo projeções da entidade, a Copa do Mundo 2014 irá arrecadar um total de US$ 4 bilhões (R$ 10 bilhões), tornando-se a mais lucrativa para a Fifa até hoje.[6]

O secretário geral da Fifa, Jérôme Valcke,[7] declarou:

> É incrível ver como, mesmo em um mundo com tantas dificuldades, há mercado para o futebol. Estamos crescendo. Ganharemos mais dinheiro na Rússia, na Copa de 2018, e depois no Qatar, em 2022. Porque não há relação entre ganhos e o país onde a Copa do Mundo é realizada, mas o valor do torneio, que é um evento único.

A declaração de Valcke e a lista de patrocinadores da tabela 1 nos dão conta de que a Fifa e sua Copa nunca foram tão úteis para governos e empresas.

Para Alvaro Ferreira, "o capitalismo vem escapando de suas crises de sobreacumulação através da produção do espaço e, assim, vão se realizando novos ajustes espaço-temporais que

Tabela 1: Patrocinadores da Copa do Mundo – 1990 a 2014*

1990 Itália	1994 EUA	1998 França	2002 Japão/Korea	2006 Alemanha	2010 África do Sul	2014 Brasil[8]
Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola	Coca-Cola
Gillete	Gillete	Gillete	Gillete	Gillete	Sony	Sony
Fuji	Fuji	Fuji	Fuji Film Fuji Xerox	Fuji Film	Seara	Marfrig Group/ Moy Park
Philips	Philips	Philips	Philips	Philips	Mahindra Satyam	Oi Telecomu-nicações
JVC	JVC	JVC	JVC	Continental	Continental	Continental
Canon	Canon	Canon	Budweiser	Budweiser	Budweiser	Budweiser
Mars	Mars	Mars	KT/NTT	Deutsche Telekom	MTN	Johnson & Johnson
Vini Italia	Snickers	Casio	Toshiba	Toshiba	Castrol	Castrol
Anheuser-Busch	Mastercard	Mastercard	Mastercard	Mastercard	Yingli Green Energy	Yingli Green Energy
	MacDonald's	MacDonald's	MacDonald's	MacDonald's	MacDonald's	MacDonald's
	Energizer	Adidas	Adidas	Adidas	Adidas	Adidas
	General Motors	General Motors	Hyundai	Hyundai	Hyundai/ Kia Motors	Hyundai/ Kia Motors
			Avaya	Avaya		Visa
			Yahoo!	Yahoo!		Garoto
				Fly Emirates		Fly Emirates
						Centauro
						Itaú
						Liberty Seguros
						Wise Up

[*] A Fifa possui três categorias de patrocinadores: seus parceiros; parceiros da Copa (evento) e parceiros nacionais da Copa.

[8] Disponível em http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/partners/. Acesso em 10 mar. 2014.

darão sustentação ao modelo socioeconômico".[9] Uma nova lógica espacial emerge como resultado desse processo. Nos processos de remoção no Brasil e na África do Sul os indesejáveis têm de ser retirados para dar lugar a um novo modelo de cidade, adequado às exigências do mundo globalizado. Quando Laura Burocco nos descreve as habitações de "emergência" de Blikkiesdorp que se transformaram em permanentes (contêineres com eletricidade precária, sem banheiros internos, feitos de zinco e rigidamente alinhados), a autora afirma que não são diferentes do que acontece cotidianamente em relação às violações de direito à moradia na África do Sul. No entanto, a diferença neste caso é o discurso imanente em relação a essas ações: estamos construindo uma cidade alinhada com padrões internacionais! A maximização dos lucros, a privatização do espaço público, a adoção cada vez maior das parcerias público privadas (PPP) como resposta de eficiência para modelos de gestão que colocam o Estado como ineficiente para gerir as cidades são o fio condutor da análise.

No Brasil, as declarações do prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, também vão nessa direção:

> "O que temos de aproveitar nessa oportunidade [realização dos megaeventos na cidade]? Não é a porcaria do estádio. É o tal do: esse país é transparente, se planeja, as instituições são fortes, é sério, é um país bom para fazer negócio, turista que vier... É a possibilidade que você tem de vender seu país.[10]

Nesse sentido, as remoções das populações mais pobres de espaços cobiçados pela iniciativa privada, em geral em áreas centrais da cidade, mediadas pelo Estado são fundamentais. No caso do Brasil, Cosentino, Marinho e Campagnani analisam os processos de remoção que se iniciaram com a "desculpa" dos megaeventos e das exigências de uma cidade mais limpa, eficiente, sem os indesejáveis, transformada em novo território de investimento. Estimativas dão conta de que 250 mil pessoas sofrem ou estão em processo de remoção no Brasil por conta dos megaeventos. Somente no Rio de Janeiro, a Prefeitura declarou que desde 2009 já reassentou 20.299 famílias, e que nenhuma delas tinha relação com a Copa do Mundo, apenas 285 com os Jogos Olímpicos de 2016 (a Vila Autódromo, na zona oeste da cidade). Na África do Sul foi possível seguir o caso dos comerciantes em Green Market Square, do edifício San Jose e das TRA (*Temporary Relocation Area* – Áreas de Realocação Temporárias). Nesses momentos várias forças do capital se mobilizaram, em especial empreiteiras e setor imobiliário, para um novo reparcelamento das áreas urbanas. Assim, entender a dinâmica socioespacial contemporânea é entender também as motivações dos países para sediar a Copa do Mundo.

Quanto às violações de direitos, qualquer análise sobre os processos na Alemanha não se comparam as violações descritas por nossos autores de Brasil e África do Sul. Porém, mesmo assim houve casos envolvendo bloqueio aos indesejáveis, como imigrantes e prostitutas, conforme aponta Christian Russau. O rumor

[9] Ferreira, Álvaro. A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro, Consequência: 2011.

[10] Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=KxPlHIqUfkc. Acesso em 15 mar. 2014.

que surgiu na mídia alardeando a vinda de 40 mil mulheres prostitutas do leste europeu, que invadiriam as cidades sedes mostrou-se completamente falacioso. Em termos de exploração e turismo sexual, um dos itens geralmente vinculados a prostituição, segundo relatório oficial do governo alemão, houve 33 denúncias investigadas pelo Federal Criminal Police Office e somente cinco casos tiveram relação direta com a Copa do Mundo.[11]

Manter o país seguro para a realização da Copa é também uma condição básica. Nesse sentido, a Copa é um grande negócio para a indústria de segurança. São utilizados sofisticados sistema de segurança, com identificação de suspeitos, controle e disponibilização de informações. Na Alemanha não apenas os dados e informações locais foram acessadas, mas também a cooperação com outros sistemas internacionais de vigilância. 200 bancos de dados contendo mais de 18 milhões de arquivos de dados foram disponibilizados, além disso, sistemas de câmeras de segurança dentro e fora dos estádios, radares, sensores de temperatura e vários outros equipamentos.[12] 150 mil pessoas que se candidataram para trabalhar durante o torneio foram checadas por sistemas de segurança, além de uma investigação dos antecedentes dos compradores dos ingressos, já que todo o sistema é informatizado.

Também foi utilizado para banir as pessoas dos estádios e das zonas ao redor o banco de dados de criminosos violentos ligados ao esporte (*Gewalttäter Sport)*. O número de pessoas fichadas subiu de 6.500 em 2004 para 9.400 em 2006, num processo crescente. As ONGs de defesa de direitos denunciaram um aumento da repressão durante o período com implicações posteriores, tanto que em 2009 já eram 10.711. 8.450 *hooligans* receberam a visita da polícia em suas casas ou em seu trabalho; 3.200 foram banidos das cidades do interior, das áreas públicas e dos estádios; 201 pessoas ficaram temporariamente sob custódia; e 370 tiveram vistos recusados para entrada na Alemanha.[13] O que pode ser visto como uma medida de segurança também pode abrigar outras violações. As exceções e celeridade na concessão dos vistos para estrangeiros na Copa da Alemanha não abrangeu os países "notoriamente de imigrantes", conforme aponta Christian Russau. Isso nos remete a pensar nas permanências em termos de racismo e preconceito contra imigrantes na Europa, uma questão polêmica que levou vários países a endurecer suas políticas.

Em termos de política de segurança, no Brasil os megaeventos foram o principal combustível para a militarização de áreas pobres da cidade. Cosentino, Marinho e Campagnani fazem uma crítica contundente aos processos de pacificação das favelas no Rio de Janeiro. A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), um projeto de permanência da polícia em favelas cariocas, atende a uma geografia que privilegia áreas estratégicas para os megaeventos, como as rotas dos aeroportos e bairros nobres da cidade, e têm pouca eficácia sobre as raízes da violência. Além disso, a regulação das favelas pela polícia impõe disciplina e controle à população desses locais, com pouca ou ne-

[11] Council of the European Union. Experience Report on Human Trafficking for the Purpose of Sexual Exploitation and Forced Prostitution in Connection with the 2006 Football World Cup in Germany. Brussels, 19/01/2007

[12] EICK, Volker. 'Secure our profit!' The FIFATM in Germany 2006. In: Colin Bennett and Kevin Haggerty(eds.), Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events. New York: Routledge: 87–102.

[13] Idem.

Grafite no centro do Rio de Janeiro
(Crédito: Felipe Werneck)

nhuma contrapartida significativa em termos de políticas públicas ligadas à melhoria de serviços de saúde, educação, lazer etc.

As maiores denúncias de violação para países como Brasil e África do Sul, com limitados meios de controle social pela população sobre o orçamento público, foram os gastos com as obras de infraestrutura e outras mudanças urbanísticas que puderam ser realizadas sem diálogo com a sociedade. Em muitos casos foram colocados em prática antigos projetos urbanos que por questões políticas ou econômicas não conseguiam espaço ou consenso para serem realizados. Enquanto na Alemanha não foi realizado nenhum processo de remoção. A construção dos estádios de futebol para a Copa é um exemplo efetivo dessas assimetrias entre os países.

Estádios: elefantes brancos e investimentos lucrativos

O elemento central e indispensável para a realização da Copa são os estádios de futebol e é em torno deles que estão concentradas as maiores despesas. Neste sentido, dois aspectos chamam a atenção em relação aos estádios de futebol construídos/ reformados para a Copa nos três países. O primeiro diz respeito a porcentagem de investimento público nos três países. Na Alemanha 37% dos estádios foram construídos/reformados com recursos públicos; no Brasil 90,3% e na África do Sul 100%. E o segundo aspecto é a viabilidade financeira pós-Copa, pois muitos deles não têm o retorno para o investimento dos cofres do governo, caso de África e alguns dos estádios no Brasil, verdadeiros "elefantes brancos". Somente a Alemanha conseguiu torná-los rentáveis.

Em 2007 quando o Brasil foi eleito país sede o então presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, e o presidente da República Luis Inácio Lula da Silva declararam que essa seria a "Copa da iniciativa privada" e que o custo total da Copa seria de R$ 5 bilhões. Um levantamento do Tribunal de Contas da União de 2012 afirma que os gastos devem chegar, na verdade, a R$ 23,5 bilhões. E a maior parte da conta será paga pelos bancos governamentais, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Caixa Econômica Federal responsáveis por boa parte dos investimentos nas obras de infraestrutura para o evento. Porém, até este momento o número total é incerto, pois a cada mês uma nova soma é apresentada.

A iniciativa privada não apresentou investimentos diretos no evento e os clubes ligados a alguns estádios que serão sede do Mundial devem investir R$ 336 milhões, o que equivale a 1,43% do total de investimentos.[14]

No Brasil os 12 estádios da Copa são para 668 mil pessoas no total e custaram cerca de R$ 8,5 bilhões até agora, uma média de cerca de R$ 12 mil por cadeira. Enquanto na África do Sul o valor ficou em cerca de R$ 7 mil por assento e na Alemanha R$ 6,5 mil.[15] O que levanta questões sobre o papel do Estado, tanto na África do Sul quanto no Brasil é o quanto de benefícios para a população nas redes de aten-

[14] Disponível em http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT220450-16418,00.html. Acesso em 05/02/2014.

[15] Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/03/1428088-valor-de-assento-de-estadio-do-df-e-62-mais-alto-que-a-media.shtml. Acesso em 20/03/2014.

dimento de serviços básicos de saúde, educação e moradia poderiam ser alcançados com esses recursos.

Fortalecer a participação social e mecanismos de controle

O Secretário-geral da Fifa, Jerome Valcke afirmou que muitos dos problemas enfrentados pela entidade no Brasil se devem à descentralização do poder:

> "A principal dificuldade que temos é quando entramos em um país onde a estrutura política é dividida, como no Brasil, em três níveis: federal, estadual e municipal. São pessoas diferentes, movimentos diferentes, interesses diferentes. É difícil organizar uma Copa nessas condições".

E completou:

> "Vou dizer algo que é maluco, mas menos democracia, às vezes, é melhor para se organizar uma Copa do Mundo. Quando você tem um chefe de Estado forte, que pode decidir, assim como Putin poderá ser em 2018, é mais fácil para nós, organizadores, do que um país como a Alemanha, onde você precisa negociar em diferentes níveis".[16]

A sugestiva declaração de Valcke nos apresenta o cenário com o qual movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil em geral se defrontaram nesses países. Os processos tão gritantes de violações de direitos também ensejaram alianças e o ressurgimento de bandeiras de lutas contra as injustiças sociais e demandas para o governo. Nas cidades brasileiras, a construção de alternativas aos processos de remoção feitas comunidades populares e grandes manifestações que também tinham como tema a crítica à Copa do Mundo; na África do Sul o fortalecimento da resistência de grupos de trabalhadores informais e greves da construção civil; na Alemanha uma campanha contra a realização dos Jogos Olímpicos de Inverno em Munique.

Ao lançamos essa publicação faltam pouco mais de um mês para o início da Copa do Mundo no Brasil. Ainda é incerto como será o cenário durante a realização do mundial, devido às insatisfações que levaram milhares de brasileiros para as ruas em 2013. A euforia dos brasileiros pela realização da Copa tem decrescido. Pesquisas recentes[17] apontam que 50% das pessoas são a favor do evento, para 11%, a Copa é indiferente e 39% não concordam. O último número é significativo se pensarmos que os brasileiros são um dos povos mais fanáticos por futebol. A desaprovação é devido aos gastos excessivos com estádios e obras de mobilidade urbana, que são majoritariamente pagas com investimentos públicos. O descontentamento foi tema durante as manifestações de junho de 2013 e continuam até hoje, com cartazes com frases emblemáticas como "não vai ter copa" e "se seu filho passar mal leve-o a um estádio".

Ao analisarmos os dados e narrativas apresentadas por Christian Russau, sobre a Alemanha (2006), Laura Burocco, sobre África do Sul (2010) e Glaucia Marinho, Mario Campagnani e Renato Cosentino, sobre o Brasil (2014) comparativamente podemos perceber que os processos envolvendo a realização da Copa do Mundo aprofundam as desigualdades em países do Sul e fortalecem projetos de cidade extremamente excludente para setores mais pobres da população. Enquanto a Copa do Mundo na Alemanha teve outro caráter já que os processos de gentrificação e reestruturação tinham acontecido nos anos 1990. No entanto, para os objetivos do governo alemão foi uma estratégia de marketing financeiro para desenvolver o turismo e oportunidades de investimento em negócios que mostrou-se exitosa.

A conta em termos sociais sempre será menor para aqueles países que possuem reais mecanismos de controle social e uma sociedade civil atuante, cobrando ações efetivas do estado. No relato dos artigos também fica patente como foram fortalecidas certas lutas sociais. Movimentos sociais, ONGs, sindicatos e público em geral irão se indignar com gastos excessivos, remoções, mudanças legislativas e demais desmandos do governo e da Fifa.

[16] Disponível em http://esportes.terra.com.br/futebol/valcke-menos-democracia-ajudaria-na-organizacao-da-copa,e881cdd88a83e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html. Acesso em 20/03/2014.

[17] Disponível em http://www.brasil247.com/pt/247/bahia247/131258/Nordestinos-s%C3%A3o-os-que-mais-aprovam-a-Copa.htm. Acesso em 02/02/2014.

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL